

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE HUMANIDADES E DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

A ATUAÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DE SÃO PAULO DE 1945 A 2010

ALTAIR ANTONIO DE OLIVEIRA

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2011

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE HUMANIDADES E DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

A ATUAÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DE SÃO PAULO DE 1945 A 2010

ALTAIR ANTONIO DE OLIVEIRA

Orientador:

Professor Dr. Leonildo Silveira Campos

Dissertação de Mestrado apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

OL4a	<p>Oliveira, Altair Antonio de A atuação política dos evangélicos na Assembléia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010 / Altair Antonio de Oliveira -- São Bernardo do Campo, 2011.</p> <p>201fl.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Humanidades e Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo Bibliografia</p> <p>Orientação de: Leonildo Silveira Campos</p> <p>1. Pentecostalismo – Brasil 2. Religião e política 3. Pentecostalismo 4. Clientelismo I. Título</p> <p style="text-align: right;">CDD 289.90981611</p>
------	---

A dissertação de mestrado sob o título “A Atuação dos evangélicos na Assembléia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010”, elaborada por Altair Antonio de Oliveira foi apresentada e aprovada em 25 de abril de 2011, perante banca composta por Prof. Dr. Leonildo Silveira Campos (Presidente/UMESP), Prof. Dr. Décio Marques Saes (Titular/UMESP) e Prof. Dr. Antonio Maspoli Araújo (Titular/Universidade Mackenzie).

Prof. Dr. Leonildo Silveira Campos
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Jung Mo Sung
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Ciências da Religião
Área de Concentração: Ciências Sociais e Religião
Linha de Pesquisa: Instituições e Movimentos Religiosos

BANCA EXAMAMINADRA

PROF. DR. LEONILDO SILVEIRA CAMPOS – PRESIDENTE

PROF. DR. DÉCIO MARQUES SAES

PROF. DR. ANTONIO MASPOLI ARAÚJO

São Bernardo do Campo, 26 / 04 /2011

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Leonildo Silveira Campos, pela orientação precisa, seu apoio e estímulo essencial ao meu crescimento como pesquisador.

Ao professores Dr. Décio Marques Saes e Dr. Antonio Maspoli Araújo pelas sugestões à banca de defesa da dissertação, colaborando com a apresentação de sugestões oportunas.

Aos demais professores do Programa de Pós- Graduação em Ciências da Religião, por tudo que ensinaram.

Aos companheiros e companheiras do Curso de Mestrado, pela oportunidade da convivência e o exercício mútuo da solidariedade.

À Ana Maria Fonseca pela pontualidade no repasse da verba do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação IEPG que concedeu bolsa inicial.

Ao Centro de Documentação e Informação da Assembléia Legislativa de São Paulo.

À Valdireni, companheira de sempre, e principalmente dos últimos dias, pelo carinho, paciência e apoio nas horas difíceis. Sua presença ao meu lado tem valor inestimável.

Aos filhos, Felipe, Vitor e aos pais, Ana e Osvaldo, por compreenderem que o trabalho acadêmico exige ausência e desapego.

Agradecimento Especial:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida no último ano de pesquisa.

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	23
A INSERÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS EM SÃO PAULO	
1.1 A inserção política dos evangélicos – visão histórica	23
1.1.1 Período do Império	24
1.1.2 Período da República Velha	28
1.1.3 A segunda República	31
1.1.4 A Ditadura Militar	34
1.1.5 Tempos da redemocratização	37
1.2 Os evangélicos e a cultura política de São Paulo	50
1.2.1 O coronelismo	50
1.2.2 O autoritarismo do Estado Novo	52
1.2.3 O Populismo	56
1.3 Os evangélicos na ALESP	62
1.3.1 Os deputados evangélicos e suas proposituras	62
1.3.2 Análise das proposituras dos deputados do período	62
Conclusão	66
CAPÍTULO 2	71
OBSTÁCULOS E DESAFIOS À INSERÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA	
2.1 Cultura Política	72
2.1.1 A difícil construção da cidadania	73
2.1.2 Patrimonialismo e clientelismo	93
2.2 Autoritarismo e direitos sociais	98
2.3 Corrupção e ética	100
2.4 Assistencialismo, terceiro setor e pentecostalismo	103
Conclusão	120
CAPÍTULO 3	122
TRAJETÓRIA DE POLÍTICOS EVANGÉLICOS	
3.1 TRAJETÓRIA DE CARLOS RENE EGG- “Um político tradicional	122
3.1.1 Campanha	123
3.1.2 Atuação na Assembléia Legislativa de São Paulo	132
3.1.3 Secretário da Promoção Social	133
3.2 Trajetória de Faria Jr.	142

3.2.1 Campanha	142
3.2.2 Atuação na ALESP	144
3.2.3 Conflitos com a IURD	145
Conclusão	149
CAPÍTULO 4	151
DEPUTADOS ESTADUAIS EVANGÉLICOS DE SP de 1945 a 2010	
4.1 Projetos de lei apresentados de 1945 a 1995	151
4.2 Análise das proposições dos deputados evangélicos paulistas de 1945 a 1995	152
4.3 Análise das proposições dos deputados evangélicos paulistas de 1995 a 2010	156
4.3.1 Apresentação dos Projetos de Lei	159
4.3.2 Análise dos Projetos de Lei	166
Conclusão	169
CONCLUSÃO	170
BIBLIOGRAFIA	186

RESUMO

OLIVEIRA, Altair Antonio de. *A Atuação Política dos Evangélicos na Assembléia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

O protestantismo brasileiro, desde a sua inserção em meados do século XIX, alcançou atualmente, de maneira inquestionável e inegável, grande visibilidade religiosa e política. Esta pesquisa ocupa-se desse universo, especificamente da atuação política dos evangélicos por meio de deputados estaduais na Assembléia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010. Foram descritos os projetos de lei de uma amostra significativa de parlamentares evangélicos paulistas com o objetivo de analisar a sua pertinência ou alcance social, ou seja, correlacioná-los com o contexto socioeconômico e cultural da população paulista em geral e, particularmente, com a população carente. Para tanto, nos servimos do Centro de Informação e Documentação do Palácio 9 de Julho que resguarda a biblioteca legislativa de São Paulo com documentos, livros, publicações, atas. A questão formulada se expressa nos seguintes termos: Em que medida os projetos de lei dos parlamentares evangélicos têm caráter assistencialista e clientelista. A fundamentação teórica utilizada vale-se dos conceitos de representação ou delegação política, habitus, campo, capital, poder simbólico de Pierre Bourdieu, aplicando-os na compreensão do campo político paulista e, especificamente, na práxis dos deputados evangélicos paulistas. A cidadania brasileira está historicamente em construção e as causas dessa inconclusão residem no período colonial brasileiro e seus desdobramentos dos períodos históricos subsequentes. As implicações dessa análise desembocaram na constatação da instituição do clientelismo, assistencialismo, patrimonialismo como derivados de uma política paternalista do Estado brasileiro, das elites dominantes e particularmente do estado de São Paulo que perduram nos dias hodiernos.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Altair Antonio de. *The Evangelical's acting policy at Legislative Assembly of São Paulo from 1945 to 2010*. Masters Dissertation, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

The Brazilian Protestantism, since its inclusion in the mid-nineteenth century, reached today, unquestioned and undeniable way, great religious and political visibility. This research deals with this universe, specifically the acting political evangelicals through State members in the Legislative Assembly of São Paulo from 1945 to 2010. Were described the projects of a significant sample of evangelical parliamentarians to examine their relevance or social impact, i.e. correlate them with the socioeconomic and cultural context of São Paulo's population in general and particularly with the needy. To this end, we serve the information and documentation centre of the 9 de Julho Palace, which secures the legislative library of São Paulo with documents, books, publications. The question is expressed as follows: how the projects of evangelicals parliamentary has an assistance-type character and have ingratiating. The theoretical fundamentation used the concepts of impersonation or delegation policy, habitus, capital power field, symbolic capital of Pierre Bourdieu, applying them in understanding the political field, and specifically in São Paulo at the praxis of evangelical deputies. Understand that the construction of Brazilian citizenship is historically under construction, we have come a long way to pinpoint the causes of no conclusion in the Brazilian colonial period and its unfoldings of subsequent historical periods. The implications of this analysis developed a statement of the institution of patronage, paternalism, as derived from a paternalistic policy of the Brazilian State and the ruling elites and particularly in the State of São Paulo that linger on today's world.

INTRODUÇÃO

O objeto dessa dissertação é a atuação política dos evangélicos paulistas na Assembléia Legislativa de São Paulo. O escopo do tema é conhecer, por meio da análise dos projetos de lei, se a atuação político-ideológica dos deputados estaduais evangélicos no período de 1945 a 2010 é assistencialista ou clientelista. Desse modo, empenhamos em verificar se as proposituras dos parlamentares evangélicos paulistas têm pertinência social, isto é, se os projetos de lei estão de acordo com as demandas sociais da população paulista em geral e, particularmente, da população carente do nosso estado. Portanto, se trata de uma forma peculiar de fazer política que traz aportes inovadores a ela, procurando contribuir à consolidação da democracia e integrar à condição de cidadão segmentos marginalizados da sociedade paulista.

O tema deste projeto de pesquisa foi à atuação dos políticos evangélicos. O seu objeto de estudo foi a atuação política e ideológica dos deputados evangélicos paulistas de 1945 a 2010. A intenção original do projeto foi a de compreender se a práxis política e ideológica dos parlamentares paulistas é signatária ou não do padrão conservador de se fazer política e alinha-se a diáde direita e esquerda. No decorrer da pesquisa outras dimensões foram agregadas, tais como se a pertinência ou alcance social dos projetos de lei dos parlamentares evangélicos têm caráter clientelista ou assistencialista.

O crescimento das religiões evangélicas é um fenômeno nacional cuja visibilidade pública é inquestionável e inegável. Em 1980, o IBGE registrou o total de 3,25% de pentecostais em relação à população absoluta do país, em 1991 a participação foi de 5,57% e em 2000 a proporção foi de 10,42%. Em 1940 o total de evangélicos do sudeste do país era de 2,3% e em 2000 passaram para 17,5%. A área metropolitana de São Paulo possuía 1.7 milhões de pentecostais, o Rio de Janeiro metropolitano com 1.6 milhões de evangélicos e a área metropolitana de Belo Horizonte tinham 600 mil religiosos desse segmento. O

resultado é que os estados de SP, RJ e MG totalizavam em 2000 uma população evangélica de 6 311 233; 3.163.741; 2.437.186, respectivamente.

Em um texto publicado pela revista *Rever* da PUC-SP, Leonildo Silveira Campos (2008), trabalhou com dados da FGV do Rio de Janeiro e do instituto data Folha, as quais mostram os impactos que o aumento no número dos evangélicos no Brasil passaria a exercer também no campo político brasileiro.

Conforme os Censos Demográficos do IBGE, os evangélicos perfaziam apenas 2,6% da população brasileira na década de 1940. Avançaram para 3,4% em 1950, 4% em 1960, 5,2% em 1970, 6,6% em 1980, 9% em 1991 e 15,4% em 2000, ano em que somava 26.184.941 de pessoas. O aumento de 6,4 pontos percentuais e a taxa de crescimento médio anual de 7,9% do conjunto dos evangélicos entre 1991 e 2000 (taxa superior às obtidas nas décadas anteriores³) indica que a expansão evangélica acelerou-se ainda mais no último decênio do século XX. Os principais responsáveis por tal sucesso proselitista foram os pentecostais, que cresceram 8,9% anualmente, enquanto os protestantes históricos atingiram a cifra de 5,2%. Com isso, os pentecostais, que perfazem dois terços dos evangélicos, saltaram de 8.768.929 para 17.617.307 adeptos (ou seja, de 5,6% para 10,4% da população) de 1991 a 2000, ao passo que os protestantes históricos passaram de 4.388.310 para 6.939.765 (de 3% para 4,1%)

Paul Freston (2003) também registra e analisa diversos dados numéricos que comprovam a crescente e expressiva participação dos evangélicos na vida política parlamentar do Brasil. Na sua tese, o autor confirma o aumento do número de parlamentares federais evangélicos eleitos às legislaturas de 1946 a 1991 no Congresso Nacional, sobretudo, no período de 1987-1991, quando houve um incremento no número de políticos evangélicos. Freston ainda aponta para uma concentração na distribuição dos parlamentares federais evangélicos oriundos do sudeste do país no Congresso Nacional. O sudeste brasileiro apresentou 69 congressistas no período de 1946 a 1991 em detrimento das demais regiões do Brasil. Em relação à participação das denominações evangélicas históricas e neopentecostais no Congresso Nacional, no mesmo período, Freston conclui que,

paulatinamente, ambas se inserem na vida política do país, porém, os neopentecostais superam os evangélicos históricos em número de candidatos.

Além da análise quantitativa, Freston analisou qualitativamente a atuação político-ideológica dos evangélicos no Congresso Nacional e confirmou que o comportamento político dos evangélicos é bastante ambíguo e assume novos rumos a cada eleição. Porém, destacou a práxis política fisiológica e corrupta dos congressistas evangélicos no decorrer da Constituinte de 1986-1988. Campos (2005), para analisar o comportamento político dos evangélicos, concebe dois tipos ideais - “os políticos evangélicos” e “os políticos de Cristo”- para analisar o perfil político da inserção dos parlamentares evangélicos históricos e neopentecostais na história republicana do Brasil.

Baptista (2007), por sua vez, apresenta uma análise das práticas políticas de parlamentares pentecostais e neopentecostais da Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso da República do Brasil de 1999 a 2006. Compara essas práticas pentecostais e neopentecostais com padrões de comportamento da cultura política brasileira e as ações correspondentes do Estado nacional como preservador dessa mesma cultura. São estudados os agentes religiosos citados desde a investida que suas igrejas fizeram na política nacional, a partir da Constituinte de 1987-1988, mas o corte temporal são as duas legislaturas, de 1999 até 2006. O foco principal de sua análise é a Frente Parlamentar Evangélica constituída em 2003. O envolvimento de pentecostais e neopentecostais em casos de corrupção e apropriação de recursos públicos, conhecidos como mensalão e máfia das sanguessugas, é amplamente abordado no trabalho.

No estado de São Paulo há reduzida análise acadêmica sobre a participação política dos evangélicos no parlamento paulista, o que não acontece em outros estados da federação. Bandini (2000) analisa a inserção política dos candidatos da Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e IURD situadas no município de São Carlos-SP às eleições paulistas de 2002 a partir do conceito de desprivatização. Limongi e Mesquita (2008) reconstituem a história

eleitoral da cidade de São Paulo discutindo as eleições para prefeito transcorridas entre 1985 e 2004 numa ótica ideológica. Desse modo, o tema da pesquisa - a atuação dos evangélicos paulistas na Assembléia Legislativa de São Paulo - pretende contribuir para sanar parcialmente essa lacuna através da análise da atuação político-ideológica dos deputados estaduais evangélicos no período de 1945 a 2010 a partir da pertinência social das proposituras dos parlamentares evangélicos paulistas. Portanto, a finalidade da dissertação é verificar se a práxis política dos parlamentares evangélicos paulistas se alinha ao assistencialismo e clientelismo.

Os deputados evangélicos estudados foram Waldir Agnello, legislaturas de 2003 a 2010, da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ); Marco Porta, legislatura de 2007 a 2010 e João Barbosa, legislaturas de 2003 a 2006 e 2007 a 2010, ambos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); Jose Bruno, legislatura de 2007 a 2010, da Igreja Renascer; Gilmaci Santos, legislatura de 2007 a 2010; José Bittencourt, legislaturas de 2002 a 2006 e 2007 a 2010; Otoniel Lima, legislatura de 2007 a 2010; Edson Giriboni, legislatura de 2007 a 2010; Celino Cardoso, legislaturas 1994 a 1998, 1999 a 2002, 2003 a 2006; Faria Jr., legislatura de 1999 a 2002.

A escolha do objeto ou tema, assim como o recorte temporal da pesquisa, se deve a falta de análises das ideologias nos estudos anteriormente citados e da última legislatura coincidir com a data de elaboração e desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

A problemática deste texto de pesquisa emerge da interpenetração da esfera religiosa evangélica na política em sua esfera nacional e em especial na ALESP. Além desse aspecto, os estudiosos brasileiros centram análise nas estratégias de campanha eleitoral e procuram entender a linguagem religiosa que é usada nas campanhas eleitorais. Não passou despercebido, nos estudos da interpenetração do sub-campo religioso evangélico com o campo político nacional, o papel que está reservado às denominações religiosas neopentecostais quanto ao monopólio das decisões sobre o processo eleitoral. Desse modo, a

problematização central do nosso projeto de pesquisa consiste em responder a pergunta básica: As ações político-ideológicas dos evangélicos de 1945 a 2010 no estado de São Paulo tiveram características assistencialistas e clientelistas?

A partir da problematização do tema surgiram desdobramentos os quais se configuram um primeiro grupo de indagações, que se tornaram indagações secundárias, tais como: O que significam assistencialismo e clientelismo? Qual é a pertinência ou alcance social dos projetos de lei dos deputados evangélicos? Qual é o contexto socioeconômico e cultural da população carente paulista? Que contrapartida as denominações religiosas têm exigido através das proposituras dos deputados estaduais evangélicos? Como se apresenta o conteúdo social da plataforma programática do deputado no processo eleitoral? Quais os interesses políticos das denominações evangélicas em apoiar ou indicar um candidato ao Parlamento paulista?

No tocante às perguntas elaboradas surgiu um segundo grupo de problematizações secundárias que são: Os projetos de Lei apresentados pelos deputados evangélicos foram aprovados pela ALESP? Por quê? Que relações existem entre os projetos de lei do parlamentar e os interesses das denominações religiosas? Os projetos de lei atendem aos interesses de qual classe social? Os projetos de lei são assistencialistas? Qual o conteúdo socioeconômico dos projetos de lei?

Na problematização central e também secundária aparece explicitamente a necessidade de delinear o entendimento de conceitos como política e participação política. Derivado do adjetivo originado de polis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada “Política”, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente

descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade.

Ocorreu assim desde a origem uma transposição de significado, do conjunto das coisas qualificadas de um certo modo pelo adjetivo "político", para a forma de saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de coisas: uma transposição não diversa daquela que deu origem a termos como física, estética, ética e, por último, cibernética. O termo política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado. Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como "ciência do Estado", "doutrina do Estado", "ciência política", "filosofia política", etc., passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a polis, ou seja, o Estado.

Dessa atividade a pólis é, por vezes, o sujeito, quando referidos à esfera da Política atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc.; outras vezes ela é objeto, quando são referidas à esfera da Política ações como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc.

Procuramos usar o conceito de "participação política" conforme a terminologia corrente da Ciência Política. Nesse sentido, trata-se de uma expressão usada para designar uma variada série de atividades, entre outros o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente

político e a difusão de informações políticas. É fácil ver que tal uso do conceito reflete práticas, orientações e processos típicos das democracias ocidentais.

No quadro da sistematização de conceitos exigidos pela problematização, se fez necessário estabelecer que há um debate sobre a diferença entre os significados de protestantes e evangélicos, porém, apesar do esclarecimento a seguir, tomaremos os dois conceitos como sinônimos nesse projeto. Os dois nomes, protestantes e evangélicos, referem-se aos cristãos que romperam com a Igreja Católica durante a Reforma Protestante. O termo “protestante” vem do documento formal de protesto – *Protestatio* – que os luteranos apresentaram em uma assembléia em 1529, manifestando a sua oposição à política religiosa adotada pela Igreja Católica. Já o nome “evangélico” se relaciona ao fiel que se submete ao ensinamento contido nas “boas-novas” (*evangelium*, em latim) trazidas por Jesus. Os protestantes se declaravam seguidores do Evangelho e consideraram a Igreja Católica Apostólica Romana como uma instituição que se distanciou do evangelho – um dos seus princípios durante a Reforma era o da *Sola Scriptura* (“Só a Escritura”, em latim). Isso significava que, para os protestantes, apenas a Bíblia era fonte de revelação suprema, e que não deveria ser permitido à Igreja elaborar doutrinas fora dela. Todos esses movimentos estimulavam o fim do monopólio da Igreja sobre a interpretação da Bíblia e reivindicavam que todo e qualquer cristão pudesse ler as Escrituras e tirar delas o que quisesse. Os protestantes recusavam a idéia de que um único líder – o papa – deveria guiar os rumos da religião. Sem um “chefe”, cada grupo começou a se fragmentar em diversas correntes, com pequenas divergências doutrinárias.

A hipótese principal da pesquisa foi a de que a qualidade de política praticada pelos parlamentares eleitos pelo segmento religioso evangélico na ALESP é signatária do padrão político-assistencialista e clientelista, e que reflete uma falta de pertinência e alcance social de demandas da população carente paulista. A essa hipótese principal acrescentamos as seguintes hipóteses secundárias tais como: A práxis política (projetos de lei) dos deputados paulistas

eleitos pelo segmento religioso evangélico se caracteriza pelo clientelismo, patrimonialismo e assistencialismo; Essa práxis política não traz aportes inovadores e não contribui para consolidação da democracia por meio da construção da cidadania; Também, as denominações religiosas evangélicas representadas na ALESP, não produzem a nosso ver uma participação política emancipadora, e, sim, de obediência acrítica, de subserviência e de dominação junto aos seus fiéis-eleitores.

A escolha do tema A atuação dos evangélicos na Assembléia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010 está relacionada a nossa militância política anterior ao início de pesquisa, que foi partidário, sindical e estudantil. Ela se iniciou durante os nossos estudos de graduação em ciências sociais e políticas, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Além dessa militância política, há também, uma motivação que nasceu do conflito dessa militância com o apoliticismo da Congregação Cristã no Brasil da qual é integrante uma parte significativa nossa família. Soma-se a isso a incompreensão teórica do fato de que muitos colegas de infância e adolescência, da periferia da cidade de São Paulo, terem aderido às religiões evangélicas pentecostais.

Para clarear as indagações acerca do tema foram feitas pesquisas bibliográficas da produção acadêmica sobre o protestantismo e política nacional as quais permitiram verificar o quanto é vasta e rica a produção teórica brasileira. No entanto, foi percebido que há brechas para a análise sobre a participação evangélica na política, visto que o comportamento político dos evangélicos é bastante dinâmico e assume novos rumos a cada eleição. Além disso, há reduzida análise acadêmica sobre a participação política dos evangélicos no parlamento paulista, o que não acontece em outros estados da federação, tais como no Ceará, no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, onde foram realizados

investigações e estudos¹ sobre a interpenetração da religião e política nossos estados.

Acreditamos que este trabalho poderá contribuir para eliminar parte da lacuna existente na produção acadêmica em relação à política parlamentar paulista e suas relações com os evangélicos. Além disso, este trabalho poderá contribuir para o diagnóstico do comportamento político-ideológico dos parlamentares evangélicos, servindo como referência às denominações religiosas que desejam refletir sobre as suas ações e escolhas políticas. Conseqüentemente, esta reflexão poderá contribuir para dar uma nova visibilidade e credibilidade política dos evangélicos de São Paulo.

A pesquisa iniciou com uma revisão da bibliografia acadêmica sobre a inserção dos evangélicos históricos e pentecostais na política paulista com o intuito de se verificar a prática de assistencialismo e clientelismo. Ficou claro para nós que se trata de uma forma de fazer política que nem sempre há uma preocupação em contribuir para a consolidação da democracia e integrar à condição de cidadão segmentos marginalizada da sociedade paulista. Num segundo momento a pesquisa exigiu uma análise das biografias eleitorais dos parlamentares evangélicos de São Paulo. Portanto era necessário incluir na pesquisa formas de compreender a contribuição e os interesses das denominações evangélicas envolvidas na elaboração dos projetos de lei apresentados na ALESP. Enfim, procuramos pesquisar, analisar e contextualizar as proposituras dos parlamentares evangélicos relacionando-os às condições socioeconômicas e culturais da população carente paulista.

Fizemos o corte temporal e histórico, começando em 1945, com o processo de redemocratização e terminamos em 2010 quando houve a eleição para a atual legislatura.

¹ Cristiane Bonfim realizou tese de mestrado sobre os parlamentares do Ceará, Edileusa Santana realizou estudos sobre a atuação evangélica no Rio de Janeiro e Eduardo Lopes sobre os evangélicos na política de Santa Catarina.

O texto desta dissertação está assim dividido:

No primeiro capítulo analisamos a inserção política dos evangélicos em São Paulo oferecendo uma visão histórica, na qual analisamos a introdução dos evangélicos no território paulista, destacando, nesse caso, a sua participação política. Verificamos que no período imperial as condições socioeconômicas e culturais permitiram um inserção apenas parcial protestante na província de São Paulo onde a hegemonia do catolicismo romano era uma realidade. Essa hegemonia, que não era somente em São Paulo, mas em todo o país, continuou na República Velha.

Serão analisadas as condições históricas que permitiram a pregação do protestantismo de missão junto à população de migrantes e nativos que trabalhavam na cafeicultura. Na ditadura militar, analisaremos a posição ideológica dos evangélicos diante do período que o Brasil fechou as portas à democracia e as razões ao apoio majoritário dos segmentos evangélicos à ausência de democracia desse período. Nos tempos de redemocratização, serão estudados as causas do processo de redemocratização e os fatores da intensa participação evangélica no Congresso Nacional e no parlamento paulista.

Ainda, no primeiro capítulo relacionamos os evangélicos e a cultura política de São Paulo. Nessa parte temos por objetivo compreender a formação do padrão de se praticar a política no espaço paulista, que a rigor não é tão diferente do padrão brasileiro. Para tanto, procurou-se analisar o conceito de coronelismo fenômeno político a luz da sua contribuição à formação da democracia paulista; no autoritarismo do estado Novo, serão analisadas as implicações para a formação da cultura política paulista pelo fato da ausência de democracia do governo de Vargas; no populismo, será feita a relação entre o populismo e a política assistencialista ou paternalista dos governantes que vieram após o fim do Estado Novo; nos evangélicos na ALESP, serão nomeados os representantes políticos das diversas igrejas evangélicas no parlamento paulista, seguido pela descrição e análise dos projetos de lei desses parlamentares.

No capítulo 2, enfatizamos os obstáculos e desafios à inserção dos evangélicos na política de São Paulo. Assim procuramos inicialmente introduzir um debate sobre a construção da cidadania na sociedade brasileira, a luz da constatação de que prevalece no espaço paulista uma cidadania consentida e incompleta. Apontamos ainda as raízes dessa realidade por meio de uma análise histórica do período colonial, que é apresentada como fundamento da gênese de fatores que explicam as razões da limitada participação política do povo brasileiro. A análise das causas da “cidadania consentida e limitada” permitiu a compreensão e aplicação dos conceitos de *patrimonialismo e clientelismo* que incentiva a práxis dos brasileiros, estimulado pelas elites paulistas.

Com o processo de industrialização e urbanização bastante concentrado no sudeste do Brasil, em particular na região metropolitana de São Paulo, temos o princípio da organização sindical e partidária da classe trabalhadora paulista e a apropriação das conquistas dos trabalhadores durante Era Vargas. Em seguida, fazemos uma análise histórica do assistencialismo no Brasil, destacando-se as ações realizadas por evangélicos de acordo com o terceiro setor. Dessa forma pretende-se atingir com as ações das Igrejas e ONGS a população carente, Nesse capítulo apresentamos as mudanças experimentadas pelos evangélicos paulistas em sua participação política na ALESP. Para analisamos a performance de dois deputados estaduais. Um foi escolhido para representar o modelo tradicional de participação, em que o político recebia o apoio dos fiéis de várias e distintas igrejas. Esse tipo de político Campos denominou de “políticos evangélicos” em oposição ao que chamou de “políticos de Cristo”, em que o político mantinha vínculo eleitoral com apenas uma denominação religiosa. O primeiro deputado foi Carlos Renê Egg e o segundo foi Faria Jr.

No capítulo 3 apresentamos o argumento de que a inserção intensa dos segmentos evangélicos no cenário político paulista acontece a partir de uma ambigüidade de uma pequena parcela que pratica uma política progressista, portanto de esquerda. De outro lado, há uma maioria de políticos pentecostais

exercendo as suas atividades mediante uma práxis conservadora, denotando-se com isso um comportamento direitista de se fazer política. Essa parcela de políticos conservadores significa que os evangélicos pentecostais se envolveram com escândalos de corrupção, ao quais serão analisados no item sobre ética e corrupção.

No último capítulo realizamos uma descrição e análise dos projetos de lei dos deputados evangélicos paulistas no período de 1995 a 2010. Procuramos classificá-los a partir da pertinência ou alcance social dessas proposituras, correlacionando-as com o contexto socioeconômico e cultural da população carente da região metropolitana de São Paulo.

CAPÍTULO 1

A INSERÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS EM SÃO PAULO

1.1 A inserção política dos evangélicos – visão histórica

A inserção política e religiosa dos evangélicos em São Paulo será estudada a partir de uma visão histórica que permite entender o período imperial, no qual serão analisadas as condições socioeconômicas e culturais que permitiram a inserção protestante na província paulista mediante a hegemonia do catolicismo romano. Na república velha serão analisadas as condições históricas que permitiram a pregação do protestantismo de missão junto à população de migrantes e nativos que trabalhavam na cafeicultura. Na ditadura militar, analisaremos a posição ideológica dos evangélicos diante do período que o Brasil fechou as portas à democracia e as razões ao apoio majoritário dos segmentos evangélicos à ditadura desse período. Nos tempos de redemocratização serão estudados as causas do processo de redemocratização e os fatores da intensa participação evangélica no Congresso Nacional e nos parlamento paulista.

Os evangélicos e a cultura política de São Paulo serão estudados a partir do coronelismo onde analisamos o conceito desse fenômeno político a luz da sua contribuição à formação da democracia paulista. No autoritarismo do Estado Novo será analisado as implicações para a formação da cultura política paulista da ditadura do governo de Getúlio Vargas. No populismo, será feita a relação entre o populismo e a política assistencialista ou paternalista dos governantes que vieram após o fim do Estado Novo. Em os evangélicos na ALESP serão nomeados os representantes políticos das diversas igrejas

evangélicas no parlamento paulista e seguido pela descrição-análise dos projetos de lei desses parlamentares.

O capítulo, sobre as trajetórias de candidatos evangélicos, tratará inicialmente da trajetória política de dois candidatos evangélicos: Carlos René Egg e Faria Jr. O primeiro é considerado um político tradicional, que não colhia votos somente de uma denominação religiosa. Serão analisadas as suas estratégias de campanha eleitoral e as proposituras como deputado ao assumir alguma cadeira parlamentar. Por fim, estudaremos a atuação de René Egg como secretário estadual a frente da secretaria da promoção social. O segundo evangélico, Faria Jr., foi candidato eleito ao parlamento paulista e é considerado como um político de cristo em razão do vínculo eleitoral com apenas uma facção religiosa, no caso a IURD ou seja, colhendo votos de fiéis de apenas uma igreja evangélica. Analisaremos a campanha eleitoral e as proposituras de Faria Jr., como também, seu conflito com a IURD e a conseqüente desvinculação política e religiosa desta denominação.

Finalmente apresentaremos uma descrição e análise das proposituras dos parlamentares evangélicos no período de 1945 a 2010 a partir da classificação das proposituras em agrupamentos conforme a pertinência e alcance social dos projetos de lei.

1.1.1 Período do Império

A inserção inicial dos evangélicos no Brasil se inicia no período monárquico (1822 - 1889), já que a inserção no período colonial dos franceses na Guanabara (1555-1567) e os holandeses no Nordeste (1630-54) foram de iniciativa efêmera não restando vestígios no século XIX, conforme citação de Boanerges Ribeiro (1973, p.15), Emilie Leonard (1963) e Antonio G. Mendonça (1983).

No período monárquico, mais precisamente, desde a vinda da família imperial portuguesa (1808), começaram a se tornar influentes novos conceitos e

movimentos surgidos na Europa, tais como o iluminismo, maçonaria, liberalismo político, regalismo, jansenismo e os ideais democráticos americanos e franceses². Tais idéias começaram a ser fazer presentes entre os intelectuais, políticos e sacerdotes paulistas, e tiveram dois efeitos importantes na área religiosa do Rio de Janeiro e de São Paulo: o enfraquecimento da Igreja Católica e uma crescente abertura da sociedade ao protestantismo. A Constituição Imperial, promulgada em 1824, refletiu essa mentalidade liberal, concedendo oportunidade às religiões não-católicas, especialmente ao protestantismo, inicialmente de imigração e posteriormente de missão certa liberdade de culto, ao mesmo tempo em que confirmou o catolicismo como religião oficial.

Na Igreja Católica Romana brasileira, com força na Província de São Paulo, durante o início do período imperial encontramos diferenciações entre o catolicismo segundo o modelo tridentino e o catolicismo regalista e popular. A competição entre os dirigentes do sistema de produção econômico-político e os padres jesuítas se transformou em conflito aberto e criou espaços aos pregadores e distribuidores de bíblias, Ashbel Green Simonton, F. J. C. Schneider, Daniel P. Kidder, J. E. Newnian, A. L. Blackford e outros. Estes fizeram não só da capital da Província, mas também das cidades interioranas espaços de catequese, ali pregando, fundando igrejas, fazendo prosélitos. Rapidamente começaram a surgir pregadores nacionais, entre eles o ex-padre José Manoel da Conceição que, entre 1865 até a morte em 1874, divulgou o protestantismo entre seus ex-paroquianos de Sorocaba, Brotas, Ubatuba e até ao Rio de Janeiro Ribeiro (1973) e Leonard (1963).

As intenções missionárias ficam claras na Proposta de Missão, documento que é resultado da reunião de maio de 1859 da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América (Presbiteriana do Norte), aprovado como parte do Relatório da Junta de Missões Estrangeiras, reproduzido por Ribeiro (1981):

² Tais idéias tidas como modernizadoras tiveram uma forte influência política e são analisadas em verbetes do famoso Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio (1988).

“Já há algum tempo que a comunidade cristã tem tido sua atenção voltada para o Brasil como campo atraente de trabalho missionário, com apelo especial às igrejas evangélicas deste país..... Provavelmente não está longe o dia em que o Brasil terá o seu lugar entre as nações mais importantes da Terra em população e nos outros elementos de grandeza nacional. É de alta importância para o seu presente e para bem estar-futuro, que a mente nacional esteja imbuída de idéias e princípios religiosos corretos, e estes deverão proceder, em primeiro lugar, das igrejas evangélicas de nosso país..... Sem dúvida a missão será um tanto experimental. Seus primeiros objetivos serão: explorar o território, verificar os meios de atingir com sucesso as mentes dos naturais da Terra, e testar até que ponto a legislação favorável à tolerância religiosa será mantida. Se o resultado dessas investigações for positivo – e temos plenas razões para supor que sim – a missão poderá depois ser ampliada em termos que as circunstancias justifiquem” (Boanerges Ribeiro, 1981, pp. 17-18).

O resultado dessas pregações pela Província Paulista e da chegada de centenas de famílias norte americanas na região de Santa Bárbara, vindas do sul daquele país após a guerra da Secessão, fizeram surgir às primeiras congregações protestantes metodistas, presbiteriana e batistas em zonas de imigração de 1871.

Em 1880, o deputado Rui Barbosa, da Bahia, redigiu, a pedido do Presidente do Conselho de Ministros, José Antônio Saraiva, um projeto de lei de reforma eleitoral, documento que o Ministério do Império enviaria à Câmara dos Deputados em 1880. Aprovado posteriormente pelo Senado, em janeiro do ano seguinte seria transformado no Decreto nº 3.029 e ficaria popularmente conhecido como Lei Saraiva. Por intermédio dele, seriam instituídas eleições diretas no país para todos os cargos, à exceção do de regente, amparado pelo Ato Adicional. Tal documento refletia a propaganda política liberal republicana que prevalecia no espírito da época.

Naquela época, o voto não era universal, para participar do processo eleitoral, requeriam-se 200 mil réis de renda líquida anual comprovada. Havia, no

entanto, a previsão de dispensa de comprovação de rendimentos, que se aplicava a inúmeras autoridades. Para candidatar-se, o cidadão, além de não ter sido pronunciado em processo criminal, deveria auferir renda proporcional à importância do cargo pretendido. Deveria, ainda, solicitar por escrito o seu alistamento na paróquia em que tivesse domicílio.

Por sua vez, os candidatos a vereador ou até mesmo o juiz de paz necessitavam apenas de comprovar residência no município e no distrito por mais de dois anos; candidatos a deputado provincial, dois anos na província; candidatos a deputado geral, renda anual de 800 mil réis; e candidatos a senador deveriam comprovar, além da idade de 40 anos, a percepção de renda anual de um milhão e 600 mil réis. Naturalizados brasileiros também poderiam concorrer para a Assembléia Geral desde que tivessem mais de seis anos de residência no país, após a alteração de nacionalidade.

Uma modificação digna de nota é que, a partir daquela década, os trabalhos eleitorais não mais seriam precedidos de cerimônias religiosas, como era habitual antes da edição da Lei Saraiva. Refletindo a relação entre o Estado e a Igreja, já havia ocorrido que algumas eleições fossem realizadas em templos religiosos. A partir da lei apenas na falta de outros edifícios é que os pleitos poderiam ser realizados em templos católicos, muito embora fosse possível afixar nelas – como locais públicos que eram – editais informando eliminações, inclusões e alterações nos alistamentos eleitorais.

Outro ponto inovador da referida lei foi o estabelecimento do título de eleitor – em substituição ao de qualificação, fixado em 1875 –, com número e data de alistamento. Nele, constavam, além da assinatura do juiz de direito do local do alistamento, dados pessoais como nome, idade, filiação, estado natal, profissão, domicílio e renda. Para determinadas autoridades, como acima mencionado, não era necessária a comprovação de rendimentos.

A lei Saraiva aproxima os protestantes do processo eleitoral na medida em que encerra a realização do cerimonial católico antes do início das eleições, possibilitando

o interesse do protestante em se fazer representar politicamente. Desse modo, podemos afirmar que há uma laicização das eleições que remonta um princípio de secularização.

1.1.2 Período da República Velha

Após o golpe militar de 1889, que instaurou a República no Brasil, até a grande crise do sistema político que foi a revolução de 1930, as condições para a expansão do protestantismo no Brasil foram facilitadas, a despeito de centenas de casos de perseguições religiosas ocorridas no interior, conforme Leonard (1963).

Neste tópico faremos um sobrevôo às condições econômicas, sociais e políticas do período que vai de 1889 a 1930, chamado pela historiografia de República Velha, para compreender em que contexto se dava inserção religiosa e política dos evangélicos no estado de São Paulo.

Para iniciar é estratégico compreender que o protestantismo brasileiro ou segundo Mendonça (1990, p.11) os “protestantismos brasileiros” de origem missionária seguem, desde meados do século XIX, sendo uma projeção, o broto de uma raiz, ou um segmento do protestantismo norte-americano. Em outras palavras, direta ou indiretamente as igrejas brasileiras se nutriam da religião civil norte-americana, embora a fundação e a compreensão do protestantismo da nação norte-americana se deram a partir da inspiração de um ideário messiânico assentado nas origens da Reforma Inglesa e nas contribuições e desdobramentos do calvinismo, Wesleyanismo e puritanismo do século XVIII.

A situação protestante no estado de São Paulo reflete os intentos do protestantismo norte-americano e encontra o estado em um contexto econômico de latifúndio em detrimento do minifúndio e do segmento do café para exportação como o principal gerador de divisas (Vitor Nunes Leal, pp. 27-30). A economia de São Paulo estava assentada para a satisfação de mercado externo, colada aos interesses da burguesia comercial cafeeira e em detrimento dos interesses de uma economia voltada ao mercado interno. O resultado foi que a maioria da população economicamente ativa paulista concentrava no campo e eram submetidos à

dominação, vontades e aspirações dos fazendeiros, os coronéis (Nunes Leal, p. 31).

A estratificação social estabelecida no estado de São Paulo foi de uma pirâmide que determinava um topo composta pela família da burguesia rural paulista, vivendo muito bem, onde os filhos estudavam na capital do Estado ou no exterior, a alimentação era farta e saudável, a moradia remetia a casa grande e confortável. Em contrapartida, os homens livres e pobres viviam em regime de penúria e ignorância por conta da renda insuficiente para elevar a qualidade de vida de seus familiares (Nunes Leal, p. 24). A situação social dos negros era ainda pior, pois enfrentavam dificuldades no mercado de trabalho, onde os patrões preferiam contratar os branco-imigrantes e quando um negro era contratado seu salário era bastante inferior. Seria entre esses homens livres e pobres, que prestavam seus serviços às fazendas de café, que surgiram à pregação referida na tese de Mendonça.

No aspecto político, o voto de cabresto viabilizava a concretização da política de troca entre o chefe político municipal, o coronel, e o poder central do governo do estado (Nunes Leal, p. 23). A exclusão de mulheres e analfabetos do eleitorado evidencia que a participação popular não estava nos planos da oligarquia rural paulista que comandava o estado e o país. A maioria da população permaneceu excluída não só das decisões políticas como também do acesso a condições mínimas de vida e continuou explorada economicamente pelas classes dominantes.

Em suma, continuava predominando a orientação política ditada pelos grandes cafeicultores, aliados às demais oligarquias regionais. Isto ocorreu durante a República da Espada e com aplicação da política liberal do Partido Republicano Paulista, criado em 1893, pelos senhores do café, que afirmavam ter chegado a hora da instalação do poder civil por meio do projeto da política do café com leite que unia as oligarquias paulista e mineira. Esse projeto se concretizou, em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, rico fazendeiro paulista, para a presidência da República. Nascia, assim, sob a hegemonia dos plantadores de

café, a chamada Primeira República, que perduraria até 1930. Ao longo de mais de três décadas, as instituições republicanas brasileiras se moldaram às coordenadas da política do café-com-leite, uma aliança constituída por São Paulo e Minas Gerais, os dois estados da federação mais poderosos economicamente. Um dos mecanismos utilizados pelos grandes proprietários rurais paulistas e mineiros para garantir-lhe o controle do poder foi à política dos governadores, posta em prática a partir de 1898 por Campos Sales.

È nesse contexto socioeconômico e político que a pregação protestante em São Paulo se propaga. Assim a pregação protestante, principalmente presbiteriana, portadora de uma ideologia formalmente democrática e republicana, dificilmente conseguiria atingir, de modo a alterar o comportamento, da classe dominante brasileira (MENDONÇA, 1995 p. 122).

O confronto de teodicéias protestante e católica ocorreu na camada de homens livres e pobres da população rural. A pregação protestante encontrou nesse estrato social, não somente um espaço social aberto, mas interstícios através dos quais pôde penetrar e ocupar pequenos claros deixados pela religiosidade dominante (MENDONÇA, p. 136).

A Constituição de 1891 separa Igreja e Estado o que implica no princípio do processo de secularização do Estado brasileiro e que resultou na liberdade religiosa, no pluralismo religioso, na privatização da religião e, conseqüentemente, na formação de vasto mercado religioso.

Desde então não mais havia, oficialmente, restrição legal para a participação política de não-católicos. Mesmo assim, outros fatores, talvez o pequeno número de fiéis, tenham mantido quase nula a presença protestante na política da República Velha. O sufrágio ainda é muito restrito, as oligarquias estaduais controlam as eleições e as abstenções são colossais. Há também o fator estrutural: o peso da economia agrária e a concentração da terra impossibilitam uma disputa política mais ideológica conforme estudos de Paul Freston (1994, p.19).

Segundo Freston, embora haja casos de parlamentares protestantes nas esferas municipais e estaduais, a presença política de protestantes no congresso foi quase inexistente nesse período. O predomínio é do protestantismo de imigração, sobretudo luterana, que defensores da monarquia se isolam politicamente nas suas comunidade em razão da republica. Nenhum congressista da República Velha era protestante durante seu mandato parlamentar. Mas há um caso de adesão assumida no fim da carreira política, o de Joaquim Nogueira Paranaguá (1855-1926) que torna-se batista após deixar o Senado em 1906.

1.1.3 A segunda República

Diferentes foram às formas de inserção dos evangélicos na política brasileira após a revolução de 1930. Getulio Vargas assumiu o controle político do país quando, em 1930, a conspiração contra o governo federal entrou na ordem do dia, tendo vários líderes tenentistas aderido ao movimento revolucionário que iria depor o último representante da política do café-com-leite, Washington Luís. São Paulo foi, praticamente, o único Estado de importância que mostrou disposição em defender o governo federal através da Revolução Constitucionalista de 1932. No entanto, por trás de todo o movimento estava a crise mundial representada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929). Mesmo a queda da República Velha, o café continuou a ser o principal produto da economia brasileira. Mas, a orientação dada pelas novas forças políticas dominantes em relação à cafeicultura foi radicalmente diversa da empregada durante a política do café-com-leite, em que cabia apenas ao Estado arcar com toda a responsabilidade financeira para a valorização do produto.

Essa crise abriu um caminho para um processo de industrialização estimulada pelo governo de Vargas. O país vivia as consequências da primeira guerra mundial e da crise de 1929. Esses e outros fatores históricos funcionaram como barreiras acidentais que impulsionaram a nossa indústria segundo Nelson Werneck Sodré, (p. 64-65). As correlações de forças militar e popular em 1930, embora sem a participação operária, liquidaram as instituições oligárquicas, permitindo a intensificação das relações capitalistas industriais. A era Vargas

(1930-1945) caracterizou-se pela intensificação do processo de industrialização e repressão do movimento operário e camponês pela via autoritária para permitir a acumulação de capital a partir da custa do salário (SODRÉ, p. 67). A acumulação de capital, apropriada pelo imperialismo e latifúndio (SODRÉ, p. 59), por meio do processo de industrialização para substituição das importações se concentrou na cidade de São Paulo, já que a cidade apresentava a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das indústrias. O resultado da concentração industrial em São Paulo foi o incremento da urbanização em razão da migração campo-cidade, sobretudo, de nordestinos à Capital industrial.

O governo de Juscelino Kubitschek, o JK, deu continuidade aos processos de industrialização de Vargas com a introdução do modelo econômico da internacionalização da economia por meio da abertura do país às multinacionais. Foi um governo que investiu, por meio da intervenção do Estado na economia, conforme iniciado em Vargas, na industrialização de base, ou seja, nas indústrias de bens de produção, de bens de capital, eletrificação, educação, e, de modo geral, na melhoria da infra-estrutura industrial através do Plano de Metas (SODRÉ, pp. 86-87). O desenvolvimentismo de JK gerou um crescimento econômico medido pelo aumento nas taxas do PIB, em 1950-1955 a taxa foi de 5,6% e passou de 7,0% de 1957-1961. Porém, a inflação confiscava o salário dos trabalhadores, apontando para um crescimento econômico com concentração de renda (SODRÉ, pp. 90-91).

Se a presença protestante na política nacional é, ainda pequena na República Velha, ela foi reativada no governo Vargas que abre novas possibilidades, na medida que estreita suas relações com a Igreja Católica, que pretende instituir a neo-cristandade. Por isso, ocorre uma mobilização política evangélica sem precedentes. O Código Eleitoral de 1932 facilita a participação, criando a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino, cujas conseqüências se fariam notar na convocação pela ANL em 1933. Mas ainda havia mecanismos que tolhiam o livre exercício do voto.

A Igreja Católica surgiu como beneficiária da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas. Após a Revolução, a pressão eclesial sobre o novo governo começa a render benefícios, por exemplo, por meio de decreto que autoriza o ensino religioso nas escolas públicas. Diante da nova lei eleitoral, forma-se a Liga Eleitoral Católica (LEC) em apoio a candidatos favoráveis às reivindicações católicas posições conservadoras (FREESTON, 1992 pp.20-21).

Diante das ambições católicas, e das novas possibilidades eleitorais, líderes evangélicos, principalmente presbiterianos, começam a se articular ao redor de um novo organismo de unidade, Confederação Evangélica do Brasil, organizada oficialmente em 1934. A confederação defende, entre outras coisas:

- * a justiça popular, rápida e gratuita;
- * a completa laicidade do Estado e... do ensino oficial;
- * absoluta liberdade de pensamento e da manifestação do pensamento;
- * um “regime cooperativista” com participação dos operários nos lucros;
- * o divórcio absoluto;
- * a educação popular obrigatória e instrução secundária, profissional e superior acessível às classes menos favorecidas;
- * a promoção do pacifismo, no sentido de se reduzirem ao mínimo o aparelhamento e as despesas militares;
- * o voto secreto e a não-realização das eleições aos domingos.

Segundo Campos, nunca houve outro pronunciamento político tão abrangente por parte de um grupo representativo de líderes evangélicos brasileiros. As ambições católicas e a admiração de segmentos católicos pelo fascismo impulsionaram os autores da Confederação em direção a um esquerdismo moderado. A mesma postura, pelo menos inicialmente, no primeiro

grande político protestante metodista, Guaracy Silveira (1893-1953). Constituinte evangélico eleito em 1933-34 pelo PSB do qual acabou sendo expulso posteriormente, e, anos mais tarde eleito pelo PTB de Vargas, em 1946. Entre 1946 e 1964 ocorrem transformações estruturais que tornam essa participação eleitoral mais livre. A porcentagem de eleitores cresce com a urbanização e a diminuição do analfabetismo, que libera a população do coronelismo rural. A urbanização se acelera, livrando maior parcela da população do coronelismo rural.

1.1.4 A Ditadura Militar

Os governos militares cobriram um longo período histórico que se estende de 1964, com a posse provisória de Pascoal Ranieri em 2/4/1964 e a posse definitiva do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no dia 15/4/1964, até o final do mandato do general João Batista de Oliveira Figueiredo em 15/3/1985.

A economia brasileira nesse período teve um crescimento relativo considerável, crescendo em média 6,15% ao ano, contra os 7,12% ao ano registrados de 1948 a 1963. Em contrapartida a taxa inflacionária foi de 58% ao ano, ficando superior à taxa mundial de 9,4% e inferior às taxas de 20,2% de países em desenvolvimento e de 39% dos países da América Latina. Por outro lado, o crescimento de 6,15% da economia brasileira no período foi superior aos 3,66% do crescimento mundial e 4,78% e 4,75%, respectivamente dos países em desenvolvimento e da América Latina conforme Rubens Penha Cisne³.

Uma importante crítica pode ser feita à condução de política econômica no período militar foi o fato de o crescimento experimentado pelo país entre 1964 e 1985 não ter se produzido numa redução das desigualdades sociais e de uma proporcional diminuição da pobreza, ainda conforme Cysne (1993). Politicamente, segundo Maria Dalva G, Kinzo o governo militar não refletiu um consenso político nos rumos que o país deveria tomar entre as facções militares,

³ Est.Econ., São Paulo, 23(2), maio-agosto 1993).

ocorreram disputas pelo comando político dos pais entre as facções divergentes. Essa época caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão àqueles que eram opostos ao regime militar.

No campo religioso, Freston (1994, p.25) afirma que, em geral, a relação dos protestantes com o regime militar é vista como muito próxima e cita o cientista político evangélico, Robinson Cavalcanti, que retratou em linguagem viva o que teria acontecido.” Se o [regime militar] pudesse ser comparado a uma composição ferroviária que é forçada a seguir por um desvio (em 1968), poderíamos dizer que a Igreja Romana, na maioria de sua liderança, resolve descer na primeira estação após a entrada no desvio. Eles vinham ocupando os vagões da primeira classe... Quando eles descem, o chefe do trem convida os evangélicos a se mudarem para os vagões da primeira classe... Estes o fazem..., agradecidos pela deferência... Os evangélicos vão se tornando, a partir da década dos 70 (juntamente com os maçons e os kardecistas), em sustentáculos civis do regime... O regime procura investir máximo nos protestantes: visitas de cortesia, empregos, convênios, nomeações para cargos importantes, convites para pastores cursar a ESG”.

Algumas igrejas protestantes, em especial as presbiterianas tem uma relação bastante estreita com o regime militar na concepção de Freston: Entre elas a igreja Presbiteriana do Brasil [IPB] foi a mais comprometida com o regime nascido do golpe de março de 1964 por causa das ligações dessa igreja com a classe média e por causa do prestígio que gozava nos meios políticos e militares. Após o golpe, além de uma repressão interna na IPB, vários líderes leigos assumem posições de importância no novo regime. Geremias Fontes é designado governador do RJ. A família Gueiros ocupa vários cargos Eraldo se torna governador de PE; Nehemias é o redator do AI-2, conforme artigo de Leonildo Silveira Campos (1988, p.7).

De certo que a igreja Presbiteriana Independente (IPI) também teve sua repressão interna e forneceu quadros importantes para o regime. Vejamos: A

filial de São Paulo [da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República] foi entregue ao pastor e jornalista presbiteriano independente, Rev. Sérgio Paulo Freddi que, ao lado do presbítero de sua igreja, Coronel José Walter Faustine (chefe do poderoso serviço secreto do II Exército), formou uma dobradinha responsável, respectivamente, pela propaganda e combate ao terrorismo e subversão (CAMPOS 1988, p.7).

Freston aponta a posição política da Convenção Batista Brasileira em relação ao golpe e governo militar. Através de *O Jornal Batista*, manifestou reiteradamente seu apoio ao novo regime. A polêmica que alguns pastores vinham mantendo no jornal sobre a ação social da igreja foi rapidamente esquecida, junto com o Manifesto da Ordem dos Ministros Batistas de 1963, que defendia reformas de base na vida nacional para combater a atual distribuição de riqueza. A posição da hierarquia batista no período militar ficou tão notória que o Presidente Cárter, diácono batista e empenhado numa política a favor dos direitos humanos, evitou reunir-se com os batistas brasileiros quando visitou o país.

Entretanto, segundo Freston, a única igreja protestante em situação política semelhante à Católica era a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). Em 1970, a Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial, que se realizaria em Porto Alegre, foi transferida para a França, em protesto contra a situação dos direitos humanos no Brasil e o silêncio da IECLB. Em seguida, a liderança da igreja brasileira lançou o Manifesto de Curitiba, entregue ao Presidente Medici. Contrariando as estruturas anteriores, a IECLB reivindicava "uma função crítica e de consciência da nação". Não é por acaso que a única igreja protestante a contestar oficialmente a repressão é precisamente a única igreja de imigração, tendo membros de todas as classes sociais, a IECLB tinha, ao mesmo tempo, a capacidade de sentir a realidade social e condições de se posicionar contra ela. Essa combinação é única no mundo protestante brasileiro. Outras igrejas careciam de uma base popular que provocasse crise pastoral em parte do clero, ou eram igrejas de pobres, sem condições de protestar sem ficarem expostas a todo o peso da repressão.

1.1.5 Tempos da redemocratização

A redemocratização do Brasil a partir de meados da década de 1980 foi à conjugação de fatos como a Constituinte de 1986, o movimento das Diretas Já e o pluripartidarismo. A Constituinte foi o marco histórico de divisor de águas da participação evangélica na política institucional de São Paulo e do Brasil. A velha postura do não envolvimento político enquanto eixo do mal cede lugar para a nacionalização de muitas igrejas, o envolvimento com as questões materiais e a conseqüente participação política.

O quadro político demonstra que após as eleições de 1986 a representação evangélica no Congresso aumentou significativamente e mudou de composição eclesiástica. Até 1933 houve um total de 50 congressistas protestantes e o número em cada legislatura estava estabilizado há mais de 20 anos. O incremento político protestante é sintetizado pela análise de Freston.

O incremento na eleição de 1986 (para a legislatura de 1987- 1991) não é mantido em 1990, mas não há volta ao patamar anterior. O leque de denominações, estabilizado entre 6 e 8 há duas décadas, amplia-se para 10 nas eleições de 1982, saltando para 14 na legislação 1987-1991. A AD vai de um para 13 parlamentares, se distanciando de todas as demais igrejas. Os batistas vêm depois, bem à frente de outros históricos. A IPB desaparece por completo nas eleições de 1990, após 40 anos de representação contínua no Congresso. A igreja Universal do Reino de Deus, com pouco mais de uma década de existência, sobe para o terceiro lugar (FRESTON, 1994 p. 45).

Nem todas as igrejas pentecostais entraram na política. Das seis maiores, somente três o fizeram: Assembléia de Deus, Quadrangular e Universal. A Congregação Cristã e Deus é Amor mantêm o apoliticismo. Na Igreja O Brasil para Cristo, pioneira na política pentecostal nos anos 60, a nova liderança, menos

personalista, ainda não superou a prevenção contra a política causada pelas aventuras do seu fundador, Manuel de Mello, nos anos de 1960. A AD, com 26 mandatos desde 1987 (*versus* 4 da Universal e 3 da Quadrangular), tem proeminência indiscutível.

Na primeira eleição presidencial do Brasil em 1989, após 21 anos de regime militar, se por um lado, foi um marco na redemocratização do País, o pleito foi caracterizado por uma cobertura extremamente tendenciosa da mídia, com, inclusive, em edições de debates políticos. Nas campanhas de Collor e Lula, até o discurso dos artistas foi embebido na temática do medo *versus* a esperança e chamou à atenção do público do horário eleitoral gratuito da televisão e o seqüestro de Abilio Diniz, presidente do grupo Pão de Açúcar, usado contra o candidato Lula. Os evangélicos votaram e apoiaram, a “esperança”, predominantemente, em Fernando Collor de Mello. Os evangélicos entendiam que a candidatura de Lula representava o eixo do medo, do comunismo e da virtual perseguição aos evangélicos.

O eleitor, de fato, “colloriu” as eleições de 1989. Mas, após dois anos e nove meses, foi às ruas, sob a liderança dos “caras pintadas”, jovens que também apostavam nas mudanças prometidas pelo PRN. Em coro, o eleitorado insatisfeito pedia a deposição do presidente. O “sonho” Collor virou o pesadelo, em preto e branco, do confisco da poupança, da corrupção deslavada, dos desmandos administrativos e pessoais. Jornais, revistas e redes de televisão mudaram de posição e começaram a atacar o presidente. Pressionado pelo povo e pela elite política, o Congresso Nacional abriu o processo contra o presidente Collor, que resultou no seu impeachment em dezembro de 1992.

A disputa central nas eleições presidenciais de 1994 se deu justamente entre o ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, em coligação com o PFL e parte do PMDB e, novamente, Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Naquele ano, foi evidente a participação dos veículos de comunicação social na campanha situacionista, cuja plataforma fincou suas bases no Plano Real. Emissoras de tevê e de rádio, revistas e jornais apontavam o candidato do

PT como um opositor ao projeto que garantiria a estabilidade econômico-financeira defendido pelo governo e pela propaganda eleitoral dos tucanos. Lula traria de volta a inflação, tão temerária e temida no Brasil.

Outra vez, o medo tomou conta da população e foi alimentado pelo discurso de que o PT seria incapaz de articular as alianças políticas de que o País necessitaria para conquistar e se manter no Poder. Indagado se também tinha receio de enfrentar as elites conservadoras que se uniam contra sua eleição, Lula afirmou: “Não, até porque este medo existia em 1989. Diziam que se o Lula ganhasse a eleição teria dificuldade de fazer aliados. Fizemos os aliados necessários. Não fizemos mais porque não tivemos habilidade política de conversar com o PMDB na época” (Folha de São Paulo 25/04/94).

Lula também era apontado pela Imprensa como um candidato frágil para enfrentar as relações internacionais de um país emergente, mas ainda imerso na crise econômica. O candidato petista ponderava: “O que não pode é o governo fechar um acordo com o FMI com medo de que o Lula ganhe a eleição” (Folha São Paulo 30/04/94). Contudo, o medo engordava com as pressões de fora e as resistências dentro do Brasil.

Empresários asseveravam que Lula seria um representante da esquerda radical e jamais atrairia o respeito do mercado internacional, cuja tendência seria proteger-se, provocando uma indesejável fuga de capitais. À voz potente dessas lideranças, somava-se o discurso de campanha de Fernando Henrique que desqualificava o candidato do PT. Como um ex- torneiro mecânico poderia dialogar com figurões e especialistas em finanças e economia?

É certo que mesmo em 1994 já havia uma compreensão de que Lula estava mudando no seu modo de pensar e agir. Teria se tornado mais conciliador, mas exclusivamente para vencer as eleições. E ainda havia o perigo da proximidade dele com o grupo identificado como “xiita”, os mais radicais entre os radicais do partido. Nas eleições de 1994 o candidato Lula foi novamente demonizado pelos evangélicos através da mídia evangélica. Nos jornais, nas redes

de TV, nos encontros de fé, recriava a imagem de que Ele era comunista, iria perseguir os evangélicos, estava apoiado pela Igreja Católica, freqüentava terreiros de umbanda e candomblé e pedia votos aos espíritas. O quadro número 01 abaixo demonstra que o candidato Lula, apesar do apoio minoritário de diversos segmentos religiosos, saiu mais uma vez derrotado nas eleições de 1994.

Quadro nº 1 – O voto por religião nas eleições de 1994

Intenção de voto(*)	Todos os católicos	Católicos carismáticos	Católicos das CEBs	Protestantes históricos	Pentecostais	Kardecistas	Afro-brasileiros
FHC	43,6	45,9	40,5	35,5	41,9	45,6	31,5
Lula	23,9	22,1	31,2	22,0	17,4	23,5	28,6
Enéias	3,5	4,9	2,4	4,8	4,7	8,2	5,5
Quércia	5,1	3,7	4,4	9,1	8,1	2,6	7,1
Brizola	4,4	2,4	6,6	5,4	5,0	2,6	7,9
Amin	2,2	1,5	1,5	4,0	1,8	2,8	1,1
branco/nenhum/nulo	6,4	7,7	3,4	8,5	6,1	7,5	9,7
não sabe	10,9	11,9	10,0	10,7	14,9	7,2	8,7
total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
nº de casos	15 672	799	371	713	2 067	734	277

Rejeição(*)	Todos os católicos	Católicos carismáticos	Católicos das CEBs	Protestantes históricos	Pentecostais	Kardecistas	Afro-brasileiros
Rejeita FHC	16,5	15,8	18,6	17,9	14,6	18,2	22,0
Rejeita Lula	43,6	49,0	35,8	42,5	55,1	39,1	35,8
nº de casos	15 672	799	371	713	2 067	734	277

Fonte: Rever 2008

Em 1998 dois nomes voltaram a se destacar na disputa eleitoral: o do presidente Fernando Henrique Cardoso e o de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT. Mas a campanha, desde cedo, começou a definir seus rumos, pois a crise político-econômica internacional era insistentemente lembrada como se estivesse a exigir a continuidade. Tanto que as lideranças nacionais chegaram até a mudar a lei, contemplando FHC com a possibilidade de se reeleger e de permanecer na Presidência, inclusive durante a campanha eleitoral e votação, o que transformou os seus últimos atos de governo em propaganda.

O medo do caos e do desconhecido foi utilizado para justificar a necessidade de manter a política como estava e deixou o então Presidente numa posição tão confortável que ele se recusou a participar dos debates políticos na televisão, não sem a concordância tácita das emissoras para as quais a reeleição era evidentemente vantajosa. Afinal, o que poderia representar para elas a escolha de um novo presidente, com um passado ideológico anti-capitalista? O medo da mudança fez desaparecer a política dos telejornais e enterrar os debates, também sob a alegação de desinteresse do público.

Naquele período, já se falava em “risco Brasil”, tanto que o então coordenador político da campanha do PT, Tarso Genro, chegou a declarar que o governo queria reinaugurar a “política do terror”, do tipo “ou eu ou o caos” (OESP10/09/98). José Genoíno, do PT de São Paulo, admitia que a crise causava medo na população, o que provocaria o voto conservador. Por isso, defendia uma campanha aberta da oposição para forçar o segundo turno: ‘Aí, o povo terá tempo de ver os reais efeitos da crise’ (OESP 11/09/98).

Já o presidente Fernando Henrique Cardoso fazia questão de afastar de si toda e qualquer associação ao medo. Chegou até a se pronunciar oficialmente sobre o tema: “Não temos e não teremos medo de tratar de nossos ajustes com abertura em relação ao mundo: dialogar intensamente com parceiros e com as instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento, das quais somos sócios e com as quais continuaremos mantendo um relacionamento maduro, aberto e soberano” (OESP 24/09/98). Mostrava-se confiante e transmitiu esta confiança ao eleitor que nem precisou ir para o segundo turno para reconduzi-lo ao Planalto por mais quatro anos. E qual seria o diferencial dessa sua nova vitória? É que ela foi fundada justamente no medo da crise e na esperança provocada pela aplicação de medidas anti-inflacionárias.

Nem acabaram de contar os votos de 1998 e já se articulavam as candidaturas para as eleições presidenciais de 2002. Já estavam praticamente lançadas as candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT, e de Ciro Gomes,

pelo PPS-PTB-PDT. Com um pouco mais de trabalho, lançou-se também o ex-governador do Rio de Janeiro, o evangélico Anthony Garotinho, mesmo enfrentando a divisão interna do seu partido, o PSB.

Já a sucessão de Fernando Henrique Cardoso tornou-se mais complexa. Dentro do PSDB, uma personalidade bradava ter o direito histórico e “natural” de se lançar candidato, mas não angariava a adesão da maioria tucana. Era justamente um Ministro da Saúde de FHC, José Serra, que acabou sendo o candidato da aliança PFL-PSDB-PMDB, mas depois de vencer muitos obstáculos.

O maior deles foi arrancado da cena eleitoral a golpes retumbantes: a pré-candidata Roseana Sarney, do PFL, que se revelara extremamente viável, segundo as pesquisas de opinião. A filha do pefelista histórico, o ex-presidente José Sarney, acabou desistindo da Presidência, depois de ter o nome implicado num escândalo que envolvia o seu marido com atos de corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive para financiar a campanha. Por fim, dos mais radicais do PT, emergiram duas dissidências que apresentaram as candidaturas de José Maria de Almeida, pelo PSTU, e de Rui Pimenta, pelo PCO.

Definido o quadro, principalmente as quatro primeiras candidaturas passaram a ser super expostas pela mídia em reportagens e debates. Uma exposição que evitou uma vitória ainda mais expressiva do candidato do PT, primeiro colocado em todas as pesquisas eleitorais de 2002, e “fator de risco” para as empresas de comunicação, para as quais era evidentemente mais cômoda a manutenção do *status quo* na Presidência, exceto pela revista Carta Capital, cuja preferência por Lula foi demonstrada desde o início. Só no fim da campanha, quando a vitória de Lula já estava praticamente definida, é que alguns setores da mídia começaram a assimilar o candidato do PT, sutil ou mais nitidamente. Confirmou-se a tradição brasileira de veículos de comunicação governistas.

De tão exaustiva, a midiaticização da campanha forçou os candidatos a concentrarem seus esforços em aparecer bem, especialmente na televisão. Esse comportamento praticamente os afastou do confronto nos grandes comícios, do

corpo a corpo nas ruas, o que tornou ainda mais imprescindível o trabalho das equipes de marketing, coordenadas por nomes de peso como Duda Mendonça, que dirigiu a campanha de Lula do PT, Nelson Biondi e Nizan Guanaes, que coordenaram a campanha de José Serra. Esses profissionais deram o tom da propaganda eleitoral.

O fator religião, por exemplo, não entrou mais na pauta do discurso do medo. Antes disso, foi utilizado como elemento agregador de votos, especialmente pela candidatura do próprio PT, que sempre foi alvo dos ataques neste campo. A escolha para o vice de Lula recaiu precisamente sobre uma figura expressiva entre os quadros políticos das igrejas evangélicas: o empresário mineiro José de Alencar. Enterraram-se de uma vez os boatos de que os petistas perseguiriam o evangelismo.

Para as especulações em torno do temido “risco Brasil”, o antídoto do marketing petista foi à divulgação uma carta dirigida ao povo brasileiro, na qual Lula se comprometia com um capitalismo humanizado e fornecia, às elites econômico-financeiras do País e do exterior, as garantias de que iria cumprir os compromissos e saldar as dívidas assumidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Extirpava-se o medo dos calotes e de mudanças estruturais na política de um País importante no cenário da globalização mundial. Lula foi elogiado pela Imprensa conservadora estrangeira, aplaudido na FIESP e na Bovespa e aprovado no debate da Rede Bandeirantes. Sua candidatura era pura esperança.

O Segundo Turno das Eleições começou com os seguintes percentuais: Lula, 65,8% dos votos válidos; Serra, 34,2% (ISTO É/SENSUS/CNT). À Dados da pesquisa beira de uma derrota flagorosa, o candidato da situação atacou a poderosa arma do medo. Através da Imprensa, a candidatura petista voltou a ser associada à lama e ao caos.

O preconceito contra Lula entrou de novo em cena. De forma mais contundente, nas declarações da vice de José Serra, a deputada federal Rita Camata (PMDB): “Não podemos entregar o Brasil na mão de quem não tem

experiência, de um aventureiro” (OESP 21/10/02). De forma mais suave, o presidenciável tucano passou a qualificar Lula como inexperiente. Perguntava quais seriam as medidas a serem adotadas para fazer a economia crescer. Fustigava o adversário a debater temas sobre os quais se dizia mais preparado para enfrentar.

Declarações nesse sentido corroboravam com uma campanha anti-Lula ainda mais forte, deflagrada dias antes. No primeiro dia da propaganda eleitoral do 2º turno, a propaganda eleitoral de José Serra colocou no ar o depoimento mais polêmico de 2002: o da atriz Regina Duarte. Em primeiro plano, com um ar sério, estabelecendo um profundo contato com o público, a “Namoradinha do Brasil” disparou a munição do terror:

Estou com medo. O Brasil corre o risco de perder a estabilidade. Não dá para jogar tudo na lata do lixo. O Serra, eu conheço: é o Serra dos genéricos [...] sei o que vai fazer. O outro, eu achava que conhecia. Agora, não reconheço mais. Isso dá medo na gente. Medo da inflação desenfreada de 80% ao mês (Horário Eleitoral Gratuito de Televisão 2002).

O discurso de Regina Duarte teve um acento ameaçador, aterrorizante, fundado na ideologia do autoritarismo e, conseqüentemente, da coerção e do medo, seu tema central. Com seu depoimento, a atriz alimentou um clima de instabilidade, de temor pelo futuro diante da mudança, da suposta incoerência na postura e do risco de uma política econômica inflacionária, atribuídos a Lula, que foi citado com menosprezo, como sendo “o outro”. No trecho anterior, com uma expressão facial relaxada, serena e alegre, e um tom de voz mais brando, amigável, havia descrito Serra como alguém “confiável”, cuja candidatura estaria associada também mudanças, só que positivas (com a alusão aos medicamentos “genéricos”) e previsíveis (com a afirmação “sei o que vai fazer”).

O PT contra-atacou com o depoimento de uma atriz com o mesmo sobrenome de Regina – as nenhum parentesco com ela. Dois dias depois, Paloma Duarte apareceu no programa e Lula na TV para rebater:

Estou chocada com o uso do terrorismo numa eleição para presidente da República do meu País.[...] E quero dizer que um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira em vez de se calcar em suas próprias virtudes não merece o meu respeito [...] E, na minha opinião, não mereceria desse modo, um relacionamento entre os discursos, fundado estrategicamente na oposição, materializada, por exemplo, no enunciado: “Estou chocada...”. Na construção do texto de Paloma, encontram-se ainda marcas da intertextualidade não marcada, isto é, momentos em que o outro texto (o de Regina, no caso) está implicitamente presente (FAIRCLOUGH, 2001), como também da intertextualidade marcada, explicitada na utilização do substantivo “terrorismo” e do verbo “aterrorizar”, relacionados com a temática do medo. Com essas “marcas”, Paloma Duarte sugeriu que se houve algum terror em jogo, ele teria sido instaurado justamente pelas palavras da outra atriz, reveladoras do perfil autoritário do candidato José Serra: “um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira em vez de se calcar em suas próprias virtudes” (HEGTV, 2002).

No meio artístico, choveram críticas à Regina Duarte. O inverso não foi diretamente proporcional:

“É estranho que ela [Regina Duarte] tenha medo da democracia, onde a alternância no poder é natural”, criticou Stepan Nercessian. [...] “Ao declarar o voto, deve-se falar bem de seu candidato e não mal do outro”, emendou a cantora Beth Carvalho. “Terror é o que vivemos. Tenho medo de quatro anos de continuidade”, afirmou a cantora Sandra de Sá. “Regina expressou o que o mercado está dizendo”, aliviou Nana Caymmi, eleitora de Serra. [...] O ator Carlos Vereza fez coro com Regina: “Estou com medo, sim, como circulou pela internet, o dramaturgo Jair Alves escreveu: “Regina Duarte tem medo do que?”, acusando-a de pregar um “terrorismo eleitoral” e de espalhar o medo forma “patética.”

Nesse episódio, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva acabou cometendo uma gafe que lhe custou a reação de outros artistas. Afirmou que a atriz estava com medo das novas atrizes da Globo, referindo-se à idade de Regina Duarte. Mobilizaram-se contra ele astros e estrelas como Beatriz Segal, Raul Cortez, Paulo Autran, que se solidarizavam com a atriz Regina Duarte. E Lula tentou consertar: “Nunca fiquei com bronca da Cláudia Raia por apoiar Collor, não misturo o trabalho do artista com divergências políticas. Gosto da Regina como artista, a gente não tem nada a ver com a posição dela, que é um direito democrático.”

No primeiro momento, a atriz não explicou claramente como foi engendrada a sua participação no guia eleitoral de José Serra e o candidato não quis comentar a repercussão daquele episódio, mas fez questão de declarar que foi a própria atriz quem escreveu o texto. Depois de alguns dias, Regina Duarte concedeu uma entrevista em que manifestou sentido de seu “medo”: “Eu falei de um sentimento que não era só meu. O medo é um sentimento inerente às mudanças, e era desse medo que eu estava falando”. *Revista Isto É*, de 23/10/2002.

A criatividade dos marqueteiros pôs mais lenha na fogueira do terror. No fim daquela semana, a equipe de Serra escalou a vice Rita Camata para atacar o que ela chamou de ameaça de volta da censura, do autoritarismo: “Não quero que volte o passado, onde os artistas, os intelectuais, os políticos foram censurados pelo que pensavam e o que falavam”. Logo em seguida, os marqueteiros de Serra tiraram Regina do ar e atenuaram o discurso da vice. No HGETV do PSDB, em 18/10/2002, Rita Camata voltou para falar às mulheres sobre os atributos de José Serra:

[...] Olha, o Brasil precisa de mudanças, sim, mas o Brasil não pode mudar para pior. E nós, mulheres, sabemos que tem muita coisa boa que não pode parar de uma hora para a outra, como: a bolsa escola, a bolsa alimentação, o programa de saúde da família. Isso faz muita diferença na vida de nós, mulheres, que nos preocupamos com os

filhos, com a família inteira. Um presidente precisa ter a firmeza pra mudar as coisas que estão erradas, mas precisa também ter a grandeza de reconhecer que tem muita coisa boa funcionando. Eu acompanho o trabalho de José Serra há muito tempo e ele me convidou para ser vice-presidente porque sabe que eu vou ser uma aliada dele, na Presidência, mas ele sabe que antes de qualquer coisa, eu vou continuar sendo uma aliada das mulheres”.

Na última semana antes do 2º turno, a revista *Veja* estampou na capa uma figura amedrontadora: um animal com três cabeças retratando Marx, Trotsky e Lênin raivosos e inclusive babando. O texto também espalhava o medo: “O que querem os radicais do PT – Entre os petistas, 30% são de alas revolucionárias. Ficaram silenciosos durante a campanha. Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga.”

Há três dias da eleição, Fernando Henrique Cardoso praticamente já admitia a possibilidade de vitória do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Na abertura do XXII Encontro Nacional do Comércio Exterior (Enaex), o Presidente pronunciou a palavra “medo” sete vezes num discurso de 45 minutos, como neste trecho: “Como o brasileiro é um povo novo, não vai querer ficar com medo do que é novo e, portanto, vai continuar acreditando no Brasil. E nós vamos vencer, vença quem vencer.” Esse pronunciamento de FHC criou um clima de mal-estar na campanha de José Serra, que tentava convencer o eleitorado a votar nele e a conquistar “mais um voto”, num esforço hercúleo reverter sua derrota quase certa, conforme as pesquisas eleitorais.

Em 2002, o discurso da esperança definitivamente havia vencido o discurso do medo que não foi sequer admitido quanto mais assimilado pelo eleitorado. Mas é verdade que o PT teve de investir na mudança para vencer o medo do eleitorado. Teve que desconstruir a imagem de um partido político dogmático, radical, intransigente e construir a imagem de um partido moderno, negociador, confiável e conciliador, elementos incorporados ou desvelados na figura de Lula. Uma mudança que começou logo após as eleições de 1998 quando o partido mudou sua estratégia política, formulou um programa partidário mais

moderado (AMARAL, 2002) e alterou a imagem do candidato, que passou a ser caracterizado como um político sério, humano e sensível, o político da esperança.

Essa nova caracterização liberou o perfil carismático de Lula que, no contato direto, literalmente arrastava o eleitor. A campanha inteira foi uma prévia do que se viu na posse do candidato: uma profusão de abraços, beijos, distribuição de autógrafos e quebra de protocolos. Momentos de alegria, emoção e esperança devidamente explorados nas imagens da propaganda eleitoral de Lula e forçosamente captados pelas lentes da mídia.

Ainda no capítulo das mudanças estratégicas, em seu programa partidário de 2002, o PT ressaltou as experiências administrativas em vários governos estaduais e municipais. Fez questão de demonstrar sua capacidade de governar e sua credibilidade em administrar, qualidades que foram depois exploradas largamente no HEGTV (Horário Eleitoral Gratuito de Televisão) pelos marqueteiros petistas. A esperança também é competente.

Politicamente, o PT estabeleceu alianças mais amplas, com vários setores da sociedade, ao mesmo tempo em que amenizou e, durante a campanha, quase eliminou o tom ideológico do seu discurso para chegar mais perto da classe média e da população em geral. Substituiu a idéia do combate aos privilégios pela celebração de um “pacto social”. Tudo isso muito bem traduzido no slogan “sem medo de ser feliz” que passou a ter sentido: deixar para trás o remorso de ter alguma condição, eliminar o temor de ser roubado pelos miseráveis ou agredido pelos que estão “à margem” e ter a coragem de combater a desigualdade porque, afinal, ela acaba colaborando com o medo e até colocando em risco a vida e o direito de cada um de simplesmente, ser feliz.

E feliz foi o PT com o seu discurso da esperança que acabou vencendo o discurso do medo do seu principal oponente. Além de vencer as eleições presidenciais, a sigla cresceu em todos os Estados brasileiros e reuniu a maior bancada na Câmara Federal (92 deputados), além de ampliar o número de

senadores (14 senadores). Lula conquistou a maioria dos votos em 25 Estados, apesar de só ter conseguido eleger três governadores.

As alianças do partido dos trabalhadores no nível federal, sobretudo com parte do segmento evangélico, que permitiram a eleição de Lula em 2002, refletiram na política institucional de São Paulo na medida em que as lideranças petistas paulistas tentaram se aproximar dos evangélicos do estado. Se, por um lado, o PT já tinha conquistado a simpatia e apoio dos evangélicos progressistas, faltava de outro lado, a conquista do apoio e votos dos evangélicos mais conservadores. A aproximação com a Igreja Universal do Reino de Deus no plano federal facilitou as negociações políticas no plano político estadual.

1.2 Os evangélicos e a cultura política de São Paulo

Neste capítulo estudaremos a construção do padrão da cultura política do estado de São Paulo. Para tanto, analisaremos a contribuição do coronelismo para a formação do sistema político estadual, ou seja, até que ponto o patrimonialismo, o assistencialismo e o clientelismo da política paulista se relacionam com o coronelismo. Em seguida, trataremos do autoritarismo e do populismo como características da política paulista, procurando buscar as raízes de tal comportamento. Finalmente, analisaremos a inserção dos evangélicos em uma cultura política marcada pela cidadania incompleta e práticas políticas antiéticas.

1.2.1 O coronelismo

Seguimos aqui a análise de Julian Borba (2005)⁴ no que se refere ao conceito de cultura política que para ele faz parte da ciência política

⁴ Borba, Julian Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168

contemporânea e dever ser pensado a partir do livro clássico de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963 [1989]), *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Em *The civic culture*, o conceito de cultura política estava delimitado às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos: “O termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (ALMOND e VERBA, 1989, p. 12). Através desse conceito, visava-se chegar à caracterização daquilo que seria a cultura política de uma nação, definida como “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND e VERBA, 1989, p. 13). Os autores distinguem três tipos de orientação política: 1) a “orientação cognitiva”, que significa o conhecimento do sistema político e a crença nele, nos seus papéis e nos seus titulares, seus *inputs* e *outputs*; 2) a “orientação afetiva”, que se traduz pelos sentimentos sobre o sistema político, seus papéis, pessoas e desempenho; e 3) “a orientação avaliativa”, significando o julgamento e as opiniões sobre os objetos políticos, que tipicamente envolvem a combinação de padrões de valor, bem como de critérios de valor com informações e sentimentos (ALMOND e VERBA, 1989, p. 14).

Desde o clássico trabalho de Victor Nunes Leal (1948), o conceito de coronelismo difundiu-se amplamente no meio acadêmico e aparece em vários títulos de livros e artigos. No entanto, mesmo os que citam Leal como referência, freqüentemente, o empregam em sentido distinto como observou José Murilo de Carvalho (1997). O que era coronelismo na visão de Leal? Em suas próprias palavras: "o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município" (LEAL, 1980, p.13). Nessa concepção, o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.

O estado de São Paulo de 1889 a 1930 esteve submetido a uma política oligárquica que representava os interesses da burguesia rural compreendidos pelos fazendeiros de café e os comerciantes que exportavam a principal riqueza do Estado e do Brasil. A força econômica paulista refletia o poder político, já que vários presidentes do Brasil saíram do apoio do estado ou eram paulistas. A política local era determinada pela vontade do coronel através do voto de cabresto e os cargos públicos importantes eram escolhidos pela vontade do coronel. Desse modo, os chefes políticos locais garantiam os votos necessários à eleição dos candidatos ao governo estadual e federal. Ora, nesse contexto, os evangélicos que viviam no campo ao se mudarem para as cidades trouxeram o respeito pela cultura do coronelismo, por um lado, mas os anseios por uma liderança populista de outro lado.

1.2.2 - O autoritarismo do Estado Novo

Getulio Vargas assumiu a presidência do Brasil em 1934, eleito indiretamente pela Assembléia Constituinte, quatro anos após a Revolução de 30. A Constituição de 1934 marcou o início de um novo processo de democratização do país, dando seqüência às reivindicações revolucionárias. Ela trouxe avanços

significativos como o princípio da alternância no poder, a garantia do voto universal e secreto, agora estendido às mulheres, a pluralidade sindical e o direito à livre expressão.

Determinava também a realização de eleições diretas em 1938, nas quais o povo finalmente teria o direito de eleger o chefe supremo da Nação e proibia a reeleição de Getúlio. Mas o processo de democratização em curso ainda iria enfrentar muitos obstáculos. Desde fins de 1935, havia um clima de efervescência no país. De um lado, acirravam-se as disputas eleitorais entre a direita e esquerda, e, de outro, multiplicavam-se as greves e as investidas oposicionistas da ANL - Aliança Nacional Libertadora contra o governo Vargas. A ANL foi fundada por tenentes dissidentes da Revolução de 30, que defendiam a reforma agrária e combatiam as doutrinas nazifascistas.

A conjuntura mundial estava sob forte influência do nazifascismo, representado por Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália. Era uma época marcada por forte sentimento nacionalista e pela centralização do poder estatal. Os ventos fascistas se faziam sentir no Brasil, através da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista liderada por Plínio Salgado, cujas idéias conservadoras eram resumidas no lema "Deus, Pátria e Família".

O próprio Getúlio Vargas demonstrava grande afinidade com o nazifascismo, como se pode apreender através da forte perseguição aos judeus no seu governo. Muitos semitas emigraram impelidos pela perseguição nazista na Europa para países como o Brasil. No entanto, se deparavam com barreiras impostas pelo Estado, como bem ilustra uma circular editada em 1937, pelo então ministro das relações exteriores Mário de Pimentel Brandão, que determinava a recusa do visto de entrada a pessoas de origem judaica.

A atmosfera externa aliou-se a uma situação interna bastante instável após a revolução de 30, em que as forças revolucionárias haviam se dividido e agora disputavam o poder. A expansão dos grupos comunistas no Brasil, fortalecidos pela consolidação do regime soviético, causava um temor

generalizado. E justamente sob a alegação de conter o "perigo vermelho", o presidente Vargas declarou estado de sítio em fins de 1935, seguido pela declaração de estado de guerra no ano seguinte, em que todos os direitos civis foram suspensos e todos aqueles considerados "uma ameaça à paz nacional" passaram a ser perseguidos. O governo federal, com plenos poderes, perseguiu, prendeu e torturou sem que houvesse qualquer controle por parte das instituições ou da sociedade. Em 1936, foram presos os líderes comunistas Luís Carlos Prestes e Olga Benário. Olga, que era judia, seria mais tarde deportada grávida pelo governo Vargas para a Alemanha, e morreria nos campos de concentração nazistas.

A forte concentração de poder no Executivo federal, em curso desde fins de 1935, a aliança com a hierarquia militar e com setores das oligarquias, criaram as condições para o golpe político de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, inaugurando um dos períodos mais autoritários da história do país, que viria a ser conhecido como Estado Novo.

A justificativa dada pelo presidente foi a necessidade de impedir um "complô comunista", que ameaçava tomar conta do país, o chamado Plano Cohen, que foi depois desmascarado como uma fraude. Alegava também a necessidade de aplacar os interesses partidários mesquinhos que dominavam a disputa eleitoral. Na "Proclamação ao Povo Brasileiro", em que Getúlio anunciava o novo regime, ele diz:

"Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização. Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração."

Nessa ocasião, Vargas anunciou a nova Constituição de 1937, de inspiração fascista, que suspendia todos os direitos políticos, abolindo os partidos

e as organizações civis. O Congresso Nacional foi fechado, assim como as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Nesse cenário de controle ideológico foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), encarregado da propaganda e promoção do regime junto à população. O DIP foi responsável pela censura a órgãos de imprensa e veículos de comunicação, sendo um instrumento estratégico na propagação de ideologias ufanistas e de exaltação do trabalho. Um exemplo ilustrativo dessa atuação foi a distribuição de verbas a escolas de samba, desde que trocassem a apologia à malandragem por temas "patrióticos" e de incentivo ao trabalho. Para difundir as idéias nacionalistas entre os mais novos o Estado tornou obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas.

O apelo direto às massas era uma marca da demagogia populista e da relação dos dirigentes nazistas e fascistas com a população, e Vargas soube tirar proveito máximo dessa estratégia. Fomentando o sentimento nacionalista em torno da ameaça do comunismo, a ditadura conseguia um apoio popular massivo. Este sentimento crescia ainda mais diante dos esforços industrializantes do governo, que aceleravam o desenvolvimento econômico e a entrada do Brasil no contexto internacional. Foram criados órgãos estratégicos para viabilizar este esforço de desenvolvimento, tais como o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Federal de Comércio Exterior. Foi desse período a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, que desempenhou papel fundamental no fornecimento de matéria-prima para o setor industrial.

Mas, para dar suporte ao desenvolvimento econômico era necessário também fortalecer a máquina pública e a burocracia. Com esse objetivo foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, que se ramificava pelos estados e cujos integrantes, nomeados pelo presidente, tinham por finalidade fiscalizar os governos estaduais.

Como vemos, o Estado Novo conjugou autoritarismo político e modernização econômica, sob um pano de fundo nacionalista e fascista. A relação

que a ditadura varguista estabelecia com a sociedade era de controle e vigilância. Foi instituído o sindicato oficial, filiado ao Ministério do Trabalho, e abolida a liberdade de organização sindical. As relações entre trabalhadores e patrões ficavam assim sob controle do Estado, em que prevalecia a lógica conciliatória e o esvaziamento dos conflitos. A visão por trás disso era de que o Estado devia organizar a sociedade, e não o contrário. Em contrapartida às restrições à organização dos trabalhadores, Getúlio implementou uma série de leis trabalhistas, culminando com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, que garantiu importantes direitos e atendeu antigas reivindicações do movimento operário. Isso projetou a imagem de Vargas como "o pai dos pobres".

A Segunda Guerra Mundial, deflagrada em 1939, pôs em disputa a doutrina fascista e nazista contra a doutrina da liberal-democracia. Apesar da simpatia de Vargas pela Alemanha e pela Itália, as circunstâncias da guerra, com a entrada dos Estados Unidos no conflito, levaram o Brasil a combater ao lado dos Aliados. Com a derrota de Hitler em 1945, o mundo foi tomado pelas idéias democráticas e o regime autoritário brasileiro já não podia se manter. Getúlio Vargas foi deposto pelos militares em 29 de outubro de 1945, sob o comando de Góes Monteiro, um dos homens diretamente envolvidos no golpe de 1937. A abertura democrática levou ao poder o general Eurico Gaspar Dutra, como presidente eleito pelo voto popular, dando fim a um dos períodos mais autoritários e violentos da nossa história.

1.2.3 O Populismo

Francisco Weffort, no terceiro capítulo de seu livro "O Populismo na Política Brasileira"⁵, uma adaptação de artigo homônimo publicado em 1967 na revista *Temps Modernes*, número organizado por Celso Furtado, tenta explicar o que é o Populismo e como surgiu. Classifica populismo como fenômeno político, movimento político, etapa política, estilo de liderança política, ou mesmo, em

⁵ O Populismo na Política Brasileira. In: WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e terra S/A. 1980

certo sentido, como regime político; não especifica em que sentido. Obviamente, Weffort considera as peculiaridades e as diferenças existentes entre cada líder político tido como populista: cada um tinha seu estilo e sua política pessoal e em decorrência disso o autor afirma que é difícil encontrar neles alguma significação fundamental que os insira num conjunto único mais amplo, a não ser a preocupação com a conquista dos votos populares, ou o apelo popular em si: uma constante nos seus planos enquanto representantes do Estado.

No decorrer do texto, o autor analisa as relações existentes entre os diversos seguimentos daquela sociedade – e a relação entre as camadas populares e o representante do poder estatal – e sugere a necessidade de reavaliar, relativizando, noções como “manipulação das massas” e “passividade popular”, que permeiam as discussões sobre o que se entende como populismo (no sentido de fenômeno político), no período que compreende, para um real entendimento do contexto político em questão e do próprio fenômeno. Weffort ressalta o duvidoso caminho de assimilar esquemas de interpretação importados da Europa para entender tais relações.

Segundo o autor, o populismo surge como produto de um momento histórico particular, em consequência da crise das oligarquias e do liberalismo. Nesse contexto as massas populares são inseridas no processo político. A Revolução de 1930 “abre o processo de crise do poder oligárquico” (WEFFORT, 1980, p.63), liderado pelas classes médias associadas a setores da própria oligarquia insatisfeitos com sua posição no cenário político, sob a denominação de Aliança Liberal. O historiador diz que essas forças opositoras reivindicavam participação direta na vida pública sob o lema liberal “representação e justiça”, que ironicamente era a orientação ideológica principal da oligarquia agrária brasileira dominante. Através da Aliança Liberal, a oligarquia sai do primeiro plano do cenário político, mas esses grupos de interesses tão divergentes viviam em constante conflito. Mesmo antes de 1930, as classes médias representadas pelos jovens românticos e radicais tenentes, viviam em choque com os setores oligárquicos, mas nunca puderam realizar um movimento considerável de resistência contra a oligarquia, sem aliar-se a um de seus setores. Esses conflitos

precisavam de um árbitro, o chefe de Estado. Mas este não podia tornar os interesses particulares de um desses seguimentos nos interesses oficiais do próprio Estado, sob o risco de gerar uma crise irreconciliável, então se voltou para as reivindicações das massas populares.

As massas sempre estiveram presentes nas manifestações revolucionárias sob a forma de pressão às minorias dominantes, embora não apresentassem claros projetos de transformação política, sobretudo no pré-1930, quando não participavam de fato dos processos políticos, como os pleitos eleitorais, por exemplo. Nesse período suas necessidades eram ignoradas, e foi por causa dessa postura do Estado oligárquico que apoiaram o levante de 1930, que levou a seu esfacelamento; e mais tarde tornaram a apoiar o Estado de Vargas contra a Revolta Constitucionalista das Oligarquias paulista e mineira em 1932. Mesmo o tenentismo contava com sua simpatia, embora as classes médias, então, não se preocupassem em incluí-las no processo político.

O Estado representado por um líder que era árbitro de um grupo dominante tão heterogêneo, e por isso incapaz de lhe dar sustentação, foi buscar apoio na força popular, tornando os interesses destes oficialmente os do Estado, daí a afirmação de Weffort de a inserção das massas populares na política brasileira ter sido “condicionada” pela crise interna dos grupos dominantes.

É importante destacar alguns aspectos relevantes do modo populista de governar: esse Estado era personalizado por uma liderança carismática que conquistava as massas ao garantir, como no caso de Vargas, o que significou para elas sua primeira forma de cidadania: a Legislação Trabalhista. Weffort ressalta: “líder será sempre alguém que já se encontra no controle de alguma função pública [...] isto é, alguém que [...] tem a possibilidade de ‘doar’, seja uma lei favorável às massas, seja um aumento de salário ou, mesmo, uma esperança de dias melhores” (WEFFORT, 1980, p. 73). Com a inclusão das massas no processo político, o líder-estado, segundo Weffort, consegue influência suficiente para manipulá-las. Mas seu poder de manipulação acabava no ponto em que as pressões dessas exigem concessões a sua qualidade de vida. No caso supracitado, se por um lado foi considerada uma doação a garantia de direitos trabalhistas, por

outro, a força de reivindicação pelo cumprimento das leis anula o caráter de doação na relação entre líder e massas e instaura o conceito do cidadão que reivindica os “seus direitos”. Mais: o autor lembra que foram concedidos os direitos trabalhistas, neste caso, aos setores urbanos pela sua maior capacidade de pressão sobre o Estado, decorrente, por sua vez, de sua tradição de luta.

Além disso, esse Estado encontra-se comprometido com as forças dominantes que lá o colocaram e, para justificar sua postura em relação aos populares, fala do protecionismo industrial, lembrando que o conforto do trabalhador também é um dever do Estado. Então o papel desse governo, que Weffort chama de Estado de Compromisso ou Estado de Massas é equacionar os problemas existentes no seio da classe dominante e ao mesmo tempo garantir a satisfação das massas populares para que a força delas possa ser usada em seu benefício (afinal, a restrição da legislação às cidades atende a um só tempo às massas urbanas, ao passo que não interfere nos interesses dos proprietários rurais). O autor valida fazer uma leitura que considere a relação entre as massas urbanas e os grupos sociais representados através do poder estatal como uma relação de aliança – na verdade, uma “aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais” (WEFFORT,1980,p.75).

Weffort, lembra também que apesar de removida de sua posição fundamental nas estruturas de governo, a oligarquia exportadora de café continuou elemento central na economia brasileira, e ainda que o estado não fosse mais oligárquico, elas ainda detinham poder local e viam-se, de alguma forma, nele representadas.

Avançando para a década de 1940, um dos fatos marcantes na política a partir de 1945 especificamente, segundo o autor, é, na democracia, a participação popular: as massas gozam de certa liberdade. Porém essa liberdade se encaixa dentro de limites de uma estrutura de poder que continua sendo a mesma do período anterior (quando termina a ditadura, termina a manipulação da opinião popular, exercida por Vargas, muito embora ele ainda fosse considerado o grande chefe do populismo. Na fase ditatorial se faz mais claro o enfrentamento das forças sociais dentro do grande compromisso que serve de sustentação ao Estado e também a fase em que esse compromisso entra em crise. Os golpes de Estado são

um recurso da direita para reparar a sua perda de importância no cenário eleitoral e para anular os mecanismos institucionais que abrem passo à pressão popular.

Depois de 1961 começam as ações populares fora dos esquemas tradicionais: as freqüentes greves dos trabalhadores, o crescimento dos grupos nacionalistas, mobilização da opinião pública sobre as reformas de estrutura, extensão dos direitos sociais dos trabalhadores do campo, mobilização dos camponeses em sindicatos ou nas famosas ligas camponesas. Com o início da mobilização das massas rurais, começa-se a perceber o deslocamento de um dos elementos básicos da estrutura de poder: a grande propriedade. O populismo surgiu em um momento de transição dessa sociedade para a moderna, implicando o deslocamento de populações do campo para a cidade – o mundo agrário invadindo o urbano-industrial (FERREIRA, 2001, p. 65).

Em todos os campos, as reformas de estrutura eram imprescindíveis. Esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época. Portanto, a conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas, e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país (NEVES in FERREIRA, 2001, p. 172). A importância política das massas dependia de uma transação entre os grupos dominantes e, agora, essa transação estava em crise.

Enquanto presidente, apesar de ter operado num período de crise institucional permanente e de ter enfrentado violenta oposição dos setores conservadores, Jango tomou uma série de medidas que traduzem o modelo pragmático de trabalhismo reformista. (Idem, p. 200). Para Weffort, ao pretender colocar em prática as reformas de estrutura, Goulart provocou a crise do regime populista. O populismo se viu condenado pelas forças que o compunham: a direita e a classe média que tinham medo da pressão popular, os grandes proprietários assustados com a reforma agrária, a burguesia industrial com medo também da

pressão popular. O regime populista se mostrou incapaz de manter o equilíbrio de todos esses setores, como também não pôde controlar o crescimento das massas.

Com a radicalização das lutas sociais, entre 1961 e 1964, as palavras populismo e populista passaram a designar, sobretudo para as forças conservadoras, tudo o que de pior podia existir na cultura política existente: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo. Devidamente demonizadas, estas tradições deveriam ser negadas, vencidas e varridas da história do país. Foi o que, de fato, se tentou fazer, no quadro da ditadura instaurada a partir de março de 1964. Caça e cassação das lideranças populistas. Revogação dos preceitos e das práticas da democracia populista. Por último, a celebração do fim de uma fase histórica dominada pela influência deletéria do populismo (FILHO. In FERREIRA, 2001,p.347).

É possível concluir que chega ao fim com a ascensão dos militares, o processo de democratização do Estado através do populismo: isto não significa dizer que estão cortadas em definitivo as possibilidades de que as pressões se façam sentir no poder. Significa, porém, que já não subsistem condições para que a pressão popular mantenha sob sua forma espontânea, a mesma eficácia que possuía. Com efeito, o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo e, deste modo, assinala um ponto de inflexão na história política brasileira (WEFFORT, 1980, p. 60).

É no contexto de uma cultura marcada pelo autoritarismo, patrimonialismo, clientelismo e populismo que houve a inserção política dos evangélicos. Desse modo, veremos a seguir, até que ponto esses males da política paulista influenciaram a práxis política evangélica ou eles trouxeram novos aportes de se fazer política, contribuindo para a consolidação da cidadania de São Paulo.

1.3 Os evangélicos na ALESP

1.3.1 Os deputados evangélicos e suas proposituras

Deputado	Legislatura	Votos	P.Político	Propositur	Nome de escola/Afin	Utilidade Pública	Auxílio	Outros
Osny Silveira	1947 a 1951	4.826	UDN	5	1	1	3	
	1951 a 1955	8.473	UDN					
	1955 a 1959	9.758	PSD					
Camilo Ashcar	1951 a 1955	7.442	UDN	26		12	4	10
	1955 a 1959	13.463	UDN					
	1959 a 1963	13.829	UDN					
	1963 a 1967	17.283	UDN					
	1967 a 1971	21.534	ARENA					
Geraldino Santos	1967 a 1971	18.875	MDB	6	2			4
	1971 a 1975	21.129	MDB					
Gióia Junior	1967 a 1971	29.709	MDB	12	5	3		4
	1971 a 1975	44.237	ARENA					
Fausto Rocha	1979 a 1983	61.691	ARENA/PDS	24	4	13		7
	1983 a 1987	71.721	PDS					
Ivan Espíndola	1975 a 1979	27.811	MDB	155	111	29		15
	1979 a 1983	33.000	MDB/PDS					
	1987 a 1991	21.830	PFL					
Carlos Apolinário	1983 a 1987	57.695	PMDB	78	20	19		29
	1987 a 1991	66.334	PMDB					
	1991 a 1995	43.925	PMDB					

1.3.2 Análise das proposituras dos deputados do período

Foram coletados as proposituras dos deputados evangélicos Osny Silveira, Camilo Ashcar, Geraldino dos Santos, Gióia Júnior, Fausto Rocha, Ivam Espíndola, Carlos Apolinário que legislaram durante o período de 1945 a 1990. As proposituras foram classificadas em três grupos, a saber: denominação de escolas e afins; transformação de instituições em utilidade pública; outros. O

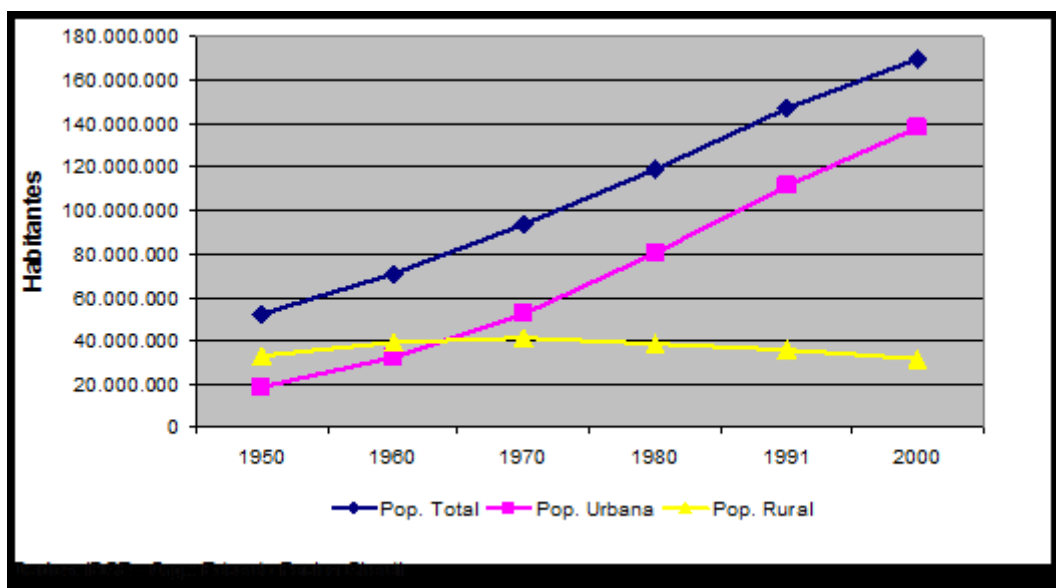
quadro, acima citado, permite identificar o total de proposições e a quantidade de propostas de projetos de lei para cada grupo classificatório.

Podemos concluir da observação dos dados do quadro, supra citado, que os deputados elencados objetivaram em encaminhar majoritariamente proposições dos dois primeiros grupos, ou seja, nomeação de escolas/afins e utilidade pública. A análise a ser feita dessa conclusão consiste em verificar a pertinência social dessas proposições, procurando contextualizá-las e relacioná-las com a situação socioeconômica do estado de São Paulo. Para tanto, faremos a exposição de uma síntese da situação social da população paulista, como também, um diagnóstico da situação econômica do nosso estado no período de 1945 a 1990.

O estado de São Paulo e, particularmente, a região metropolitana da capital paulista, no período de 1945 a 1990, presenciou os efeitos da grande industrialização e urbanização do nosso país. Tal situação começou com industrialização por substituição iniciada do governo de Getúlio Vargas, após a revolução de 1930, e a internacionalização da economia nacional pelos governos de Juscelino Kubitschek e dos militares à época da ditadura militar.

O processo de industrialização concentrado inicialmente do sudeste brasileiro, especialmente, na cidade de São Paulo e municípios vizinhos, determinou grande êxodo rural, conforme dados do IBGE expressos no gráfico abaixo. Milhares de pessoas abandonaram o meio rural de diversos estados do Brasil, sobretudo de Nordeste brasileiro e o interior do estado de São Paulo, para morar e trabalhar na região metropolitana de São Paulo.⁶ A grande multidão de migrantes foi parcialmente absorvida pelos setores econômico secundário e terciário da economia outra parcela foi acrescida à massa de desempregados.

⁶ Erika Vanessa Moreira, Paulo Cesar de Souza. A migração intra-regional e rural-urbano no estado de São Paulo. In: Geografia em Atos, n.8, v.2. UNESP, 2008.

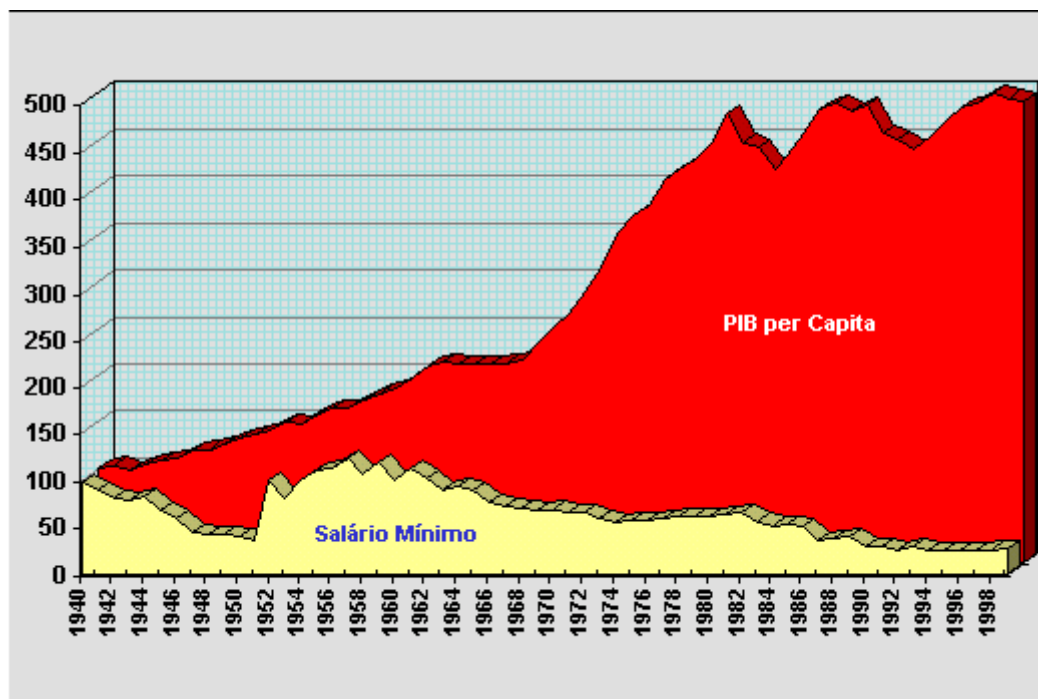


A migração rural contribuiu para a incrementação e implementação dos bairros operários e a necessidade do estado de oferecer serviços públicos de toda ordem, tais como, escolas, iluminação doméstica e pública, saneamento básico, áreas de lazer, projetos populares de moradia, segurança, etc. No entanto, a geografia dos bairros da grande São Paulo registra que o estado não cumpriu de maneira eficiente, com qualidade e quantidade, a oferta dos serviços sociais públicos necessários a reprodução da vidas. Favelamentos, cortiços, falta de saneamento básico, ausência de áreas de lazer, insegurança, escolas em quantidade e qualidade insuficientes, são a tônica dos bairros periféricos da capital e do interior de estado de São Paulo⁷.

Simultaneamente ao processo de industrialização, urbanização e configuração dos bairros da grande São Paulo, o poder aquisitivo do salário mínimo não acompanhou o crescimento do PIB industrial da região metropolitana de São Paulo, conforme quadro abaixo. As inflações galopantes dos diversos períodos econômicos, a mais-valia aplicada pela burguesia industrial e comercial

⁷ Maura Pardini Bicudo Vêras. In: *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial.

de São Paulo e a ausência do Estado de bem estar social acirrou e minguou a qualidade de vida de grande parte da população paulista e paulistana.



Nesse contexto de industrialização, urbanização e configuração geográfica dos bairros da grande São Paulo, o poder legislativo aparece como instituição estratégica para propor e ou exigir do poder executivo a criação de infraestrutura material aos bairros de trabalhadores. Portanto, é nesse quadro de desenvolvimento econômico e pouco desenvolvimento social do estado de São Paulo que as proposituras dos deputados evangélicos devem e serão avaliadas a seguir.

É conclusivo e notório a falta de pertinência social das propostas de projetos de lei dos deputados evangélicos elencados no período de 1945 a 1990, caracterizadas como assistencialistas, que serão estudadas no capítulo 3 dessa dissertação. Não bastava nomear as escolas públicas, mas também, transformá-las

em centro de excelência. Não bastava transformar instituições sociais assistencialistas em instituições de utilidade pública para colher verba governamental. O contexto socioeconômico do Estado de São Paulo exigia do poder legislativo, a melhoria da qualidade de vida da população paulista, por meio de projetos de lei para propor um salário mínimo substantivo; propor projetos para a melhoria da quantidade e qualidade de ensino; projetos para a melhoria e barateamento do transporte coletivo; projetos para a melhoria dos serviços de atendimento médico-hospitalar, dentre outros correlativos.

Conclusão

Desde o século XVIII, no Brasil monárquico, começaram a se tornar influentes novos conceitos e movimentos surgidos na Europa, tais como o iluminismo, a maçonaria, o liberalismo político, o regalismo, o jansenismo e os ideais democráticos americanos e franceses. Tais idéias tornaram-se especialmente influentes entre os intelectuais, políticos e sacerdotes paulistas, e tiveram dois efeitos importantes na área religiosa de São Paulo: o enfraquecimento da Igreja Católica e uma crescente abertura ao protestantismo da província São Paulo e do Brasil. A Constituição Imperial, promulgada em 1824, refletiu essa mentalidade liberal, concedendo ao protestantismo, predominantemente de imigração, posteriormente de missão, certa liberdade de culto, ao mesmo tempo em que confirmou o catolicismo como religião oficial.

O confronto de teodicéias protestante e católica, na República Velha, ocorreu na camada de homens livres e pobres da população rural. A pregação protestante encontrou ali, não somente um espaço social aberto, mas interstícios através dos quais pôde penetrar e ocupar pequenos claros deixados pela religiosidade dominante (MENDONÇA, p. 136).

Se a presença protestante na política nacional é, portanto, quase nula na República Velha, o governo Vargas, que abre a Segunda República, abre novas

possibilidades, mas também estreita relações com a Igreja Católica, a qual pretende instituir a neo-Cristandade. Por isso, ocorre uma mobilização política evangélica sem precedentes. O Código Eleitoral de 1932 facilita a participação, criando a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino. Mas ainda havia mecanismos que tolham o livre exercício do voto.

A Igreja Católica é beneficiária da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas. Após a Revolução, a pressão eclesiástica sobre o novo governo começa a render benefícios, por exemplo, através de decreto que autoriza o ensino religioso nas escolas públicas. Diante da nova lei eleitoral, forma-se a Liga Eleitoral Católica (LEC) em apoio a candidatos favoráveis às reivindicações católicas posições conservadoras (FRESTON, 1992, pp. 20-21).

Diante das ambições católicas e das novas possibilidades eleitorais, líderes evangélicos (principalmente presbiterianos) que estão articulando uma Confederação Evangélica lançam um Memorial, em maio de 1932.

No campo religioso, Freston afirma que, em geral, a relação dos protestantes com o regime militar é vista como muito próxima e cita o cientista político evangélico, Robinson Cavalcanti, que retratou em linguagem viva o que teria acontecido. Se o [regime militar] pudesse ser comparado a uma composição ferroviária que é forçada a seguir por um desvio (em 1968), poderíamos dizer que a Igreja Romana, na maioria de sua liderança, resolve descer na primeira estação após a entrada no desvio. Eles vinham ocupando os vagões da primeira classe... Quando eles descem, o chefe do trem convida os evangélicos a se mudarem para os vagões da primeira classe... Estes o fazem..., agradecidos pela deferência... Os evangélicos vão se tornando, a partir da década dos 70 (juntamente com os maçons e os kardecistas), em sustentáculos civis do regime... O regime procura investir o máximo nos protestantes: visitas de cortesia, empregos, convênios, nomeações para cargos importantes, convites para pastores cursar a ESG (FRESTON, 1994, p. 25).

A redemocratização do Brasil a partir de meados da década de 1980 foi a conjugação de fatos como a Constituinte de 1986, o movimento das Diretas Já e o pluripartidarismo. A Constituinte foi o marco histórico de divisor de águas da participação evangélica na política institucional de São Paulo e do Brasil. A velha escatologia do não envolvimento político enquanto eixo do mal cede lugar para a nacionalização de muitas igrejas, o envolvimento com as questões materiais e a conseqüente participação política.

O estado de São Paulo de 1889 a 1930 esteve submetido a uma política oligárquica que representava os interesses da burguesia rural compreendidos pelos fazendeiros de café e os comerciantes que exportavam a principal riqueza do Estado e do Brasil. A força econômica paulista refletia o poder político, já que vários presidentes do Brasil neste período saíram do apoio do estado ou eram paulistas. A política local era determinada pela vontade do coronel através do voto de cabresto e os cargos públicos importantes eram escolhidos pela vontade do coronel. Desse modo, os chefes políticos locais garantiam os votos necessários à eleição dos candidatos ao governo estadual e federal.

O Estado Novo conjugou autoritarismo político e modernização econômica, sob um pano de fundo nacionalista e fascista. A relação que a ditadura varguista estabelecia com a sociedade era de controle e vigilância. Foi instituído o sindicato oficial, filiado ao Ministério do Trabalho, e abolida a liberdade de organização sindical. As relações entre trabalhadores e patrões ficavam assim sob controle do Estado, em que prevalecia a lógica conciliatória e o esvaziamento dos conflitos, portanto numa relação assistencialista. A visão por trás disso era de que o Estado devia organizar a sociedade, e não o contrário.

O Estado populista encontra-se comprometido com as forças dominantes que lá o colocaram e, para justificar sua postura em relação aos populares, fala do protecionismo industrial, lembrando que o conforto do trabalhador também é um dever do Estado. Então o papel desse governo, que Weffort chama de Estado de Compromisso ou Estado de Massas é equacionar os

problemas existentes no seio da classe dominante e ao mesmo tempo garantir a satisfação das massas populares para que a força delas possa ser usada em seu benefício (afinal, a restrição da legislação às cidades atende a um só tempo às massas urbanas, ao passo que não interfere nos interesses dos proprietários rurais). O autor autoriza fazer uma leitura que considere a relação entre as massas urbanas e os grupos sociais representados através do poder estatal como uma relação de aliança – na verdade, uma “aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais” (WEFFORT,1980, p.75).

Com a radicalização das lutas sociais, entre 1961 e 1964, as palavras populismo e populista passaram a designar, sobretudo para as forças conservadoras, tudo o que de pior podia existir na cultura política existente: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo. Devidamente demonizadas, estas tradições deveriam ser negadas, vencidas e varridas da história do país. Foi o que, de fato, se tentou fazer, no quadro da ditadura instaurada a partir de março de 1964. Caça e cassação das lideranças populistas. Revogação dos preceitos e das práticas da democracia populista. Por último, a celebração do fim de uma fase histórica dominada pela influência deletéria do populismo (FILHO. In FERREIRA, 2001, p.347).

É conclusivo e notório a falta de pertinência social das propostas de projetos de lei dos deputados evangélicos elencados no período de 1945 a 1990, caracterizadas como assistencialistas, que serão estudadas no capítulo 3 dessa dissertação. Não bastava nomear as escolas públicas, mas também, transformá-las em centro de excelência. Não bastava transformar instituições sociais assistencialistas em instituições de utilidade pública para colher verba governamental. O contexto socioeconômico do Estado de São Paulo exigia do poder legislativo, a melhoria da qualidade de vida da população paulista, por meio de projetos de lei para propor um salário mínimo substantivo; propor projetos para a melhoria da quantidade e qualidade de ensino; projetos para a melhoria e

barateamento do transporte coletivo; projetos para a melhoria dos serviços de atendimento médico-hospitalar, dentre outros correlativos.

CAPÍTULO 2

OBSTÁCULOS E DESAFIOS À INSERÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA

Introdução

Inicialmente discutiremos a construção da cidadania brasileira em uma perspectiva histórica. Para tanto apresentaremos as imensas dificuldades à construção da cidadania, dando destaque ao peso do passado colonial brasileiro. Nesse sentido será apontado o caráter da nossa colonização (monocultura, economia voltada à exportação, escravidão, analfabetismo) como elemento determinante do individualismo, isolamento, insolidarismo da cultura política colonial. O resultado foi a construção de um Estado sem a criação de uma Nação, portanto, sabemos que a construção da cidadania está ligada essencialmente à construção de uma nação e de um Estado. Isto é, tem a ver com a formação de uma identidade entre as pessoas (tradição, religião, língua, costumes), com a construção de uma nacionalidade ou, sob o aspecto jurídico na formação de um estado. Assim, o sentimento de pertencer a uma nação é um indicativo importante para a construção de um Estado. Sentir-se parte de uma nação e de um Estado é condição fundamental para a construção da cidadania: "Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado" (CARVALHO, 2002, p.12).

Em um segundo momento será apresentado os conceitos de patrimonialismo e clientelismo com o objetivo de relacioná-los com a cidadania incompleta e consentida. Em um terceiro momento é analisado o autoritarismo e os direitos sociais das décadas de 1920-30 como etapa importante da história

política do país. Finalmente são discutidos dois grandes aspectos da política nacional, o primeiro é o envolvimento dos políticos evangélicos em corrupção e o segundo é a discussão do assistencialismo como aspecto político de diversos agentes da política brasileira.

2.1 Cultura Política

Procuramos inicialmente neste capítulo introduzir um debate sobre a construção da cidadania na sociedade brasileira vislumbrando a constatação de que prevalece no espaço paulista a cidadania consentida e incompleta. Nesse sentido, apontamos as raízes dessa constatação por meio de uma análise histórica do período colonial como fundamento da gênese de fatores que explicam as razões da limitada participação política do povo brasileiro.

A análise da causas da cidadania consentida e limitada permitiu a compreensão do patrimonialismo e clientelismo como conceitos da ciência política que impregnaram a práxis dos brasileiros junto ao Estado paulista, sobretudo das elites paulistas. Com o processo de industrialização e urbanização inicialmente concentrado no sudeste do Brasil, em particular na região metropolitana de São Paulo, temos o princípio da organização sindical e partidária da classe trabalhadora paulista e a apropriação das conquistas trabalhistas pelo autoritarismo de Getúlio Vargas.

A inserção intensa dos segmentos evangélicos no cenário político paulista acontece a partir de uma ambigüidade que define uma pequena parcela praticando uma política progressista, portanto de esquerda. De outro lado, uma maioria de políticos pentecostais exercendo a participação política mediante à práxis conservadora, denotando um caráter direitista de se fazer política. Essa parcela política conservadora significativa de evangélicos pentecostais desembocou em envolvimento com escândalos de corrupção que serão analisados no tópico ética e corrupção.

Finalmente, faremos uma análise histórica do assistencialismo no Brasil, destacando as ações no terceiro setor das denominações religiosas pentecostais.

2.1.1 A difícil construção da cidadania

A palavra cidadania provém do termo latino *civitas*. No entanto, pode-se encontrar suas origens intelectuais nas religiões da Antiguidade e nas civilizações greco-romanas. *Polites*, que os romanos traduziram por *cives*, que é o sócio da *polis* ou *civitas*. O legado greco-romano da palavra *civitas* nos remete às noções de liberdade, igualdade e virtudes republicanas (MOISÉS, 2005). É na *polis* grega que os conceitos de liberdade e igualdade ganham sentido. No entanto, é importante mencionar que a participação na *polis* ou na *civitas* era exclusiva de alguns homens que participavam do funcionamento da cidade-Estado, eram eles os titulares de direitos políticos (COMPARATO, 1993). Eram considerados cidadãos apenas os homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis: portadores da isonomia (igualdade perante a lei) e da isegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deveria ou não realizar) (CHAUÍ, 1994, p. 371). Ser cidadão, para os gregos, significava antes de tudo usufruir certas vantagens que nenhum outro homem conheceria. Como afirma Minogue: "Os cidadãos tinham riqueza, beleza e inteligência diversas, mas como cidadãos eram iguais" (MINOGUE, 1998, p. 19). Foi, sobretudo, no século V a.C. que Atenas viveu seu momento de apogeu.⁸ Nesse século, especificamente, desenvolveram-se as concepções de cidadania e democracia. Em oposição à idéia aristocrática de poder, o cidadão poderia e deveria atuar na vida pública independentemente da origem familiar, classe ou função (ARENDDT, 1995, p. 41).

Da mesma forma, a racionalidade era atribuída a uma minoria da população, exclusivamente aos homens que tinham o direito de filosofar, além de

⁸ No século V havia talvez de uns 80 a 100 mil escravos em Atenas para 30 a 40 mil cidadãos (WETERMANN In: ANDERSON, 1998, p.176).

participar da academia (culto à beleza física) e do poder (direito de comandar politicamente todos os interesses da *polis*, mediante a elaboração e execução de leis e normas administrativas). Cidadão, segundo o teórico Coulanges, "é todo o homem que segue a religião da cidade, que honra os mesmos deuses da cidade, (...) o que tem o direito de aproximar-se dos altares e, podendo penetrar no recinto sagrado onde se realizam as assembléias, assiste às festas, acompanha as procissões, e participa dos panegíricos, participa dos banquetes sagrados e recebe sua parte das vítimas. Assim esse homem, no dia em que se inscreveu no registro dos cidadãos, jurou praticar o culto dos deuses da cidade e por eles combater" (COULANGES, s/d., p. 135). Os escravos e os bárbaros não podiam tomar parte dos ambientes sagrados.

Segundo alguns teóricos, apenas 10% da população eram considerados cidadãos em Atenas. A fim de reduzir as despesas do Estado, o governo restringiu o direito de cidadania: somente os filhos de pai e mãe atenienses seriam considerados cidadãos. As mulheres, os metecos (estrangeiros) e os escravos continuaram desprovidos de quaisquer direitos políticos (AQUINO, 1988, p.200).⁹ A mulher era considerada o "não ser": equiparada aos escravos, cuidava dos afazeres "domésticos", servia como instrumento de procriação e não participava, portanto, das decisões da *polis*¹⁰. Aristóteles descreve que mulheres e escravos eram mantidos fora da vista do público, eram os trabalhadores que, "com o seu corpo, cuidavam das necessidades (físicas) da vida" (*Política 1254b25*). São as mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência física da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias - não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque a

⁹ "O cidadão era o homem cujos pais fossem ambos atenienses natos, sendo 20% da população, os outros 80% eram considerados "bárbaros ou comuns" (THOMAS, 1967, p. 62). Segundo Barker (1978, p. 45) "havia ali (Atenas) uns 80.000 escravos de ambos os sexos, e apenas 40.000 cidadãos, o que daria dois escravos para cada cidadão".

¹⁰ Os dados sobre o número exato de habitantes (cidadãos, escravos e bárbaros) de cada cidade-estado são divergentes entre os estudiosos. Diz Kitto (1970, p.110) que "só três poleis tinham mais de 20.000 cidadãos - Siracusa, Agragas (Agrigento), na Sicília, e Atenas"; Atenas: apenas 2.600 Km², com uma população de talvez 250 mil pessoas (ANDERSON, 1998, p.176). Segundo Aranha e Martins (1993, p.191), apenas 10% dos atenienses eram considerados cidadãos (cerca de meio milhão de habitantes), trezentos mil eram escravos e cinqüenta mil metecos (estrangeiros).

sua vida era "laboriosa", dedicada a funções corporais (ARENDDT, 1995, pp.82-83). O filho, de preferência, deveria ser do sexo masculino, sendo candidato em potencial para exercer a cidadania. O escravo servia de mão-de-obra para o sustento e manutenção dos cidadãos.¹¹

Para Aristóteles, ser cidadão diz respeito a todo aquele que é capaz de tomar parte tanto no judiciário quanto no poder deliberativo da *polis*: "Nenhum caráter define melhor o cidadão no sentido estrito do que a participação do exercício dos poderes de juiz e magistrado" (ARISTÓTELES, *A Política*, III, 1,6, Apud. TOURAINE, 1994, p.40). O fim último do homem é viver na *polis*, onde o homem se realiza como cidadão (*politai*), manifestando o processo de constituição de sua essência, a sua natureza. Ou seja, não apenas viver em sociedade, mas viver na "politicidade". A verdadeira vida humana deve almejar a organização política, que é uma forma superior e até oposta à simples vida do convívio social da casa (*oikia*) ou de comunidades mais complexas. A partir da compreensão da natureza do homem, determinados aspectos da vida social adquirem um estatuto eminentemente político, tais como as noções de governo, de dominação, de liberdade, de igualdade, do que é comum, do que é próprio.¹² Aristóteles defendia também a *polis* como uma "koinonia" de alguma espécie. "Koinonia" compreendida como comunhão, integração dos membros da *polis* com o propósito de se aperfeiçoarem e atingirem a "autarkeia" (FRIEDRICH, 1970).

Para Aristóteles, a reflexão sobre a política é que ela não se separa da ética, pois, segundo o estagirita, a vida individual está imbricada na vida comunitária. A razão pela qual os indivíduos reúnem-se nas cidades¹³ (e formam comunidades políticas) não é apenas a de viver em comum, mas a de viver "bem"

¹¹ A democracia ateniense, segundo Aquino (1988, p.196), era uma democracia escravista, pois o trabalho escravo era a base da vida econômica da sociedade, e os trabalhadores escravos, que consistiam senão a maioria, pelo menos uma parcela considerável da população da Ática, não possuíam quaisquer direitos civis ou políticos.

¹² Essa percepção mais política da convivência humana fora registrada por Marx nos Grundrisse (Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie - 1857/58). Conferir Ramos (2001).

¹³ "O grego, por sua situação geográfica e sua cultura (*paidéia*), considera-se como privilegiado quanto à possibilidade de realizar a 'virtude' do homem: a Cidade - como comunidade consciente - é precisamente a forma política que permite a explicitação da virtude" (CHATELET, 1985, p.15).

ou a boa vida ¹⁴Para que isso aconteça, é necessário que os cidadãos vivam o bem comum, ou em conjunto ou por intermédio dos seus governantes; se acontecer o contrário (a busca do interesse próprio), está formada a degeneração do Estado. ¹⁵

Por fim, como afirma Corrêa (1999), a cidadania da Grécia Clássica possui um parâmetro muito específico, de difícil aceitação numa concepção moderna de cidadania. Ou seja, o que caracteriza a cidadania antiga é seu aspecto limitador, elitista e excludente, pouco semelhante com o entendimento dos nossos dias.

Assim como a democracia, a cidadania passou por diferentes e possíveis "invenções" em períodos e espaços determinados da história e da geografia do Ocidente, permitindo a participação de um significativo número de cidadãos. Com o desaparecimento das civilizações clássicas, a cidadania desaparece juntamente e, por um bom tempo, ficará fora de cena no Ocidente. No período medieval, o *burgo* ocupou o lugar da *polis*, dando novas dimensões à idéia de liberdade, e o *burguês* converteu-se no protótipo do cidadão, sendo a cidade o seu *habitat* natural (MOISÉS, 2005). Da mesma forma, para Comparato (1993, p.87-88), o renascimento da vida política fundada na liberdade entre iguais deu-se apenas a partir do século XI, nas cidades-estados da Península Itálica, e com características muito semelhantes às da cidadania antiga: o grupo dos que detinham direitos políticos era composto de uma minoria burguesa, sob a qual labutava toda uma população de servos e trabalhadores manuais, destituídos de cidadania.

As cidades renascentistas italianas (Gênova, Florença e Veneza) também passaram por interessantes experiências democráticas e de cidadania nos séculos XV e XVI. Essas experiências foram impulsionadas, mais tarde, pelas revoluções liberais, como a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688/89), a

¹⁴ O fim da cidade, conforme a descrição de Prélot (1974, p.135) é não só assegurar aos cidadãos a vida e a sua conservação (*zein*), mas o viver bem (*euzein*). A vida política destina-se a garantir a qualidade e a perfeição da vida.

¹⁵ Aristóteles define a cidade grega como aquela que condiz em "viver como convém que um homem viva". (A Política, Livro I, 2: 1252 a 24 - 1253 a 37, apud CHATELET, 1985, p.14).

Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), quando o homem moderno passa a ver garantido, nas suas respectivas Constituições, a defesa dos direitos individuais (vida, liberdade e propriedade).¹⁶ Tem-se aí a consolidação da cidadania e do liberalismo, defendida, principalmente, pela teoria do contrato social de John Locke e Rousseau.¹⁷ É certo, porém, que tais direitos também foram restritos a uma pequena parcela da população, e a desigualdade perdurou por muito tempo: na Inglaterra, em 1832, o direito de voto era para apenas 5% da população acima dos vinte anos de idade. O que está em jogo nas constituições liberais e nos sistemas políticos modernos são única e exclusivamente os interesses da classe burguesa e o freamento da participação para o restante da população.¹⁸

Mais próximo de nós, no século XX, T. A. Marshall foi quem primeiro discutiu o conceito de cidadania e suas dimensões no ensaio clássico "Cidadania e classe social"¹⁹. Ainda hoje, depois de mais de seis décadas após a sua publicação (em 1949), o ensaio de Marshall continua a ser a referência teórica fundamental para quem começa a refletir sobre a cidadania na sociedade contemporânea; é o que se pode constatar, de resto, através da consulta à mais recente bibliografia dedicada a esse tema (SAES, 2000, p.2).

Os Direitos Civis, dentro da tradição descrita por Marshall, estão ligados aos direitos fundamentais do homem, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade, e à igualdade perante a lei. Já os Direitos Políticos se referem à

¹⁶ Segundo Benevides (1994, p.6), a idéia moderna de cidadania e de direitos do cidadão tem, como é sabido, sólidas raízes nas lutas e no imaginário da Revolução Francesa.

¹⁷ Na continuidade dessa tradição, nos séculos XVII e XVIII, o contratualismo de Locke e de Rousseau forneceu as bases filosóficas do conceito de cidadania do liberalismo e as revoluções Inglesa, Americana e Francesa validaram seu uso ao estabelecer um vínculo jurídico-legal entre as noções de liberdade, igualdade, fraternidade e o Estado-nação (MOISÉS, 2005).

¹⁸ Nos séculos XVIII e XIX outras correntes teóricas sobre o direito e a cidadania serão contempladas. No entanto, estas teorias vão se contrapor às teorias do jusnaturalismo e do contratualismo. Segundo Corrêa (1999), para o positivismo jurídico (positivismo normativista de Kelsen), bem como para a Escola da Exegese e a Escola Histórica, o que vale é o ensino dogmático - as normas (exclue-se a análise interdisciplinar entre outras áreas, principalmente, com as Ciências Sociais). A lei é a única fonte do direito. Para essas escolas a cidadania é negada.

¹⁹ Esse ensaio faz parte da obra de T. H. Marshall, Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a uma reduzida parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, formar e participar de agremiações políticas, organizar partidos, votar e ser votado. Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. Por fim, aparecem os Direitos Sociais, que garantem a participação no governo da sociedade, e na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria (CARVALHO, 2002, p.10). É a soma desses direitos (civis, políticos e sociais) que garantem a emancipação humana e a justiça social. Certamente Marshall descreveu a evolução da cidadania em seu país de origem, ou seja, a Inglaterra. Foi nesse país que surgiram inicialmente os direitos civis no século XVIII, depois vieram os direitos políticos (XIX) e, por fim, os direitos sociais (XX).²⁰

Inicialmente, é preciso afirmar que, no Brasil, a construção da cidadania não seguiu a lógica da trajetória inglesa. Houve no Brasil, segundo José Murilo de Carvalho (2002), pelo menos duas diferenças importantes: a primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros; a segunda refere-se à alteração na seqüência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros.

Uma das razões fundamentais das dificuldades da construção da cidadania está ligada, como nos diz Carvalho, ao "peso do passado", mais especificamente ao período colonial (1500-1822), quando "os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado Absolutista". Em suma, foram 322 anos sem poder público, sem Estado, sem nação e cidadania.

²⁰ Essa evolução cronológica é específica do caso inglês. Em outros Estados a seqüência da evolução dos direitos poder variar, como é o caso do Brasil onde os direitos sociais foram estruturados antes dos demais.

Já no princípio da história do Brasil, as contradições apareceram. Primeiro, pode-se dizer que o Brasil não fora "descoberto", conforme comumente menciona-se, mas, sim, "conquistado" pelos europeus (portugueses). O encontro dessas duas culturas (a europeia *versus* a dos povos nativos das Américas) foi o confronto trágico de duas forças em que uma pereceu necessariamente, um encontro pouco amigável entre duas civilizações: uma considerada "desenvolvida", por conhecer certas tecnologias (a irrigação, o ferro e o cavalo) *versus* a nativa ("desconhecida" e, por isso mesmo, considerada "bárbara"). Os nativos viviam ensimesmados com a natureza, com uma religião diferente do cristianismo europeu. Suas crenças eram mescladas com os elementos da natureza: a lua, o sol, as estrelas. Até mesmo a palavra "índio" foi o nome dado pelos europeus ao se confrontarem com o "outro" e quem deu o nome, no caso, acabou se apossando, ficando dono.²¹

Bem antes de o europeu chegar a estas terras, o índio tinha suas normas morais e seus ritos religiosos. Ele respeitava a si próprio e aos outros, à mãe terra, às águas e à natureza como um todo. Os espanhóis e, mais tarde, os portugueses chegaram, impuseram sua força e conquistaram com a violência (armas) e a ideologia (religião): em uma das mãos, com a cruz do Cristo europeu, simbolizando o poder da Igreja; na outra, a espada para a conquista. O resultado foi o extermínio, pela guerra, escravidão e doença (sífilis, varíola, gripe), de milhões de índios.²² Grande parte da população indígena foi dizimada rapidamente pelo homem "civilizado". Calcula-se que havia no Brasil, na época da "descoberta", cerca de 4 milhões de índios. Em 1823, restavam menos de 1 milhão (CARVALHO, 2002, p. 20). Atualmente a população indígena, depois de ter reduzido drasticamente sua população, tem crescido de forma significativa nos últimos anos. Segundo o censo de 2000, do IBGE, 734 mil pessoas (0,4% dos brasileiros) se auto-identificaram como indígenas, um crescimento absoluto de

²¹ Sobre o encobrimento do outro, conferir Dussel (1993).

²² Callage Neto (2002, p.29) argumenta que as sociedades Ibéricas (Espanha e Portugal) foram marcadas pelo "hibridismo do absolutismo autoritário contra-reformista católico, o despotismo corporativo muçulmano dos séculos que o precederam na Península Ibérica e um incipiente liberalismo que se gerava com a presença judaica nos marcos da Revolução Mercantil".

440 mil indivíduos em relação ao censo de 1991, quando apenas 294 mil pessoas (0,2% dos brasileiros) se diziam indígenas.²³

Outra característica do período colonial está ligada à conotação comercial. O Brasil serviu à produção de monocultura para resolver o problema da demanda europeia, fornecendo a cana-de-açúcar. Isto exigia largas extensões de terras e mão-de-obra escrava dos negros africanos. No Brasil se configurou o latifúndio monocultor e exportador de base escravista. Outros ciclos de exploração se sucederam no Brasil como o da mineração (séc. XVII), do gado, da borracha, do café..., servindo assim, por muito tempo, apenas como fornecedor de matérias-primas à metrópole (Portugal).

No período colonial, a cidadania foi negada à quase totalidade da população; porém, os mais afetados foram os escravos negros provenientes do continente africano. Para Carvalho (2002), "o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão" (p.19). Foi por volta de 1550 que os escravos começaram a ser importados. Essa prática continuou até 1850, 28 anos após a independência. Calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos. Na época da Independência, numa população de cerca de 5 milhões, incluindo 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravos. É importante destacar que em todas as classes sociais desse período havia escravos.

Depois de mais de 300 anos, o Brasil chegou à abolição da escravidão, mais por pressão externa do que por um amadurecimento da consciência social da população. Neste sentido, a abolição da escravidão no Brasil, no dia 13 de maio de 1888, foi um grande engodo, uma farsa. O Brasil foi o último país de tradição cristã ocidental a abolir a escravidão, sendo que essa apenas ocorreu, não pelo

²³ Para maiores informações sobre a situação do indígena na sociedade brasileira atual, consultar relatório do IBGE intitulado: Uma análise dos indígenas com base nos resultados da mostra dos censos demográficos. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/indigenas/indigenas.pdf.

amadurecimento da consciência do povo brasileiro, mas da própria elite pressionada pelos interesses econômicos internacionais. A Inglaterra, essencialmente por interesses comerciais, exigiu, em 1850, o término do comércio negreiro, instituído com a Lei Eusébio de Queiroz, que se constituiu num passo importante para a abolição - que só viria a acontecer 38 anos depois.

Por isso, a data mais significativa para celebrar a história do povo negro, sua cultura, seu anseio por liberdade e sua verdadeira participação na sociedade, centra-se no dia 20 de Novembro, data da morte de Zumbi, martirizado em 1695 sob as forças expedicionárias do bandeirante Domingos Jorge Velho. Zumbi, que significa a força do espírito presente, foi o principal líder da resistência da comunidade de Palmares. Esse quilombo foi a mais importante organização de resistência do povo negro no país, sendo, dentre vários, aquele que ocupou a maior extensão de terra e o maior tempo de existência (1600-1695). Por volta de 1654, o quilombo dos Palmares (região acidentada e de difícil acesso no interior de Alagoas), era composto por muitas aldeias onde os negros viviam em liberdade. Eis o nome de algumas comunidades: Macaco, na Serra da Barriga, com 8 mil habitantes; Amaro, no noroeste de Serinhaém, com 5 mil habitantes; Sucupira, à 80 km de Macaco; Zumbi, a noroeste de Porto Calvo, e o Senga, à 20 km de Macaco. A população total de Palmares, na época, atingiu mais de 20 mil habitantes, o que representava 15% da população do Brasil.

Pela utilização da mão-de-obra escrava nas colônias, foi possível a formação e o desenvolvimento dos Estados Nacionais na Europa e a construção das cidades. Além disso, realizou-se a Revolução Industrial na Inglaterra, devido à importação de negros africanos, que eram mestres ferreiros, marceneiros e carpinteiros, o que propiciou o acúmulo de riqueza gerador do capitalismo. O sistema capitalista soube tirar proveito dessa situação, na conquista, na pirataria, no saque e na exploração. Huberman (1986, p.160) descreve que a acumulação de

riquezas deve-se "ao trabalho e ao sofrimento do negro, como se suas mãos tivessem construído as docas e fabricado as máquinas a vapor".²⁴

O escravo africano, além de sofrer a dominação econômica e religiosa, foi excluído, igualmente, do pensamento filosófico europeu. Foi considerado povo a-histórico, irracional, bárbaro, fechado em si mesmo, não tendo condições de ascender ao "espírito universal". Hegel, no início do século XIX, escreveu a obra *Filosofia da História Universal*, onde percebe-se a ideologia racista, superficial e eurocêntrica do filósofo alemão em relação à África. Páginas preconceituosas, que maculam a história da filosofia mundial. Sobre o continente africano, Hegel comenta:

A África é em geral uma terra fechada, e conserva este seu caráter fundamental... A África ... não tem propriedade histórica. Por isso abandonamos a África para não mencioná-la mais. Não é uma parte do mundo histórico; não representa um movimento nem um desenvolvimento histórico... o que entendemos propriamente por África é algo isolado e sem história, sumindo ainda por completo no espírito natural; e que só pode ser mencionado aqui no umbral da História Universal. Sobre o homem africano, Hegel arremata: "Entre os negros é realmente característico o fato de que sua consciência não chegou ainda à intuição de nenhuma objetividade, como, por exemplo, Deus, a lei, na qual o homem está em relação com sua vontade e tem a intuição de sua essência... é um homem em estado bruto". Hegel, como europeu, argumentou que o Estado Germânico-Prussiano (Alemanha, Dinamarca e Prússia) é a síntese da "História e do Espírito Universal" cabendo aos outros povos, latinos e africanos, a exclusão desse sistema (HEGEL, 1975).

A situação do negro, hoje, continua sendo de marginalização e exclusão. Por isso, há a necessidade de medidas não apenas afirmativas, mas, também, transformativas na emancipação da etnia negra no país.²⁵ Há muito que

²⁴ Segundo o sociólogo Florestan Fernandes (1978, p.9), os negros e os mulatos foram os que tiveram "o pior ponto de partida" na tradição da ordem escravocrata á competitiva. Isso significa afirmar que as condições estruturais dos negros e mulatos foram inferiores em relação aos brancos, causando marginalidades e desigualdades na sociedade brasileira.

²⁵ Nancy Fraser analisa as estratégias, chamadas por ela, de afirmação ou de transformação. Para vencer os dilemas entre redistribuição e reconhecimento, pode-se adotar medidas afirmativas ou transformativas. As medidas afirmativas têm por objetivo a correção de resultados indesejados sem mexer na estrutura que os

fazer para que a verdadeira abolição da escravidão aconteça principalmente na questão da educação, acesso ao trabalho e à renda. Dados demonstram que o analfabetismo ainda é maior entre os negros: segundo dados do IBGE, em 1999, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais era de 8,3% para brancos e de 21% para pretos e a média de anos de estudo das pessoas com 10 anos de idade ou mais é de quase 6 anos para os brancos e cerca de 3 anos e meio para os negros.

Na questão do acesso ao trabalho, as diferenças são expressivas: 6% de brancos com 10 anos de idade ou mais aparecem nas estatísticas da categoria de trabalhador doméstico, enquanto os pardos chegam a 8,4% e os pretos a 14,6%. Por outro lado, na categoria empregadores encontram-se 5,7% dos brancos, 2,1% dos pardos e apenas 1,1% dos pretos. Quanto ao rendimento mensal familiar per capita e à distribuição das famílias por classes, os dados indicam que 20% das famílias cujo chefe é de cor branca tinham rendimento de até 1 salário mínimo contra 28,6% dos chefes das famílias pretas e 27,7% das pardas (IBGE, 1999). Segundo ainda os dados do IBGE, em 1999, a população branca que trabalhava tinha rendimento médio de cinco salários mínimos. Pretos e pardos alcançavam menos que a metade disso: dois salários. Essas informações confirmam a existência e a manutenção de uma significativa desigualdade de renda entre brancos, pretos e pardos na sociedade brasileira.²⁶

Outra marca registrada do período colonial foi o analfabetismo. A maioria da população, segundo Carvalho (2002) era analfabeta: em 1872, meio século após a Independência, apenas 16% da população era alfabetizada. Apenas a elite brasileira da época era portadora do conhecimento, enquanto o analfabetismo predominava nas classes mais pobres: "quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos" (CARVALHO, 2000A, p. 55). Entre os letrados,

forma. Já os remédios transformativos têm por fim a correção dos resultados indesejados pela reestruturação da estrutura que os produz (MATOS, 2004). Conferir também Fraser (2001).

²⁶ Além desses dados, podem-se encontrar outras estatísticas sobre desigualdades raciais na publicação Síntese de Indicadores - 2000, editada também pelo IBGE.

principalmente, era comum a formação jurídica feita em Portugal: primeiro em Coimbra e, depois, em Lisboa. Além disso, Portugal proibiu o Brasil de abrir universidades em seu território; em contrapartida, a Espanha permitiu, desde o início, a criação de universidades em suas colônias.

Tal contraste pode ser percebido, entre Espanha e Portugal, no que se refere ao número de matrículas: "Calculou-se que até o final do período colonial umas 150.000 pessoas tinham-se formado nas universidades da América Espanhola. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes até a independência. Em vivo contraste, apenas 1.242 estudantes brasileiros matricularam-se em Coimbra entre 1772 e 1872", quadro esse que será revertido apenas após a chegada da família real ao Brasil, em 1808. No final do século XVIII, somente 16,85% da população brasileira entre 6 e 15 anos freqüentava a escola (p.70). É notável, de imediato, a formação de bacharéis em Direito desde o início de nossa história. Somente em 1879 houve uma reforma que o dividiu em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais: "A reforma de 1879 dividiu o curso em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais, as primeiras para formar magistrados e advogados, as segundas diplomatas, administradores e políticos" (p.76).

É importante mencionar ainda que, somente os advogados e médicos receberam o título de *doutores*, "que podia referir-se tanto a médico como a doutores em direito" (p. 90). Os cargos políticos ocupados na esfera estatal pertenciam à elite, principalmente aos proprietários rurais. Essa mesma elite circulava pelo país e por postos no Judiciário, Legislativo e Executivo, buscando assegurar vantagens pessoais. Como conclui Carvalho (2002, p. 129), a burocracia foi a vocação da elite imperial brasileira.

No período colonial, a marca principal da população brasileira foi o individualismo e o isolamento. Francisco José de Oliveira Vianna foi um dos primeiros teóricos a perceber tais características. Na obra *Instituições políticas*

brasileiras (1955),²⁷ Vianna designou o conceito de *insolidarismo* como o traço mais característico dos indivíduos e dos grupos na sociedade brasileira, razão pela qual defendia o papel coativo e educador do Estado na formação do que ele chamava de um comportamento culturológico, capaz de sobrepor-se ao espírito *insolidarista*.²⁸ Contudo, é na segunda parte dessa obra, intitulada *Morfologia do Estado*, que Vianna discutirá o significado sociológico do anti-urbanismo colonial (gênese do espírito *insolidarista*).

Para o autor, o espírito *insolidarista* tem sua origem nos primórdios da "colonização".²⁹ Dessa maneira, criou-se no Brasil o *homo colonialis*, tendo como características fortes traços de individualismo e desconfiança: um amante da solidão, do deserto, rústico e anti-urbano. O bandeirante paulista é citado como um exemplo clássico: "Os paulistas são de ânimos ferozes, porque a criação que quase todos eles tem lhes fez um hábito de ferocidade; são de gênio áspero e desconfiado, pronto a internar-se pelos matos" (VIANA, p.145-146).

Da mesma forma, na questão do trabalho, o homem brasileiro, comparado com outros homens do mundo, caracterizou-se pelo particularismo e individualismo: "O trabalho agrícola, em nosso país – ao contrário do que aconteceu no mundo europeu – sempre foi essencialmente particularista e individualista: centrifugava o homem e o impelia para o isolamento e para o sertão" (VIANA, p.151). Não houve a formação da solidariedade social, hábitos de cooperação e de colaboração, nem mesmo espírito público.

²⁷ Vianna escreveu, ainda: *Evolução do povo brasileiro* (1956) e *Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras* (1955).

²⁸ Para Vianna, o Estado é o guardião da sociedade, e também sua força vital: "Um poderoso centro de fixação e coordenação capaz de lhe dar direção e vontade" (apud LAMOUNIER, 1990, p.371).

²⁹ Vianna (1955) discute longamente as doações das sesmarias em que todos os membros da família ganhavam a terra, até mesmo os filhos que ainda estavam por nascer: "Famílias há inteiras - dizia o governador Paulo da Gama, da Capitania do RS - que estão possuindo 15 a 18 léguas de terra. Os pais conseguem 3 léguas e os filhos, cada um outro tanto. Do mesmo modo se tem dado sesmarias de 3 léguas a irmãos e irmãs, e cada um por cabeça, cedendo depois todos em benefício de um só" (p.140). Conferir, igualmente, Freitas (1980).

É claro que os laços de solidariedade social, os hábitos de cooperação e colaboração destas famílias na obra do bem público local não podiam formar-se. Com mais razão, não precisavam elas associar-se para a vida pública, para organizarem – como as "comunidades agrárias" da Espanha, por exemplo – os órgãos da administração da "região" do "município", da "freguesia", do "distrito". Em conseqüência: o espírito público não podia encontrar leira, nem húmus para germinar e florescer como tradição e cultura (VIANA, p.154).

Segundo Vianna, o que houve, na verdade, foi uma solidariedade social negativa.

No ponto de vista culturalístico, o nosso povo é, por isto, sob o aspecto de solidariedade social, absolutamente negativo. Os pequenos traços de solidarismo local, que nele encontramos, são tenuíssimos, sem nenhuma significação geral: práticas de "mutirão". "rodeio" – e quase nada mais. Isto no que toca com as relações sociais privadas. Politicamente – isto é, no que toca com as relações dos moradores com os poderes públicos locais – nada se registra também de assinalável (VIANA, p.153).

Em relação a outros povos latino-americanos, o brasileiro é, essencialmente, individualista, não necessita da ajuda comunitária e vive de forma isolada:

“O brasileiro é fundamentalmente individualista, mais mesmo, muito mais do que os outros povos latino-americanos. Estes ainda tiveram, no início, uma certa educação comunitária de trabalho e de economia. É o que nos deixam ver as formas do coletivismo agrário praticadas durante o seu período colonial e que, ainda hoje, de certo modo, subsistem ali – como se observa nos *ejidos* do México ou nos *ayllus* bolivianos. Nós não. No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da comunidade [...]. Estude-se a história da nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver, no homem, o indivíduo. O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente do grupo ou

colaborando com o grupo não teve aqui clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se” (VIANA, p.155).

Também na formação social e econômica do brasileiro é o extremado individualismo familiar que prevalece. Para Vianna, esse individualismo e ausência de espírito público têm raiz cultural:

“É claro que de tudo isto outra coisa não se poderia esperar senão este traço cultural nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do "lugar", da "vila", da "cidade"”. (VIANA, p.155).

Mais adiante, Vianna assinala pontualmente que os brasileiros, contrariamente aos ingleses, possuem um baixo interesse pela solidariedade e pelo coletivo:

“Nós, os brasileiros – povo sem espírito de colaboração e de equipe – observando esta extrema solidariedade, esta extrema harmonia, esta extrema compreensão do interesse coletivo e nacional, este maravilhoso espírito de colaboração e de ação em conjunto – em que cada cidadão inglês agia como se fora peça de uma máquina única e enorme, funcionando com regularidade, em pleno regime liberal, de livre e espontânea iniciativa – nós, brasileiros, contemplando tudo isto, éramos levados a exclamar com orgulho, como se fôramos nós o autor de toda essa maravilha: Isto, sim, é que é um povo” (VIANA, p. 205).

O que existe no Brasil é apenas uma solidariedade parental, isto é, desde que se mantenham os interesses fechados entre as famílias dominantes: "Esta solidariedade inter-familiar e clânica é, assim, peculiar e exclusiva à classe senhorial" (VIANA, p. 272). Vianna assinala que a solidariedade só existiu na vida pública (do clã feudal e do clã parental), não tendo acontecido na ordem social (religiosa e econômica), sendo apenas de ordem política: "Esta

solidarização, este entendimento, esta associação, este sincretismo, que se processa entre eles, era puramente político – porque tinha fins exclusivamente eleitorais" (VIANA, p. 298).

A falta de educação para a cooperação é outro problema elencado por Vianna:

“O grande domínio brasileiro, a "fazenda" ou o "engenho" – ao contrário do grande domínio feudal europeu – nunca pôde constituir-se, justamente por isto, numa escola de educação do povo-massa para a cooperação – no sentido de realizar qualquer interesse coletivo da comunidade moradora nele: o labor escravo dispensou ou impediu esta articulação entre o senhor do domínio do povo massa livre nele residente” (VIANA, p. 357).

Segundo o autor, o povo nunca participou, sequer transitoriamente, da administração do domínio. Essa administração sempre foi feita ditatorialmente, em estilo antidemocrático, pelo senhor de engenho.

Desse modo, fica evidente a carência de motivações coletivas e de espírito público no Brasil: "E a razão disto está em que não havia – quando instituímos o regime democrático no nosso país – nada que se houvesse constituído em tradição de interesse coletivo do município, da província ou da nação" (VIANA, p. 371). O processo de imitação fora uma constante: "Sempre imitando os modelos em voga, ou do outro lado do Atlântico, ou do outro lado do continente" (VIANA, p. 374). Existia, então, solidariedade? Vianna cita os Estados Unidos e a Inglaterra como exemplos de países onde existiu o espírito de solidariedade:

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo – onde o espírito de solidariedade é muito desenvolvido e o gosto da associação é muito vivo – este interesse público, estas necessidades coletivas, estas aspirações do bem comum da Nação são expressas por miríades de órgãos, que representam a tradição da solidariedade social ou profissional desses povos: sindicatos, ligas, associações,

universidades, sociedades, cooperativas, comitês, corporações, federações, etc. (VIANA, p. 393).

Por fim, é importante mencionar que Oliveira Vianna viveu o período histórico-político em que o Estado centralizador, unido à prática populista de Vargas, era vigente. Vianna fora um dos principais teóricos que defendia esta visão elitista de que caberia à pequena parcela da elite, utilizando as palavras de Schwartzman (2001), modernizada pela ciência e pela educação, e através do controle do Estado, ordenar a sociedade, cuidar do bem-estar dos brasileiros e transformar o país na grande nação que deveria ser o seu destino.

É importante destacar que a construção da cidadania está ligada essencialmente à construção de uma nação e de um Estado. Isto é, tem a ver com a formação de uma identidade entre as pessoas (tradição, religião, língua, costumes), com a construção de uma nacionalidade ou, sob o aspecto jurídico na formação de um estado. Assim, o sentimento de pertencer a uma nação é um indicativo importante para a construção de um Estado. Sentir-se parte de uma nação e de um Estado é condição fundamental para a construção da cidadania: "Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado" (CARVALHO, 2002, p.12).

No Brasil, como veremos, o Estado precedeu a formação da nação. A formação do Estado deu-se exclusivamente pela vontade da elite portuguesa que aceitou e negociou com a Inglaterra e com a elite brasileira a "independência" do país: "Graças à intermediação da Inglaterra, Portugal aceitou a independência do Brasil mediante o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas" (CARVALHO, p.27).

A relação de dependência da colônia com Portugal não permitiu formar uma identidade própria, nem edificar uma nação propriamente dita. A primeira manifestação de nossa nacionalidade ocorreu, segundo Carvalho

(2000A), apenas em 1865, na Guerra do Paraguai. A luta contra o inimigo externo, a formação de uma liderança política (chefe inspirador), o culto ao símbolo nacional (a Bandeira) e a união dos voluntários de todo o Brasil possibilitaram o advento de um sentimento comum: o orgulho e a criação da primeira idéia de identidade nacional: "não vejo consciência nacional no Brasil antes da Guerra do Paraguai" (p.11). Os principais fatos políticos do Brasil ocorreram para atender interesses individuais, ou de pequenos grupos hegemônicos. Assim foi na Independência, como nos diz Costa (1981): "as coisas vão simplesmente acontecendo: no jogo das circunstâncias e das vontades individuais, no entrelaço de interesses pessoais, de paixões mesquinhas e de sonhos de liberdade, faz-se a independência do país" (p.65). É importante afirmar que a notícia da emancipação política do Brasil só chegou a lugares mais distantes após três meses do fato ocorrido.

O poder político concentrou-se nas mãos dos proprietários. A vinda da família real para o Brasil, em 1808, não passou de uma manobra (abertura dos portos) para beneficiar os ingleses e franceses. Alguns anos mais tarde, as condições se mostravam favoráveis para a independência do Brasil, o que veio a ocorrer em 7 de setembro de 1822; porém, à revelia do povo.³⁰

Em sua obra *A construção da ordem* (1996), José Murilo de Carvalho trata, igualmente, entre outras questões, do processo de colonização, do Brasil Imperial e da elite política. O autor apresenta, logo na introdução, a diferença entre a evolução das colônias espanhola e portuguesa na América. Para ele, a diferença básica é que os territórios espanhóis fragmentaram-se politicamente,

³⁰ Caio Prado Júnior procurou entender o país sob o enfoque da interpretação marxista, com o materialismo histórico tendo servido de fundamento teórico para explicar o Brasil. Já Sérgio Buarque de Holanda faz sua análise em *Raízes do Brasil*, partindo da Economia e da sociedade, de Max Weber. Celso Furtado, Nestor Duarte e Raymundo Faoro herdaram a vertente do patrimonialismo de Weber. Para Faoro, a formação do Estado Português está na origem do Brasil, que é, essencialmente, Estadocêntrico, centralizado no poder da autoridade, pois é dela a distribuição do mesmo.

tornando-se Estados independentes, ao passo que os portugueses concentraram-se. Enquanto os espanhóis passaram por períodos anárquicos (instabilidade e rebeliões), os portugueses não recorreram a essas formas violentas. O domínio político português sobre a colônia foi intenso, sendo que os capitães-gerais eram nomeados diretamente pela Coroa e a ela respondiam (CARVALHO, p.12).

Deste modo, o Brasil herdou, na construção de seu Estado, a burocratização do Estado moderno, conforme fora descrito por Max Weber: "A ordem legal, a burocracia, a jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso legítimo da força são características essenciais do Estado moderno". O Estado moderno utilizou quatro mecanismos: a burocratização, o monopólio da força, a criação de legitimidade e a homogeneização da população dos súditos (WEBER, apud CARVALHO, 2000A, p.23).

No período imperial, existiam dois partidos políticos com ideologias semelhantes: o Conservador e o Liberal. O primeiro defendia os interesses da burguesia reacionária proveniente dessa mesma classe, dos donos das terras e senhores de escravos (domínio agrário); enquanto o segundo defendia os interesses da burguesia progressista, representada pelos comerciantes (domínio urbano) (p.182). Diz Carvalho que, até 1837, não se pode falar em partido político no Brasil, existindo apenas a maçonaria.

No período colonial, assim como na República Velha (1890-1930), a grande maioria da população ficou excluída dos direitos civis e políticos, com um reduzido sentimento de nacionalidade. Isso não significa que não houve resistência por parte de alguns grupos opositores (abolicionistas, separatistas, monarquistas, anti-republicanos, luta pela terra...). Foram muitas as formas de luta, no entanto, todos os movimentos foram duramente reprimidos e aniquilados pelo poder central: Balaiada no Maranhão e a cabanagem no Pará (a mais violenta, que vitimou 30 mil pessoas), a Farroupilha no Rio Grande do Sul, além de Canudos na Bahia, o Contestado em Santa Catarina e a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, são alguns exemplos de revoltas localizadas.

Assim como a emancipação política (independência), a Proclamação da República brasileira apresentou características *sui generis* ao ser instituída, haja vista o seu caráter golpista e elitista. O povo, por sua vez, não só não participou como foi tomado de surpresa com a proclamação do novo regime. A frase de Aristides Lobo é bastante elucidativa, neste sentido: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada militar" (Lobo, apud Carone, 1969, p.289). Sobre o caráter golpista da Proclamação da República, assim também se expressou Murilo de Carvalho (2002): "Além disso, o ato da proclamação em si foi feito de surpresa e comandado pelos militares que tinham entrado em contato com os conspiradores civis poucos dias antes da data marcada para o início do movimento" (p.80)

O processo eleitoral (participação política) da população durante os períodos imperial e republicano foi insignificante. De 1822 até 1881, votavam apenas 13% da população livre. Em 1881, privou-se o analfabeto de votar. De 1881 até 1930 - fim da Primeira República -, os votantes não passaram de 5,6% da população. Foram cinquenta anos de governo, imperial e republicano, sem povo.³¹

Assim, até o final da República Velha (1930), a participação política popular foi restrita. Não havia propriamente um povo politicamente organizado, nem mesmo um sentimento nacional consolidado. Os grandes acontecimentos na arena política eram protagonizados pela elite, cabendo ao povo o papel de mero coadjuvante, assistindo a tudo sem entender muito bem o que se passava.³²

³¹ Quanto à participação política dos brasileiros no processo eleitoral, tem-se os seguintes dados: em 1950 - 16%; 1960 - 18%; 1970 - 24%; 1986 - 47%; 1989 - 49%; 1998 - 51% (CARVALHO, 2000A, p.17).

³² Nos anos de 1920 e 1930, boa parte da intelectualidade, como Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, defendia o fortalecimento do Estado para fazer as mudanças sociais necessárias. Para Alberto Torres, "a sociedade brasileira era desarticulada, não tinha centro de referência, não tinha propósito comum. Cabia ao Estado organizá-la e fornecer-lhe esse propósito" (apud CARVALHO, 2002, p.93).

2.1.2 Patrimonialismo e clientelismo

Outro aspecto da vida política brasileira que marcou não apenas o período colonial e republicano, mas, de certa forma, nossa história política atual, está ligado aos "males" ou "vícios", como o patrimonialismo, o coronelismo, o clientelismo, o populismo e o personalismo das nossas instituições e lideranças políticas.³³ Por exemplo, segundo DaMatta (2000), o populismo está vivo, não apenas no Brasil, assim como em toda a América Latina. As lideranças políticas carregam consigo, além do personalismo, uma boa dose do elemento messiânico,³⁴ que tem suas longínquas raízes históricas no sebastianismo português. Vive-se ainda esperando que algum "herói sagrado", ou um "salvador da pátria" desça do Olimpo e resolva os problemas da população. Como bem afirma Renato Janine Ribeiro (2000, p.66), as pessoas carregam a "expectativa messiânica no surgimento de algum pai da pátria que as livrará do desamparo". É preciso parar de esperar por um milagre sobrenatural: "a questão brasileira é a necessidade da laicização" (p. 80). DaMatta, igualmente, trata da esperança messiânica da sociedade brasileira ao afirmar que "espera-se um salvador da pátria" (p. 104).³⁵

Depende-se sempre de um líder: "Já que somos incapazes de construir nossa grandeza, quem sabe se um novo Dom Sebastião não o pode fazer por nós" (Carvalho, 2000A, p.24). Este autor insiste na herança lusitana, que achou terreno fértil por estas paragens para crescer e proliferar: o exemplo mais evidente foi, e

³³ O tema do clientelismo e do personalismo também é discutido pelo antropólogo Roberto DaMatta (2000, p.94): "O Brasil, até hoje, combina clientelismo com liberalismo e personalismo com lealdade ideológica". Investigação de opinião realizada nos últimos vinte anos na América Latina tem mostrado que mais de 60% dos eleitores, na hora de escolher seu candidato, levam em consideração muito mais a pessoa do candidato e não o partido ao qual pertence (apud BAQUERO, 2004, p.156).

³⁴ Entende-se por messianismo a esperança da salvação coletiva posta nas mãos dos indivíduos vistos como dotados de dons especiais.

³⁵ Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2000), tratou, igualmente, das origens da sociedade e da cultura política brasileira, vendo nelas a continuidade da herança das nações ibéricas (Espanha e Portugal), que priorizavam uma cultura personalista (responsabilidade individual) onde imperavam os vínculos pessoais nas relações sociais e políticas, deixando os interesses coletivos em um segundo plano. Buarque de Holanda tratou, ainda, da repulsa ao trabalho, em que o ócio é mais importante do que o negócio. E da promiscuidade entre o público e o privado na vida política do país.

continua sendo, a promiscuidade entre o público e o privado; assim, corrupção, clientelismo e patrimonialismo parecem se perpetuar na *terra brasilis*.³⁶

A análise de Caio Prado Júnior evidencia, da mesma forma, alguns vícios da política brasileira, como o clientelismo e a dependência da metrópole.³⁷

No período colonial, cerca de 60% da população ainda vivia no litoral, mas, aos poucos, houve uma migração para o interior (ciclo da mineração); esta, porém, com a decadência desse modelo econômico, volta-se para o litoral novamente. A economia, no período colonial, era baseada na monocultura junto com o trabalho escravo. A colônia apenas devia fornecer matéria-prima à metrópole, deixando a maioria da população brasileira com os poucos excedentes. Quanto à organização social do Brasil, era constituída de escravos (totalmente excluídos) e mulatos (com possibilidade de ascender socialmente através da Igreja). Caio Prado Júnior buscou explicitar, igualmente, a base material do Brasil, evidenciando os pecados capitais do país: latifúndio, monocultura, afã fiscal da metrópole, trabalho braçal/desqualificação e escravidão.

Na *Evolução política do Brasil* (1993), Prado Júnior tratou da colônia e do processo de ocupação da terra através das capitanias: para ele, "um ensaio de feudalismo que não deu certo". No Império, estimulou-se a agricultura e a

³⁶"O Estado português delegou poderes da metrópole, preferiram manter a vinculação patrimonial a rebelar-se [...]. O patrimonialismo também não sofreu contestação no momento da independência, graças á natureza do processo de transição". (CARVALHO, In: CORDEIRO e COUTO, 2000, p.24). Da mesma forma, para Raymundo Faoro (1958), o patrimonialismo é um dos principais eixos da cultura política brasileira. Com a implantação do capitalismo, surgiu um Estado de natureza patrimonial, cuja estrutura estamental gerou uma elite dissociada da nação: o patronato político brasileiro, que atua levando em conta os interesses particulares do estamento burocrático ou dos "donos do poder". O sistema patrimonial coloca os empregados em uma rede patriarcal na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Para Faoro, esta estrutura política e social tem permanecido na política brasileira desde o Estado Novo (BAQUERO, 2006). Sobre o clientelismo, conferir o trabalho de Andrade (2005).

³⁷ Caio Prado Júnior (1907-1990), em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo* (1994), discorreu acerca do povoamento do Brasil, do Tratado de Tordesilhas e do Tratado de Madri. No Norte, segundo o autor, prevaleceu a cultura do cacau e da Companhia de Jesus; em São Paulo, o bandeirantismo. Refletiu ainda sobre a aliança entre Espanha e Portugal.

pecuária, mas acabou prevalecendo o clientelismo político através da doação de sesmarias. O clientelismo não foi uma prática recorrente apenas do Brasil Colonial. Encontramos tal vício em diferentes momentos do cenário político, evidenciado, inclusive nas últimas eleições gerais. Esse fenômeno é mais amplo e atravessa toda a história política do país. É um tipo de relação que envolve a concessão de benefícios públicos entre atores políticos. O clientelismo aumentou com o fim do coronelismo, quando a relação passa a ser diretamente entre políticos e setores da população, sem a intermediação do coronel, que perdeu sua capacidade de controlar os votos da população. Na vigência do coronelismo, o controle do cargo público era visto como importante instrumento de dominação e não como simples empreguismo. O emprego público irá adquirir importância como fonte de renda nas relações clientelistas (CARVALHO, 1997).

A questão do coronelismo, outra característica da política brasileira, foi tratada por Victor Nunes Leal, na obra *Coronelismo, enxada e voto*, publicada em 1948. Na concepção de Leal, o coronelismo é visto como um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Leal se expressa da seguinte forma: o que procurei examinar foi, sobretudo, o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e as maneiras pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município (LEAL, apud CARVALHO, 1997).

O autor tratou da relação entre o poder local e o poder nacional, na qual o coronelismo estava inserido. Para ele, o coronelismo surge dentro de um contexto histórico específico, incrustado na conjuntura política e econômica do Brasil no período da República Velha (1889-1930). No âmbito político, cria-se o federalismo, que fora implantado em substituição ao centralismo imperial. A partir do federalismo, criou-se um novo ator político com amplos poderes, o Presidente de Estado. No âmbito econômico, segundo Leal, vivia-se a decadência dos fazendeiros, que também é comentada por Carvalho: esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus

dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel.³⁸

Fica explícito, a partir das considerações de Leal, que o coronelismo foi um sistema político nacional baseado na "troca de favores" entre o governo central e os detentores do poder local. As relações entre o poder local (coronéis) e o governo podem ser descritas como um caminho de duas vias, ou seja, um necessitava do outro para sobreviver: O governo estadual garantia, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste seu domínio no Estado. O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo (LEAL, apud CARVALHO, 1997).

Leal (1975) seguiu a definição de Basílio de Magalhães para explicar a origem do conceito de coronelismo no Brasil: o tratamento de um "coronel" começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado, até hoje recebem popularmente o tratamento de "coronéis" os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário (p. 20-21). Leal acredita que o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais

³⁸ O artigo de Carvalho (1997) também se encontra disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 10 de março de 2010.

sejam características próprias do coronelismo. Junto ao coronel está ligado o voto de cabresto e a capangagem (p. 23).

Os trabalhadores rurais, desprovidos de qualquer estrutura que lhes possibilitasse mudança de vida, eram dependentes do coronel: "completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece" (p. 25). A troca de favores era a essência do compromisso coronelista, que consistia em apoiar os candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais: "enquanto que, da parte da situação estadual, vinha carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar" (p. 50).

Ao concluir, percebe-se que, muitos outros vícios permanecem na vida política brasileira. É necessário, além da participação dos setores organizados da sociedade civil e do olhar crítico e imparcial da mídia, outras formas de controle e responsabilização dos atos administrativos das pessoas que ocupam cargos públicos. Trata-se aqui de inserir o conceito de *accountability*, "que quer dizer autoridades politicamente responsáveis, autoridades que podem ser responsabilizadas pelos seus atos, que devem prestar contas dos seus atos". O *accountability* (controle democrático) pode ser vertical (relação governantes e governados) e horizontal: poderes externos podem punir o governo – separação de poderes (autoridades estatais que controlam o próprio poder: que pode empreender ações que vão desde o controle rotineiro até sanções legais ou inclusive *impeachment*, conforme o caso).³⁹

³⁹ Ver estudos de Marengo dos Santos (2003) e O'Donnell (1998).

2.2 Autoritarismo e direitos sociais

A partir dos anos 20 inicia, paulatinamente, uma nova era na história política do Brasil. Os tempos agora são outros, influências internas, como o processo crescente de urbanização, industrialização, aumento do operariado, criação do Partido Comunista e a Semana de Arte Moderna, bem como influências externas, a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, acabam modificando as relações econômicas e políticas no Brasil. Assim, na década de 1930 o Brasil vê emergir gradativamente os direitos sociais: "A partir desta data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido" (p.87), principalmente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.⁴⁰ Fica evidente que, no Brasil, os direitos sociais não foram conquistados, mas, sim, consequência de concessões de governos centralizadores e autoritários. Os sindicatos foram atrelados ao Estado de aspiração fascista. Em termos políticos tivemos retrocesso, pois em 1937 Vargas instaura uma ditadura apoiado pelo aval dos militares instituindo o Estado Novo. O período do Estado Novo termina em 1945. Logo após esse período, o país passou pela primeira experiência democrática (1945 até 1964), tendo como principal característica política o populismo e o nacionalismo.

Depois da breve experiência democrática dos anos anteriores, o Brasil entrou, do ponto de vista dos direitos civis e políticos, nos anos mais sombrios da sua história. Houve perseguição, cassação dos direitos políticos, tortura e assassinatos das principais lideranças políticas, sociais e religiosas. Os Atos Institucionais (AIs) deram a tônica do governo. O AI 1, de 1964, cassou os direitos políticos. O AI 2, de 1965, aboliu a eleição direta para a Presidência da República, dissolveu os partidos políticos criados a partir de 1945 e estabeleceu um sistema de dois partidos. Já o AI 5, de 1968, foi considerado o mais radical de

⁴⁰ Diferentes autores que tratam do tema da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) são unânimes em afirmar que essa legislação foi, em grande parte, copiada da "Carta del Lavoro" adotada pelo regime fascista italiano.

todos, o que mais fundo atingiu direitos políticos e civis. O Congresso foi fechado, passando o presidente, general Costa e Silva, a governar ditatorialmente. Foi suspenso o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional (p.162), houve cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos de deputados e vereadores, além da demissão sumária de funcionários públicos, censura à imprensa e a instituição da pena de morte por fuzilamento.

No que se refere aos direitos sociais, percebe-se que houve uma sensível melhora na época dos militares. Foram criados o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Banco Nacional de Habitação (BNH), e em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social (p.172).

Aos poucos o período da ditadura militar dá sinais de esgotamento e os ares de novos tempos começam a soprar no cenário político do Brasil. Depois da pressão política da oposição, da opinião pública, de intelectuais, artistas e da população em geral, os militares deixam o poder, de forma negociada, no ano de 1985. Novos partidos foram criados e a nova Constituição Nacional foi promulgada em 1988. Essa Constituição, apesar das defesas de alguns setores conservadores da sociedade (como o "Centrão" – deputados que defendiam as grandes propriedades rurais), foi considerada a Constituição mais liberal de todas. Ulisses Guimarães, na época a designou como a "Constituição Cidadã".

No entanto, apesar dos avanços políticos, os direitos civis e sociais são deficientes desde 1985. Há precariedade na questão da segurança e no acesso à Justiça, além das altas taxas de homicídios: "A taxa nacional de homicídios por 100 mil habitantes passou de 13 em 1980 para 23 em 1995, quando é de 8,2 nos Estados Unidos" (p. 212). O Judiciário não cumpre seu papel (acesso limitado à Justiça) – além da morosidade – e há um número reduzido de defensores públicos.

Por fim, deu-se no Brasil, diferentemente de outros países, a lógica inversa: primeiro os direitos sociais, depois os políticos e civis. Como bem argumenta Carvalho: "Aqui primeiro vieram os direitos sociais, implantados em

período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime" (p.220). Os direitos civis continuam inacessíveis: "Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo" (p.220).

2.3 Corrupção e ética

(1) O Escândalo do Orçamento

Manoel Moreira, ex-genro do pastor presidente da Assembléia de Deus de Campinas, é de origem humilde. Fez carreira com o apoio eleitoral do sogro. Em 1990, estendeu sua base eleitoral para São Paulo, fazendo "dobradinha" com Joel Freire Costa, filho do então presidente nacional da AD, pastor José Wellington. Na Comissão do Orçamento, no Congresso Nacional, Moreira "teria recebido cerca de US\$8 milhões com a intermediação [de] emendas". Além da ligação com empreiteiras, Moreira é acusado de utilizar a Companhia Paulista de Força e Luz para empregar amigos e conseguir contratos com suas empresas. Nove entidades assistenciais beneficiadas por ele no Orçamento negam ter recebido a maior parte dos recursos. Denunciado no relatório da CPI, Moreira renunciou ao mandato para escapar da cassação. Sua ex-esposa Marinalva seria a herdeira dos votos assembleianos de Campinas. Na televisão, ela afirmou que Moreira "sempre foi uma pessoa de comportamentos um pouco dúbios"; o que não impediu uma longa carreira política com aprovação da cúpula eclesiástica. "Da separação, sobrou para Marinalva uma mansão... avaliada em cerca de US\$2 milhões".

O deputado estadual Joel Freire é acusado de irregularidades no orçamento estadual, e de ter recebido dinheiro da empreiteira Servaz para a campanha.

Outro deputado estadual ligado à AD (no caso, a Madureira), é Carlos Apolinário. Num documento de executivo da Servaz, consta seu nome e a expressão "5 % Valo". Isto se refere à barragem do Valo Grande. João de Deus, deputado federal da AD-RS, teria ficado com parte dos US\$63,5 mil destinados à Ação Social Evangélica de Porto Alegre. Sua cassação foi sugerida pelo relatório da CPI. Mas, na 100 esteira da absolvição de Ricardo Fiúza, João de Deus também foi absolvido, sendo defendido por muitos deputados evangélicos. O caso mereceu severas críticas à bancada evangélica por parte de comentaristas políticos. "Uma instituição fantasma do Paraná... abocanhou US\$48 mil., a título de subvenção social, por iniciativa do deputado Matheus lensen. Um filho do deputado é o presidente da fundação, outro filho é o tesoureiro e a mulher é a presidente do conselho fiscal" (21/11/93). lensen (da AD) foi responsável pela emenda que deu cinco anos a presidente Sarney. No impeachment, "aceitou um oferecimento da tropa de choque de Collor"; mas, percebendo que o impeachment passaria, voltou a Brasília para votar pela saída de Collor.

Eraldo Tinoco, batista da Bahia, e Levy Dias, da IPI-MS, também estiveram na mira da CPI. No Rio de Janeiro, o escândalo envolve o pastor presbiteriano Izaías Maciel, dono de obra assistencial evangélica e da OMEB (Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil). Quatro entidades dele (SASE, APE, CONBRASE e OMEB) receberam mais de US\$6 milhões. "Os fiscais não conseguiram recolher documentos que comprovassem o recebimento e a aplicação dos recursos federais". O Rev. Izaías diz apenas que "o recebimento de subvenções federais... é prática normal" e que as entidades "publicam regularmente seus balanços" (o que é contestado pelos jornais). Nos anos 80, já houve escândalos envolvendo o SASE. Outra entidade representativa dos pastores, o CNPB (Conselho Nacional dos Pastores do Brasil), ganhou 3.000m² para sua sede em Brasília.

Setor de Mansões com que foi brindada a AD (Madureira), denominação do presidente do CNPB, Pr. Manoel Ferreira. No jornal denominacional, o benfeitor, o governador Joaquim Roriz, é descrito como "fiel

executor da vontade de Deus" e "o grande amigo dos evangélicos no Brasil". Não por acaso, seu partido, o PP, é altamente evangélico na liderança e na bancada federal. A CPI encontrou US\$3,2 milhões nas contas de Roriz. Há suspeita de envolvimento com a máfia do Orçamento e superfaturamento de obras.

(2) *O Escândalo da Previdência*

O deputado carioca Francisco Silva, dono da Rádio Melodia FM e que se diz membro da Congregação Cristã, é acusado de tentar extorquir um advogado, pedindo "'alguns milhares de dólares ou imóveis' para não incluir seu nome... no relatório da antiga CPI das fraudes do INSS".

(3) *O Escândalo da Troca de Partidos por Dinheiro*

O artigo de *Veja* (6/10/93) sobre a compra de deputados pelo PSD menciona quatro evangélicos, todos da AD. Um deles é Itsuo Takayama, que em uma semana foi do PFL para o PP para o PSD. Takayama que era evangélico e não via mal algum em aceitar o dinheiro. Foi cassado. Salatiel Carvalho, líder do PP, "não queria que se mexesse no assunto", pois o próprio PP era acusado da mesma prática.

(4) *O Escândalo da Lista do Bicho*

Na lista das figuras públicas que teriam recebido subvenções dos bicheiros cariocas estavam dois evangélicos: Edésio Frias (batista, PDT-RJ) e Sá Freire (candidato a deputado federal em 1990 pelo PRN). Em suma, os escândalos atingem políticos evangélicos, líderes denominacionais, instituições assistenciais e órgãos representativos da comunidade evangélica.

2.4 Assistencialismo, terceiro setor e pentecostalismo

O assistencialismo é uma política que está inserida no chamado terceiro setor e o conceito adotado nesse trabalho é do sociólogo Fernando Souto descrito abaixo:

“O assistencialismo é toda política desenvolvida por uma organização política, que vise oferecer alguns tipos de bens escassos aos seus associados, individualizando a distribuição, que tanto podem ser materiais quanto simbólicos, incluindo serviços, mas não mantenham ou estimulem uma luta coletiva e organizada no sentido de tornar a participação ativa e direta dos associados com o objetivo de ampliar a oferta e a conquista destes mesmos bens”⁴¹

O conceito de terceiro setor apresenta certa dificuldade de conceituação conforme alguns especialistas tomados nesse trabalho e descrito abaixo:

“Um problema relacionado ao terceiro setor é a falta de definição clara de seus contornos. São várias as zonas de fronteiras com as ações do Estado e do mercado e, para defini-lo bem, é preciso saber que ele é um setor de iniciativas privadas, mas com fins coletivos que não visam ao lucro”.⁴²

“A quantidade e a diversidade de atores sociais atuantes no chamado terceiro setor dificultam a visão clara sobre suas características essenciais. O conceito de terceiro setor ainda não está claro, pois não apresenta contornos bem delimitados. É um conceito importante para distinguir as demais ações que não sejam de caráter público ou lucrativo, preservando sua autonomia e independência em relação aos dois primeiros setores”.⁴³

Para situar o entendimento do termo terceiro setor tomemos a orientação conceitual de Cardoso e Salamon, abaixo:

⁴¹ Souto Jr., Lugar Primeiro, n.7

⁴² Hudson, Mike. 1999.

⁴³ Cardoso, Ruth. 1997

“Assim, o terceiro setor descreveria espaços de participação e experimentação sobre a realidade social, englobando a ação solidária através do trabalho voluntário e também da doação de outros recursos para o bem comum. É um setor que presta serviços à sociedade de maneira geral, não somente por visar a uma ação coletiva, mas também pelo fato de dialogar entre si e com os outros dois setores, o mercado e o Estado. Representa o fortalecimento da sociedade civil por meio da participação visando à construção da cidadania”⁴⁴. (CARDOSO, 1997).

“Salamon (1997) destaca três faces do setor inerentes ao seu conceito: idéia, realidade e ideologia. Idéia porque o setor consiste num conjunto de valores que englobam iniciativa individual, auto-expressão, solidariedade e ajuda mútua. Realidade porque envolve instituições concretas dotadas de ampla força econômica, e facilitadoras do florescimento da democracia. E, finalmente, ideologia porque é alvo de vários mitos disfuncionais, distorções ideológicas e interpretações errôneas que se impõem como obstáculos ao seu desenvolvimento pleno”⁴⁵.

O terceiro setor aparece do processo de mudança socioeconômica mundial que se dá com a crise do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e também com a chamada reestruturação produtiva neoliberal consolidada no mundo globalizado atual a partir de 1970. O Estado de Bem-Estar Social surge no final do século XIX e ganha força depois da segunda guerra mundial onde se observa a intervenção do estado em vários setores da economia e da sociedade (Keynesianismo). As empresas, o estado e a própria sociedade se organizam para garantir as condições necessárias de lucratividade, de concretização do estado bem-estar que se tornam referencia ao mundo ocidental. (HARVEY, 2003).

Com a crise do Estado de Bem-Estar Social, vários são os serviços necessários para atender às necessidades populares. Serviços de saúde, educação, transporte, saneamento básico e lazer são prestados pela iniciativa privada, que, em ambiente competitivo, esperam lucros na ótica de mercado. Mas, nem todos os setores e necessidades são atendidos, pois alguns setores não apresentam interesse

⁴⁴ Cardoso, Ruth. Op.Cit.

⁴⁵ Salamon, L. p: 5-11

para os investimentos de capital, ou seja, nem tudo se transforma em negócios atrativos na esfera social (RIFIKIN, 1997).

Por esses motivos, pode-se observar a ligação do terceiro setor à prestação de serviços, à sociedade, principalmente, para o atendimento de populações carentes o que pode movimentar quantidades expressivas de recursos financeiros e humanos para a realização das atividades. O Estado, por não conseguir atender todas as necessidades sociais dos cidadãos, adota políticas de descentralização, privatizações, programas de renda mínima e programas de parceria público-privado. A intenção é enxugar o Estado e deixá-lo apenas como órgão regulador das relações na sociedade. Esse momento é propício para o surgimento de instituições que vão buscar minimizar os efeitos nocivos do mercado sobre a sociedade através do assistencialismo. (KAMEYAMA, 2002).

Com a industrialização e urbanização do Brasil, a partir do começo da segunda década do século XX e mais intensamente após a revolução de 30, surge na cidade a questão social expressando as contradições entre capital e trabalho no modo de produção capitalista. As condições de trabalho eram precárias marcadas por longas jornadas de trabalho, além dos baixos salários. Diante dessa situação, os trabalhadores começaram a se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho e melhores salários. A grande mobilização foi marcada por uma greve que ocorreu em 1917 e o governo e os patrões passaram a tratar, pelo menos até 1930, as questões trabalhistas e sociais como caso de polícia.

A revolução de 30 determinou a adoção de uma política de industrialização e as questões sociais e trabalhistas passaram a ser tratadas oficialmente não como caso de polícia, mas sim, como caso político. Diante da organização e da pressão dos trabalhadores rurais e, sobretudo, urbanos o governo Vargas concedeu a C.L.T.; a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPAS) em 1932; a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938 que possibilitou a subvenção de recursos para instituições de caridade; o surgimento da LBA em 1942; o nascimento do SENAI. Outro fato importante, ocorrido em 1947, no governo Dutra, foi a criação da Fundação Leão XIII pela

Arquidiocese e Prefeitura do Rio de Janeiro, para dar assistência à população dos morros do Rio de Janeiro. Seguindo esta lógica, em 1946, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

O governo Juscelino Kubitschek, caracterizado pelo desenvolvimentismo através dos planos de Metas e do começo da inserção do Brasil à economia mundial graças a entrada no país das multinacionais, incentiva a filantropia através de um conjunto de leis que:

“isenta de selo as contribuições às instituições sociais inscritas no CNSS; veda à União, estados e municípios lançar impostos sobre instituições de assistência social; autoriza dedução no imposto de renda de doações às instituições filantrópicas; amplia o benefício para as instituições de educação, de pesquisas científicas ou de cultura, portadoras da Declaração de Utilidade Pública; isenta da taxa de contribuição à previdência, às entidades de fins filantrópicos, introduzindo o certificado de fins filantrópicos.”⁴⁶

O golpe militar que ocorreu em março de 1964 constituiu um Estado autoritário, repressor e centralizado, o Legislativo e o Judiciário. Os militares governavam por meio de atos institucionais, decretos e Lei de Segurança Nacional, priorizando o desenvolvimento capitalista e o controle repressivo daqueles que se opunham à ditadura, como movimento operário, sindicatos e partidos políticos. Como consequência as massas trabalhadoras perdem todo espaço de expressão, sendo completamente tolhidas nas suas reivindicações. Portanto, a política econômica dos governos militares foi excludente e concentradora de renda, estruturada no achatamento salarial para a diminuição dos custos na produção. Em consequência, houve o aprofundamento da desigualdade social, intensificando a questão social.

⁴⁶ Mestriner, 2001; pg. 128 e 129

“As ações assistenciais serão mais uma vez utilizadas para amenizar o estado de empobrecimento da população, inclusive dos trabalhadores”.⁴⁷

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Cria-se também em 1970 o Programa de Integração Social (PIS). Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que ficou responsável pela previdência social e incorporou a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Em 1977 foi desenvolvido o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) que foi constituído pelo INPS e pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). No que diz respeito a LBA, até 1966 foi financiada pelos IAPs e por doações do governo e do setor privado. Após 1966, devido a unificação de todos os institutos no INPS, a instituição foi financiada com recursos advindos da União. Somente em 1974, por conta da incorporação da LBA ao MPAS, passou a ser financiada com verba do FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social) (Fleury, 1989).

O governo Sarney pautou seu governo no “desenvolvimento mais fundamentado no setor privado, deixando ao Estado suas funções tradicionais de prestação de serviços públicos essenciais”.⁴⁸

Diante disto, o assistencialismo terá um papel essencial para encarar os problemas sociais objetivando a diminuição das desigualdades. Sarney criou o Ministério de Ação Social e a LBA por ter sido o principal órgão viabilizador de ações no campo assistencial do governo foi incorporada ao recém-criado Ministério. Os parlamentares que eram responsáveis pela administração das subvenções utilizaram o CNSS como um espaço de viabilização de práticas clientelista e não como um órgão regulador da filantropia o que conduzirá sua extinção anos mais tarde

A redemocratização desembocou em uma nova Constituição, promulgada em 1988, trazendo significativos avanços no campo da difusão dos

⁴⁷ Mestriner, 2001; pg. 155

⁴⁸ Mestriner, 2001; p. 186.

direitos sociais e uma nova concepção de cidadão. Nela concebe-se o tripé da Seguridade Social composta pela saúde, previdência social e assistência social e o começo de um Estado de bem estar social. Pela primeira vez na história brasileira, a assistência adquire caráter de política pública, sendo reconhecida como tal da Constituição Federal. A idéia de Seguridade Social, tomada da experiência européia, busca superar as experiências do Seguro Social (proteção social garantida mediante contrato de trabalho). Já a Seguridade Social por sua vez garante acesso a todos os cidadãos, independente de contrato prévio ou contribuição.

Porém, todo esse avanço é interrompido com o processo de implementação do ideário neoliberal no Brasil iniciado por Fernando Collor de Melo, eleito diretamente em 1989 e continuado por Fernando Henrique Cardoso. A idéia do Estado mínimo neoliberal, desses dois presidentes, é acompanhada da proposta de aumentar a responsabilidade da sociedade civil com a viabilização dos serviços sociais que passam a ser implementados por entidades e organizações assistenciais ou mesmo por vias tradicionais como a família e/ou instituições privadas filantrópicas. Assim, as organizações da sociedade assumem cada vez mais as funções assistenciais, competência até então assumida pelo Estado.

Assim, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um sistema de proteção social no Brasil apoiado na idéia de Seguridade Social, com o objetivo de unificar ações que até então eram fragmentadas, visando garantir o acesso universal a todos os cidadãos. A Constituição estabeleceu a criação de novas contribuições sociais sobre o faturamento e o lucro. Para tal fim, foram criadas a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL) e a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF), esta com destino exclusivo para o financiamento da saúde” (BOSCHETTI, 2003, p. 36).

Essas contribuições foram criadas exatamente para financiar a implementação da Seguridade Social e garantir a efetivação dos direitos sociais. Essa questão orçamentária foi um grande avanço trazido na Constituição, porém

com o governo Collor, posteriormente com o mandato de Fernando Henrique Cardoso e outros governos, as verbas obtidas através das contribuições criadas foram utilizadas para outros fins, ao invés de serem utilizadas para o financiamento da saúde e assistência social que são políticas sociais que não possuem arrecadação própria. Além disso, a sonegação, a fraude e a renúncia previdenciária (obtida através do Certificado de Entidade Beneficente concedido pelo CNAS) reduzem as receitas destinadas à Seguridade Social e dificultam sua viabilização. O resultado foi o discurso governamental do falso déficit público conforme citação abaixo:

“Segundo vários estudos realizados, a previdência não apresenta déficit, apenas os seus recursos financiam outras prioridades defendidas pelos governos que não são as de proteção social. O que se pode comprovar através dos seguintes dados: “o primeiro dado a ser ressaltado é o total da despesa em 2001, R\$ 135 bilhões, inferior à arrecadação, R\$ 142 bilhões, o que indica saldo positivo de R\$ 7 bilhões.”⁴⁹

Portanto, a Seguridade Social no contexto neoliberal vem sendo desmantelada e substituída por programas de combate à pobreza conforme a citação abaixo:

“não passam de uma tentativa de racionalizar a situação de agravamento geral das situações de pobreza e desamparo social a que foram conduzidos quase todos os países periféricos submetidos ao ajuste neoliberal”⁵⁰

O presidente Itamar Franco propôs um freio ao ajuste neoliberal; priorizou o desenvolvimento e a discussão sobre a reforma política; e ainda

⁴⁹ Boschetti, 2003; p. 39

⁵⁰ Soares, (2002; p. 22).

alterou a denominação do Ministério da Ação Social para Ministério do Bem – Estar Social (MESTRINER, 2001).

Após intensos debates e projetos de lei que foram vetados por Collor desde 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (nº. 8.742) foi aprovada por Itamar Franco, em dezembro de 1993. Regulamentou o que foi definido na Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204, ou seja, a assistência social como uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado que visa garantir o atendimento das necessidades sociais dos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através do atendimento universal e do estabelecimento de benefícios, serviços, programas e projetos. Também ficam definidas as instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, que são o CNAS, Conselhos Estaduais de Assistência Social, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os Conselhos Municipais de Assistência Social, garantindo o sistema descentralizado previsto na LOAS

Em 1995, dois anos após a promulgação da LOAS, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência do Brasil com uma clara tendência neoliberal continuando as reformas iniciadas por Collor. FHC adotou a defesa dos preceitos neoliberais para conduzir o país, priorizou a construção de um Estado mínimo que não regulasse a economia, privatizou empresas estatais e reduziu os recursos destinados às políticas sociais básicas. Assim, no governo de FHC as políticas sociais se tornaram cada vez mais precárias e compensatórias, são vistas como responsáveis pelo déficit governamental, por isso são desmanteladas para garantir o superávit. O Plano Diretor elaborado por Bresser Pereira propôs uma reforma no aparelho estatal, especificando os setores que deveriam privatizar-se e os setores que permaneceriam estatais. Bresser Pereira reservou um lugar muito reduzido para as ações sociais públicas que ficam focalizadas nos mais pobres, a exemplo da Comunidade Solidária, ou seja, nos que não teriam acesso ao setor

privado, desmantelando a perspectiva de universalização dos direitos sociais previsto na Constituição Federal de 1988.

Essas medidas assumem um claro caráter paliativo e assistencialista, contrapondo-se ao princípio de universalidade previsto na Constituição Federal de 1988 e na LOAS de 1993

Essas práticas assistenciais foram criticadas de forma permanente nas Conferências Nacionais da Assistência Social. A primeira Conferência foi realizada em 1995 sob o tema “Assistência social – direito do cidadão e dever do Estado”. Já em 1997 ocorreu a segunda Conferência com o tema “O sistema descentralizado e participativo da assistência social: construindo a inclusão e universalizando direitos”, na qual determinou-se a extinção do Programa Comunidade Solidária, por entender que esse programa constituía-se numa estrutura paralela a LOAS, porém só foi extinto com o fim do segundo mandato de FHC (MESTRINER, 2001)

Apesar de todo retrocesso que a assistência social vem sofrendo por conta da política neoliberal adotada por FHC, em 1998 o CNAS aprovou a primeira Política Nacional de Assistência Social que veio normatizar as ações na área da assistência, tendo o objetivo de garantir o que se regulamentou na LOAS. O preceitos neoliberais e o desmantelamento das políticas sociais ainda estão em desenvolvimento no Brasil, o que permite a assistência social em um momento manter alguns avanços advindos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS de 1993.

Segundo Beghin e Peliano (2000), o voluntariado no Brasil refluí ao início da colonização, ligado majoritariamente à filantropia e à caridade, junto aos órfãos, idosos, doentes e inválidos, afinadamente ligadas à Igreja Católica e começa com a chegada da Irmandade da Misericórdia e a instalação dos hospitais das primeiras Santas Casas.

Ao longo do século XX, ainda segundo Beghin e Peliano, a Igreja Católica prosseguiu investindo sistematicamente na prestação de serviços sociais, a partir da construção de escolas, casas de saúde, asilos, abrigos e de promoção do trabalho voluntário das pastorais e vicentinos articulados pela organização católica Caritas.

É importante reafirmar o recente crescimento das religiões protestantes, sobretudo, pentecostais vêm provocando transformações no campo religioso. Com efeito, como ressalta Novaes (1998, p. 92), “não se pode negar que está se modificando a histórica equação entre Catolicismo (religião oficial e dominante) como ‘a’ agência supletiva e o Estado no que tange à assistência”.

Segundo Fernandes (1994, p. 124), “o crescimento dos evangélicos é o sinal mais espetacular de mudança de mentalidade na América Latina neste final de século”. Trata-se, segundo o autor, de um movimento minoritário, mas com forte poder de convencimento; dirige-se particularmente aos pobres e estimula o trabalho não-remunerado.

Um outro exemplo pode ser dado pelos espíritas que, com suas históricas obras sociais e vocação para o trabalho voluntário, tornam-se cada vez mais visíveis. Para os seguidores dessa religião, a caridade “é definida como o principal dos meios pelos quais se estabelece a evolução espiritual, servindo imediatamente à salvação pessoal” (GIUMBELLI, 1998, p. 135).

As religiões afro-brasileiras, das quais as mais praticadas são o candomblé e a umbanda, devem ser citadas igualmente: os terreiros são locais onde as pessoas vão em busca de assistência material e onde se articulam formas de trabalho voluntário (NOVAES: 1998; CORULLÓN: 2002).

As organizações de confissão evangélica, vinculadas ou não a denominações religiosas, atuam no campo da ação social e buscam realizar serviços, projetos e programas de atendimento sócio assistencial a diferentes segmentos, e a sua inserção tem sido crescente no decorrer dos últimos anos.

Prevalecem organizações voltadas para atendimentos nas áreas de assistência social, saúde e educação, priorizando crianças de 0 a 6 anos, drogadição, idosos e famílias em situação de pobreza. (SILVA e COSTA, 2007).

Em pesquisa realizada no decorrer de 2002 pelo Serviço de Evangelização para a América Latina (SEPAL), ficou evidenciado que, de 152 igrejas cujos líderes foram entrevistadas na cidade de Londrina, 83% afirmaram que desenvolviam ou estavam envolvidas em algum projeto social. Predominavam atividades assistenciais de distribuição de cestas básicas a famílias carentes e atendimento na área da educação infantil (SILVA e COSTA, 2007).

Segundo Burity: “A reabilitação, desde a década de 1980, da presença das igrejas e movimentos religiosos na filantropia e na política partidária acompanha mudanças que se deram na própria relação entre religião e sociedade, religião e política. Tais mudanças guardam relação, por sua vez, com os efeitos do realinhamento ideológico propiciado pela hegemonia do neoliberalismo e a crise do socialismo real, de um lado, e dos efeitos desagregadores e acentuadores da exclusão social produzidos pelas políticas de abertura de mercado, estabilização monetária e ajuste fiscal dos anos 90”.⁵¹

Burity continua afirmando: “De outro lado, o agravamento da pobreza em decorrência da reestruturação econômica e do estado nos anos 90, que inseriu o país firmemente no contexto global, sacramentou a lógica de mercado e redefiniu amplamente os padrões de intervenção estatal na economia e na área social, criando um enorme passivo social e desafiando a busca de alternativas para os sérios problemas de acesso e distribuição de bens e serviços públicos. Ademais, o perfil compensatório, a desregulamentação e despolitização das políticas sociais recolocou na agenda a relevância das ações filantrópicas – tradicionalmente associadas às práticas religiosas. Uma das conseqüências deste processo é um maior envolvimento das igrejas e movimentos religiosos com questões de

⁵¹ Burity, Joanildo A. Redes Sociais e o lugar da religião no enfrentamento de pobreza: Um acercamento preliminar. In: BIBLIOTECA VIRTUAL do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO. www.clacso.org

cidadania e combate à exclusão e à pobreza. Pois, é certo que a filantropia como orientação assistencial de caráter individual e compensatório, movida por valores morais e/ou religiosos de humanidade ou compaixão, “ressurge” nos anos 90 à medida que recua o modelo estatal de provisão social – e aqui as instituições religiosas e caritativas vêem-se novamente legitimadas por parte de interlocutores novos e antigos. ”⁵²

Em resumo, desde os tempos coloniais, fortaleceu-se um conjunto de organizações não-governamentais de caridade, a maior parte delas de inspiração religiosa, que consolidou práticas assistencialistas, clientelistas, de apadrinhamento e de tutela. É por isso que, no Brasil, o terceiro setor é quase sempre associado à filantropia, entendida como o oposto de cidadania, é associado à manutenção do status quo, a um modelo de gestão da pobreza e, não, de promoção da igualdade e da reciprocidade da transformação do sistema capitalista. A afirmação de Castel vai nessa direção:

“A perspectiva caritativa do voluntariado, segundo seus detratores, apóia-se no entendimento da menor capacidade dos mais pobres. A ajuda dada é uma prática pontual, localizada e feita de forma discricionária, geralmente fundada numa apreciação de bom comportamento e num julgamento moral dos pobres. O serviço voluntário é aleatório e entendido como favor. O voluntariado baseado na caridade reforçaria, assim, a idéia de que o Estado é incompetente para solucionar as mazelas sociais e, portanto, desnecessário. Nessa economia política da caridade “estabelece-se um comércio entre o rico e o pobre, com vantagem para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição”⁵³ (CASTEL, 1998, p 65).

Nesta vertente, o voluntariado hoje, como dantes, não visa “transformar”, mas trabalhar sobre a miséria do mundo capitalista, sobre os efeitos perversos do desenvolvimento econômico. Tenta introduzir correções às

⁵² Burity, Joanildo A. Op.Cit.

⁵³ Castel: 1998

contra finalidades mais desumanas da organização capitalista da sociedade, mas sem tocar em sua estrutura, em outras palavras, atua-se somente para “administrar” ou “gerenciar” a pobreza.

A Igreja Assembléia de Deus, através do seu site oficial, registra os projetos sociais de cunho assistencialista para atender os carentes da igreja e da comunidade. São:

- Construção de mil casas populares,
- Construção do asilo para idosos com toda infra-estrutura para atender nossos idosos,
- Construção da casa das viúvas, para viúvas desamparadas.

A Igreja Universal do Reino de Deus possui uma entidade sem fins lucrativos, cujo único objetivo é colaborar para que a população sofrida tenha sua verdadeira cidadania, a Associação Beneficente Cristã (ABC) foi fundada em 18 de agosto de 1994. A instituição organiza campanhas de doação de alimentos, roupas e remédios, além de atendimentos em praças públicas e comunidades carentes, com apoio jurídico e serviços de enfermagem e higiene. Todas as atividades são desenvolvidas sem qualquer discriminação religiosa, política ou social. O objetivo é ajudar os necessitados, principalmente em ocasiões de catástrofes naturais. O trabalho foi reconhecido como de utilidade pública, tanto no âmbito dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como na esfera federal. A instituição tem projetos de alfabetização – Ler e Escrever – cursos profissionalizantes gratuitos para todas as faixas etárias e também atua levando uma palavra de fé em presídios e delegacias.

Originária do Grupo de Resgate de Mendigos, que tirava pessoas das praças e logradouros públicos e as encaminhava para centros de recuperação, a ABC conta atualmente com mais de três mil voluntários, somente no Rio de Janeiro. Na própria sede da Associação, localizada em São Cristóvão, advogados dão plantão gratuito, com orientação jurídica nas áreas de família e criminal, e assistentes sociais fazem encaminhamentos de viciados, travestis, prostitutas e ex-

presidiários para centros de recuperação. Em instituições como creches, delegacias e centros de recuperação de menores, é prestada orientação jurídica aos internos.

O trabalho de distribuição de agasalhos, alimentos e cobertores à população de rua começou em 1996, quando foi lançado o programa “Brasil 2000, Futuro sem Fome”, trocado depois para “Muda Brasil, Futuro Com Fé”. A partir de então, começou a distribuição periódica de cestas básicas nas periferias das grandes cidades. Na mesma época, foi criado o projeto “Brasil 2000, Futuro sem Drogas”, com o objetivo de atuar na prevenção, no resgate e na recuperação dos dependentes químicos.

Entre as grandes campanhas realizadas pela ABC, destaca-se a de 1998, quando foram arrecadadas cerca de cinco mil toneladas de alimentos não perecíveis, dentro da campanha “SOS Nordeste – Caridade não tem Religião”, em prol das vítimas das enchentes. Todo o Brasil se mobilizou e respondeu ao apelo feito pela Igreja Universal através da TV Record e das rádios. Foram doados alimentos, colchões, roupas e agasalhos. Durante cinco dias, bispos e pastores deixaram suas igrejas e foram ajudar na distribuição das cestas básicas no sertão. A campanha de ajuda aos necessitados do Nordeste teve continuidade em anos seguintes.

O resultado do trabalho social realizado pela ABC tem repercussão não só no Brasil, como também no mundo. Em 1996, a Associação foi tema de um documentário produzido pela rede BBC, de Londres. No exterior, a abnegação dos voluntários tem-se traduzido em ajuda dos mais variados tipos, desde o socorro às vítimas de guerras, à distribuição de cestas básicas a refugiados em Angola, passando pela ajuda aos doentes dos hospitais da capital, Luanda. Em Portugal, a ABC realiza um intenso trabalho nas ruas – onde vivem mais de duas mil pessoas –, levando alimentos, sapatos, agasalhos e a Palavra de Deus. Os toxicômanos são igualmente alvo de atenção, já que a dependência química é um grande problema no país. Órfãos, filhos de pais aidéticos ou de presidiários ganharam o Lar das Crianças. Os chamados “Bandejões”, em Lisboa, fornecem almoço, banho e corte

de cabelo aos moradores de rua. Em Johannesburgo, na África do Sul, o Help Center (Centro de Ajuda) – entidade filantrópica que funciona num prédio cedido pela IURD – ajuda populações carentes e abriga grande número de menores, reintegrando-os à sociedade. Eles são encaminhados para escolas e alguns conseguem emprego. A Igreja ajuda a manter a instituição através de doações de alimentos, roupas e sapatos, além de carteiras escolares.

A denominação Sara Nossa Terra abrange a prestação de serviços sociais assistências como creches, atendimento médico-hospitalar, relatado conforme o seu site oficial e registrado abaixo:

O "Projeto Pequeninos" é um fruto da Fundação Sara Nossa Terra, que tem como principal objetivo o compromisso de restauração integral do homem e da sociedade. Fundado há dez anos, o Projeto Pequeninos tem uma trajetória de ajuda de assistência ao próximo. Confira, suas principais características:

1 - Assistência médica, odontológica, educacional e social a população carente das satélites e entorno.

2 - Equipe de profissionais habilitados para dar apoio a vítimas de abuso sexual.

3 - Atendimento especializado a família, feito por profissionais habilitados, como terapeutas, psicólogos, conselheiros e assistentes sociais.

4 - Proporcionar ao indivíduo apoio jurídico em questões civis e trabalhistas.

5 - Profissionalizar jovens adolescentes neste ofício lançando-os no mercado de trabalho e afastando-os, com isto, da marginalidade. (Site oficial da denominação)".

A Igreja Renascer, conforme demonstrado no seu site, oferece vários projetos sociais, que seguem:

- “O núcleo de Heliópolis, cravado no meio de uma das maiores favelas da América Latina, foi criado, há 18 anos, com o propósito de dar assistência às 600 crianças por ano e que sejam moradoras da comunidade durante o período em que não estão nas escolas, mas quando seus pais ainda estão trabalhando. Esse tipo de apoio auxilia pais e famílias a trabalharem mais tranquilamente sabendo que seus filhos são cuidados e estão livres de más influências e da ociosidade. Hoje, o Núcleo Heliópolis atende milhares de famílias carentes, com atividades específicas para as crianças e para a terceira idade. Está equipado com um centro de saúde para atender a toda a comunidade local, com programas regulares de educação e prevenção de doenças. Conta também com um Centro Educacional e Profissionalizante, com cursos de capacitação profissional para ajudar a comunidade a descobrir novas oportunidades no mercado de trabalho. Outras atividades oferecidas pelo Núcleo Assistencial Heliópolis são atendimento jurídico, curso de educação para o trabalho e alfabetização para adultos”.

- “A Fazenda Renascer há 7 anos tem em seu propósito servir às demais frentes assistenciais, seja na produção de alimentos, abrigando eventos com capacidade para até 3 mil pessoas por dia, ou como local de formação e capacitação. A Fazenda Renascer, localizada em Mairinque, tem 12 alqueires, sendo 30% cultiváveis e sedia, anualmente, dezenas de eventos para jovens, crianças e famílias. Trata-se também de importante área de preservação ambiental que deverá ajudar as novas gerações na valorização dos recursos ambientais”.

- “O Projeto Calebe - a melhor idade virando o milênio - deu início à implantação de Casas Lar para a terceira idade a partir de janeiro de 2001. Funcionando como um lar de verdade, a Casa Calebe é agora a residência de idosos, que recebem alimentação e atenção, roupas e carinho, acompanhamento em atividades físicas e

psicomotoras e também tratamento médico gratuito, garantindo assim uma melhor qualidade de vida na melhor idade. O corpo de profissionais é constituído de psicólogos, assistente social, fisioterapeuta, nutricionistas, enfermeiros, cozinheiro”.

- “Por meio da campanha "Sou Careta. Drogas, Bah!" a Fundação Renascer deu início a um grande projeto: construir centros de recuperação de dependentes químicos nas principais cidades do país. O primeiro deles, inaugurado em outubro de 2000 em Santana do Parnaíba, em um espaço de 3.750m², tem capacidade para atender 120 pessoas para tratamento totalmente gratuito. Planejado dentro de moldes internacionais, conta com toda a infra-estrutura necessária para oferecer apoio clínico e psicológico e, assim, proporcionar a recuperação do dependente químico e sua reintegração familiar e social. Muitas pessoas, como dezenas de artistas e personalidades, mobilizaram-se juntamente com a Fundação Renascer para fazer de um sonho a realidade de muitos. Anualmente são destinados recursos em benfeitorias e, nesse último ano, eles foram aplicados na aquisição de equipamentos para a padaria e cozinha industrial, reformas na piscina, sala de computação, novas oficinas para laboraterapia, jardinagem, equipamentos para sala de ginástica e reestruturação de 1.200m² de horta. Desde sua fundação, o Centro de Recuperação já beneficiou cerca de 3.000 internos. O GAUF, Grupo de Apoio aos Usuários de Drogas e Familiares, trabalha em consonância com o Centro e realiza reuniões semanais em 100 salas que funcionam por todo o país através das igrejas Renascer, onde cerca de 1200 pessoas são atendidas semanalmente”.

- “O expresso Solidariedade, há 15 anos, surge para combater a estatística que apontara 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza. Essa realidade pode ser testemunhada facilmente nas ruas das grandes metrópoles, como São Paulo e o Expresso da Solidariedade nasceu para atender essa população carente e completamente desacreditada.

O Expresso da Solidariedade não somente leva alimento para os moradores de rua, mas assistência social e física. Além de suprir as necessidades básicas, o

Expresso oferece apoio psicológico e ajuda os indivíduos em sua reintegração no convívio social. Para esse trabalho, a Fundação Renascer equipou carros que percorrem a Grande São Paulo e todo o Brasil, distribuindo aproximadamente 100 mil refeições por mês, além de roupas e cestas básicas às comunidades”.

- “Crianças abandonadas pelos pais, vítimas de maus tratos, crianças que vivem nas ruas, crianças sem um lar. Qualquer ser humano, independentemente de credo ou raça deve ser um inconformado quando se trata do direito das crianças e adolescentes. Com esse sentimento a Fundação Renascer criou a Casa Lar. Seu objetivo principal é o de proporcionar um ambiente familiar para crianças e adolescentes que, de alguma maneira, foram privados do convívio de seus pais, seja por abandono, seja pela impossibilidade de criá-los, ou porque se tornaram órfãos. A Casa Lar oferece acompanhamento integral a essas crianças até que estejam aptas para serem integradas no mercado de trabalho. A instituição oferece alimentação (5 refeições por dia), vestuário, ensino, brinquedoteca, além de apoio médico e psicológico para 35 crianças”.

Localizada no município de Franco da Rocha (SP), possui duas casas totalizando 1.211 m² de área construída e completa infra-estrutura para o desenvolvimento físico e mental das crianças, ajudando a construir novas histórias de vida.

Conclusão

A prática política das instituições evangélicas apresenta certa similaridade no tocante à adoção de políticas assistencialistas como solução aos problemas sociais nacionais. Desse modo, as propostas das instituições religiosas evangélicas não se diferem de outros segmentos da sociedade brasileira. Sendo assim, o pentecostalismo como segmento mais substancial do evangelismo contribui para a consolidação de relações políticas que não consolidam a democracia e a cidadania no Brasil.

Na política paulista está enraizada práticas política de patrimonialismo, de clientelismo, de autoritarismo, de assistencialismo que permearam os diversos períodos da história de São Paulo. Os direitos sociais dos trabalhadores urbanos foram mais consentidos do que conquistado, em particular nas décadas de 1920 e 1930, por meio de sindicatos pelegos e de políticas populistas de governantes autoritários.

A inserção dos evangélicos na política nacional foi marcada por grande ambigüidade, de um lado, boa parte dos parlamentares evangélicos envolvendo-se em escândalos de corrupção e assistencialismo, de outro, uma minoria progressista atuando em favor da eliminação das causas das desigualdades sociais por meio da superação do modo de produção capitalista.

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIA DE POLÍTICOS EVANGÉLICOS

Introdução

Trataremos inicialmente da trajetória política de dois candidatos evangélicos: Carlos Renê Egg e Waldemar Faria Jr. O primeiro é considerado um político tradicional, que não colhia votos somente de uma denominação religiosa. Serão analisadas as estratégias de campanha eleitoral e as proposições como deputado suplente ao assumir alguma cadeira parlamentar. Estudaremos, em seguida, a atuação de Renê Egg como secretário estadual a frente da secretaria da promoção social. O segundo evangélico, Faria Jr., foi candidato eleito ao parlamento paulista e é considerado como um político de cristo em razão do vínculo eleitoral com apenas uma facção religiosa, no caso a IURD ou seja, colhendo votos de fiéis de apenas uma igreja evangélica. Analisaremos a campanha eleitoral e as proposições de Renê Egg, como também, seu conflito com a IURD e a conseqüente desvinculação política e religiosa desta denominação. Finalmente apresentaremos uma descrição e análise das proposições dos parlamentares evangélicos no período de 1945 a 2010 a partir da classificação das proposições em agrupamentos conforme a pertinência e alcance social das proposições.

3.1 TRAJETÓRIA DE CARLOS RENÊ EGG- “Um político tradicional”

Politicamente a carreira de Renê Egg, deputado estadual como suplente, oriundo da IPI, poder ser analisado desde a sua campanha, como pela atuação na ALESP e na Secretaria da Promoção Social.

3.1.1 Campanha

A candidatura de Renê Egg ao parlamento paulista teve como marco inicial o pedido insistente de amigos e irmãos da Igreja Presbiteriana de Sorocaba. O argumento para a recusa foi o compromisso com o trabalho na igreja e as amargas derrotas de experiências anteriores. “Não e de hoje que diversos amigos e companheiros no trabalho de Mestre me vêm perguntando: Por que você não se candidata? A minha resposta foi sempre à mesma. Um não decisivo, pois as minhas tarefas na Igreja de Cristo exigem todo o meu esforço e energias e ainda estavam comigo as experiências amargas da derrota de vários dos nossos mais caros companheiros”. Em outro momento, Egg é procurado por diversos companheiros do Estado de São Paulo que insistem na sua candidatura a deputado estadual e a resposta é “Agora, porém, tantos são os companheiros que me tem procurado, de vários pontos do Estado de São Paulo, mostrando com argumentos que eu seria útil à Igreja permitindo que o meu nome fosse apresentado como candidato a Deputado Estadual, que resolvi fazer uma honesta consulta a um grupo de companheiros, para que me ajudem a tomar a decisão. Entendo que, para uma decisão positiva, não adianta somente o candidato concordar em que seu nome seja lançado. Tratando-se de um cargo eletivo, onde a vontade do povo deve ser feita, a este compete mostrar a sua vontade e é o conselho que estou pedindo aos meus amigos, aos que, através de anos têm trabalhado comigo na mesma árdua tarefa no Reino de Deus. Os companheiros entendem que não há incompatibilidade entre a função de representante do povo e os cargos da Igreja, mostrando que as referidas instituições poderão ser até beneficiadas”.

Em processo eleitoral junto a amigos, Egg elabora um manifesto e pede aos colaboradores que enviem a lista de pessoas que estão dispostas a votar no seu nome. Interrogado por um eleitos sobre a imoralidade da lista alega que: “As listas me isentam de pagar taxa elevada ao partido. Se eu provar que tenho pelo menos 5.000 votos garantidos, não precisarei de propaganda coletiva por conta do partido e em lugar de precisar contribuir com uma taxa em dinheiro, serei disputado pelos partidos. Como não sou capitalista, o meu capital de alto valor é a assinatura dos meus amigos nas listas que serão apresentadas ao partido”. Em seguida afirma que: “No momento oportuno mandaremos as cédulas impressas para serem entregues aos signatários das listas e outros interessados”.

A plataforma eleitoral do candidato consiste em:

- a) “Lutar pela infância desvalida, em cuja especialidade milito há 12 anos”;

- b) “Lutar pela melhoria de vida do operariado, por melhores salários, redução dos preços dos artigos de primeira necessidade e por melhores condições de vida para todos”;
- c) “Batalhar pelo respeito às Constituições, do Brasil e do Estado, lutando para que seja efetiva a separação entre a Igreja e o Estado”;
- d) “Defender os princípios de liberdade de consciência, para que continuemos tendo liberdade de palavra, escrita e falada, de reunião, de propaganda evangélica por todos os meios lícitos, direito que deve ser concedido em igualdade de condições a todos os credos religiosos”;
- e) “Lutar pela moralização dos costumes sociais, combatendo o jogo, o álcool, e toda a sorte de males que vêm corroendo as bases da nacionalidade, permitindo que forças diabólicas vão tomando pé em todos os setores administrativos”;
- f) “Trabalhar com vigor pela criação primarias e vocacionais, que atendam às necessidade de um povo que precisa acompanhar com instrução o crescimento desta grande pátria”;
- g) “Lutar para que o homem rural, o trabalhador do campo, receba a assistência a que tem direito, amparo econômico, social e medico, para que, tendo tudo o que a população dos grandes centros possui, se estabilize no interior, convencido de que a sua cooperação para o futuro do Brasil é insubstituível. Sem o homem da lavoura haverá fome por toda a Pátria”;
- h) “Lutar pelo aproveitamento das riquezas nacionais, incrementando a produção, para que haja recursos para atender a todas as boas iniciativas”.

Como estratégia de campanha eleitoral, Egg aponta as seguintes medidas:

- “por iniciativa de um amigo mui distinto, vão ser distribuídas alguns postais com os dados dos programas acima, para o conhecimento geral do nosso povo”;
- “vários elementos componentes do comitê central de Sorocaba e outros vão visitar vários municípios do Estado, para esclarecimento à nossa gente. E reafirma: “Lamentavelmente não tenho a facilidade de prometer qualquer vantagem econômicas aos que me apoiarem, e não posso promover empregos nem outras vantagens que comumente muitas pessoas pedem e quase todos candidatos prometem, - herdeiros como parecem ser do desacreditado regime do “sapatão”, do “churrasco”, do “corte de tecido”, etc. para conduzir um eleitorado que

obedecia puxado pelo cabresto... Graças a Deus o nosso povo hoje sabe o que quer, sabe, escolher e não se deixa levar por promessas que nunca pode ser cumpridas”.

Dentro das estratégias de campanha distribuiu o seguinte manifesto:

“Mais uma vez estamos nos aproximando de uma batalha eleitoral de vastas proporções. Para o homem do povo o problema se apresenta como, um caso de consciência, que não é de fácil solução, justamente pela maneira confusa e embaraçosa com que se desenvolve todo o nosso processo eleitoral. Diante do palavreado enfeitado, dos adjetivos pomposos, das promessas coloridas e demagógicas dos candidatos, dos conchavos políticos, dos programas confusos dos partidos, os eleitores ficam desorientados. É bem comum a declaração de que “desta vez votaremos em branco”...

Todavia, à experiência das eleições passadas tem servido muito como um sinal de alerta, como um aviso, dizendo à grande massa do nosso eleitorado que se precavenha contra esses *grandes amigos do povo*, amigos de épocas de eleições, que tudo prometem, mas que na realidade são os que menos dão. A crescente corrupção dos nossos meios políticos, a grande distância que vai das promessas às realizações dos candidatos eleitos, faz com que o eleitor hesite todas as vezes que precisa escolher.

Tal hesitação deve ser afastada, lembrando o eleitor que o voto é uma arma poderosa, que acima do partido e do programa está o homem e para ele deve olhar o eleitor. Um homem de caráter valorizará e aperfeiçoará a lei e um homem sem caráter arrastará na lama, o programa melhor e a lei mais perfeita. Assim, os eleitores devem olhar para o candidato e conhecê-lo sob todos os ângulos.

"Numa época em que são freqüentes, as cenas de tiros que têm como protagonistas ou inspiradores representantes da Nação, e em que as ambições pessoais se satisfazem mesmo pelo preço da miséria da grei, nenhum caminho será mais seguro para o eleitor do que a escolha daqueles que oferecem como garantia um passado moral sem mácula".

Foi justamente preocupado com a situação por que atravessa a nossa Pátria que um grupo de elementos da sociedade sorocabana se constituiu num COMITÊ para trabalhar pela eleição de um homem digno para ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa Estado de São Paulo. Médicos, professores, comerciantes, comerciários,

operários e ferroviários convidaram com insistência o Sr. CARLOS RENÉ EGG, brasileiro, com 45 anos de idade e que há 12 anos vem exercendo a função de Diretor do LAR BETEL, modelar instituição de assistência social, com sede na cidade de Sorocaba. Não foi sem relutar que ele aceitou a indicação do seu nome como candidato pelo PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA e o fez em função da sua sublime tarefa de amparar a infância abandonada.

O candidato indicado que temos à honra de apresentar aos eleitores de todo o Estado de São Paulo é um cidadão acostumado a lutar autodidata, contador, já visitou todo o território brasileiro, conhecendo à vida do nosso povo e as suas maiores necessidades.

Tem participado de varias organizações importantes, sendo além de diretor do Lar "Betel, secretário executivo da Associação de Catequese dos índios em Dourados - Mato Grosso, que presta importante serviço de assistência aos índios naquela vasta região do Brasil; é administrador da livraria Independente Editora, da capital de São Paulo; na administração do" LAR BETEL fez campanha e presidiu a construção de um moderno Pavilhão para meninos, cuja, obra custou aproximadamente 3 milhões 'de cruzeiros, podendo ser considerado um especialista no serviço de assistência ao menor.

Escolhemos esse homem justamente por ser pessoa de honestidade comprovada, com o caráter forjado nas lutas da vida, acostumado a sentir de perto o sofrimento humano, cheio de planos altruístas visando amparar a criança, esteio da pátria de amanhã.

Pai de duas filhas, administrador capaz, tem tomado parte em vários empreendimentos de projeção, sempre, colocando a sua capacidade a serviço da coletividade. É por isto um homem escolhido, privilegiado até. O nosso candidato fixou algumas condições para aceitar o nosso convite. São elas:

a) não sendo rico, não pretende pixar paredes, nem muros, nem tapumes, para não iniciar a sua tarefa transgredindo a lei e sujando a cidade;

b) Não pretende distribuir cartazes que custam muito dinheiro, pois para fazer tais despesas necessitaria emprestar dinheiro, fazer dividas e ingressaria na Assembléia como um indivíduo comprometido para exercer o seu mandato;

- c) Não fará propaganda por alto-falantes, porque dá valor ao sossego público;
- d) Não vai empreender viagens de propaganda, dispendiosas, pelos mesmos motivos econômicos dos quesitos anteriores, mas contará em cada lugar com um pequeno COMITÊ encarregando-se da propaganda direta de eleitor para eleitor, com listas para receberem assinaturas de apoio;
- e) Nunca fará promessas que não possa cumprir, mas afirma que cumprirá fielmente um programa de esmiuçamento de *todo o trabalho* do menor abandonado que, no Brasil, atinge às raias de verdadeira tragédia.

Provaremos, assim, que para ingressar na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, não precisa um cidadão ser milionário nem fazer dívidas comprometedoras de todo um mandato.

Se o eleitor ou eleitora que tomar conhecimento deste manifesto desejar cooperar com os propósitos do Comitê Central, dirija-se a prof. Hélio Teixeira Calado, Caixa Postal n. 200 - Sorocaba e ele enviará o material de propaganda e de orientação, ou ao próprio candidato, Caixa Postal 7513, Telefone 32-4519 - São Paulo.

pelo COMITÊ CENTRAL, a) Hélio Teixeira Calado”.

Nesse sentido, a estratégia eleitoral, encaminha manifesto específico aos evangelicos registrado a seguir:

“Em Sorocaba, um bom grupo de crentes, membros ativos da Igreja Presbiteriana Independente organizou-se em um Comitê, indicando o nome do presbítero Sr, Carlos Renê Egg para Deputado Estadual.

Quando convidado, relutou em aceitar e só o fez depois de insistentemente solicitado e de ter consultado 500 irmãos e de obter 328 respostas, das quais somente uma foi negativa.

Um primeiro manifesto o Comitê enviou à Igreja Presbiteriana Independente do Estado de São Paulo e agora queremos apresentar o nosso candidato aos irmãos de

todas as igrejas evangélicas do Estado, para que saibam quem é o nosso companheiro. Filho do Sr. Carlos Egge de Stella Egg, nasceu num lar evangélico, na capital do Estado do Paraná, no dia 25 de junho de 1912. Foi educado na escola dominical e fez pública profissão de fé no dia 31 de julho de 1929. Casado com D. Ana Amaral Egg, tem duas filhas: Rose e Ieda. Desde mocinho, vem exercendo as mais variadas atividades dentro da Igreja Evangélica.

Por que o escolhemos e Indicamos? Por ser um elemento leigo que se tem destacado nas atividades evangélicas, tanto na sua igreja, como no terreno indenominacional, cumprindo fielmente as tarefas que lhe foram entregues. Costuma ir até o fim e fazer a obra por inteiro. Além disso, (1) Foi pregador leigo provisionado, pelo então presbitério do sul da sua igreja com sede em Curitiba, trabalhando com as igrejas de Mergulhão, Antonina e Itaqui, auxiliando ainda os trabalhos da capital do Estado. Exerceu essa atividade durante os anos de 1939 a 1942, 4 anos.

2) Foi aluno ouvinte da Faculdade de Teologia da IPI do Brasil, em São Paulo.

3) Foi Secretário Executivo da Federação da Mocidade Independente e depois secretário geral da Comissão da Educação Religiosa e Atividades Leigas (CERAL), da IPI do Brasil. Ocupou esses cargos por 10 anos.

4) Foi fundador e organizador da Imprensa Independente (extinta) e da Livraria Independente Editora, está sob orientação pessoal desde dezembro de 1953 e cuja atividade se projeta por todo o Brasil.

5) Organizou e participou da "CARAVANA AO NORTE" que visitou todos os Estados do Brasil; de São Paulo ao Maranhão, ligando as duas grandes regiões do Brasil eclesiástico, numa jornada que durou 96 dias memoráveis.

6) Participou por vários anos da Diretoria dos Grupos de Confraternização da Mocidade Evangélica de São Paulo.

7) Foi dos primeiros elementos a gravar hinos religiosos para o serviço das Igrejas evangélicas, tendo 15 discos gravados atingindo uma edição total superior a 75 mil unidades. Os seus discos foram espalhados por vários países sul americanos, para

América Central, Europa e América do Norte. Quem não conhece "Jesus, o Bom Pastor" e "Jardim de Oração"?

8) Foi secretário e membro da Mesa Administrativa da Igreja Presbiteriana Independente, do Brasil.

9) Foi presbítero da 5ª Igreja Independente de São Paulo (Osasco) e há 3 anos ocupa o mesmo cargo em Sorocaba.

10) Desde fevereiro de 1946 é diretor do Lar Betel, ex-Orfanato Betel. Sob sua administração Betel deixou de ser um angustioso problema para a sua igreja, e hoje é uma instituição modelar. Em maio de 1957 foi consagrado um Pavilhão que custou mais de três milhões de cruzeiros.

11) É Secretário Executivo da Associação Evangélica de Catequese dos índios (Missão Caiuá) há mais de 6 anos, sendo reconhecida a transformação dessa entidade indenominacional depois que o nosso irmão assumiu o cargo.

12) Tem militado ativamente na imprensa religiosa, foi fundador e diretor da revista REFORMA, estando registrado como jornalista profissional.

13) Foi um dos organizadores do grande Congresso Indenominacional da Mocidade Evangélica em 1946 e programou e promoveu mais de 50 Convenções e Congressos da Mocidade Independente, inclusive o IV Congresso Nacional do UMPISMO.

14) É membro da Comissão Organizadora da Câmara de Literatura Evangélica do Brasil (CLEB) cuja organização vem se processando a mais de um ano no Brasil e à qual o nosso candidato tem dado o auxílio da sua experiência administrativa.

15) É Diretor Executivo do Centro, Audio Visual Evangélico (CAVE) substituindo o Rev. Robert Mc Intire que está em férias nos EE. OU., ocupando também o cargo de vice diretor da firma Adner S. A., departamento comercial do CAVE.

16) Faz parte do Conselho de "Palavra dá Vida", (Word of; Life), cujas atividades foram recentemente Iniciadas no Brasil, para acampamentos da mocidade evangélica.

O nosso candidato, conhece "a igreja evangélica de todo o Brasil. Só não visitou os Estados do Amazonas e Pará. É um homem do povo. Só isto que aí apresentamos, credencia o nosso candidato, ELEMENTO LEIGO DA IGREJA, que há 19 anos dedicou a sua vida com tempo integral ao trabalho de Deus, como o homem, entre outros já colocados na Assembléia para nos representar também. Achamos que um pastor só deve se apresentar candidato quando por antecipação pedir licença do ministério, evitando assim que o seu cargo tão sublime e o nome da Igreja, sejam arranhados nas prováveis lutas políticas.

Felizmente os evangélicos são bem esclarecidos e não se deixam mais levar por palavras enfeitadas, adjetivos pomposos e promessas coloridas e demagógicas de muitos elementos que vão sendo apresentados. De conversa todos estamos fartos.

O nosso candidato, dirigirá todos os seus esforços na linha da assistência à infância abandonada, na qual tem vasta experiência e se apresentará sob a legenda de um dos pequenos partidos: PTN, PST, PRT ou PSB, já que a lei não permite apresentação fora de partidos.

Terminando, estamos autorizados a declarar que o Sr. Carlos René. Egg não deixará qualquer dos cargos que ocupa atualmente na Igreja Evangélica, mas, ao contrário, aceitou a indicação do seu nome EM FUNÇÃO DA IGREJA.

Se o leitor achar que o nosso candidato é o homem para o cargo, inicie já a sua cooperação mostrando este manifesto a outros cooperadores, para engrossar a fileira dos eleitores. O nosso candidato é pobre, não vai poder gastar grandes somas e a sua propaganda está sendo feita com a cooperação econômica dos membros do comitê de Sorocaba e de outros amigos. O trabalho pessoal é o mais eficiente.

Qualquer esclarecimento, apoio ou cooperação podem ser obtidos escrevendo para o presidente do Comitê Pró-candidatura Carlos René Egg – Prof. Hélio Teixeira Calado, Caixa Postal 200- Sorocaba”.

Como encerramento do processo eleitoral, Egg escreve e distribui um manifesto, abaixo descrito:

“Mui caro irmão e amigo:

O dia 3 de outubro esta se aproximando e nele o povo paulista vai ser chamado a escolher os seus representantes. E a reta final da nossa campanha. Muitos elementos se apresentam ao eleitorado, em numero superior a 1.000, todos seguros de serem eleitos. Porém, somente 91 deputados formam o Legislativo Paulista. Uns 20 evangélicos se apresentam também, todos homens dignos, e que, se ingressarem na Assembléia, honrarão o bom nome do Evangelho, sabendo manter uma conduta que modificara muito o quadro atual de desmoralização da cousa publica.

Praticamente a propaganda esta feita e agora só nos resta aguardar o resultado das urnas, confiando em que o nosso povo não se deixara levar por promessas dos" homens, do mundo, mas dando cobertura integral aos candidatos evangélicos, permitira que vários possam ser eleitos.

De minha parte, como candidato registrado pelo PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA (Diário Oficial do dia 31 de agosto de 1958), sem estardalhaço, sem gritaria e sem gastar o que não tinha, fiz cobertura, de todo o Estado com o trabalho dedicado de irmãos em Cristo, que me conhecem de longa data, nas varias atividades da IPI do Brasil e em cargos indenominacionais.

Mandei cédulas para todos os cooperadores. Se alguém não recebeu, por favor, avise-me imediatamente que repetirei a remessa. Se recebeu pouca quantidade, peça mais com urgência. Tais cédulas devem ser entregues aos eleitores com recomendação que as guardem cuidadosamente, pois elas não serão encontradas nas cabinas. Para colocá-las em todas as cabinas dentro do Estado, precisaríamos imprimir pelo menos umas 6 milhões. Se puderem cooperar mandando novos endereços, será ajuda valiosa.

Agora, uma outra recomendação. Há pessoas visitando certas regiões do Estado, lançando a confusão entre os meus amigos e cooperadores. Ora dizendo que desisti de me candidatar, ora dando informações depreciativas do meu caráter como homem e como cristão. Por favor, se encontrar alguém nestas condições, avise-me com urgência, fornecendo-me todos os detalhes para que tome as devidas providencias junto ao partido ou ao Tribunal Eleitoral.

Continuo e continuarei dirigindo Betel e como Secretario Executivo da Missão Evangélica Caiuá. Continuo tomando parte em outras entidades evangélicas e

com o meu escritório montado à Rua Libero Badaró, 561, 5º andar, com organização capaz de atender prontamente ao que me for solicitado.

Não produzi faixas, nem usei alto-falantes para azucrinar os ouvidos do povo, não fui tomado de ardor missionário eleitoreiro, e não gastei o que não tinha, para fazer depois o povo pagar a despesa.

O que fiz ao apresentar-me perante o eleitorado evangélico de São Paulo foi solicitar que olhassem para o trabalho que Deus permitiu que eu fizesse até aqui e aos meus companheiros umpistas e amigos em geral, que propagassem a minha candidatura.

Os meus amigos foram o ouro puro que pagou todo o trabalho feito,

E agora resta-nos a alegria da vitória, quando ao lado de dignos companheiros levantaremos a nossa voz no Legislativo Paulista, para honrar o nome de Cristo e da Sua Igreja. Até 3 de outubro, se Deus quiser.

No serviço do Rei dos Reis, irmão e amigo”.

O resultado da campanha foi: “Terminada a apuração final das eleições de 3 de outubro de 1958, proclamamos os eleitos, venho informa-lhe, confirmando aquilo que deve ter lido pelos jornais, que fui classificado como 1º suplente de Deputado Estadual pelo PST, ou em outros termos, exercerei o mandato quando qualquer dos 6 eleitos se afastar, por qualquer motivo”.

3.1.2 Atuação na Assembléia Legislativa de São Paulo

Os projetos de lei propostos pelo deputado estadual após assumir a cadeira no parlamento paulista enquanto suplente foram:

18/03/1965 **Projeto de lei 53/1965**

Dispõe sobre declaração de utilidade pública o Lar Escola Monteiro Lobato" de Sorocaba.

25/09/1964 **Projeto de lei 1140/1964**

Declara de utilidade pública a entidade "Assistencial Rancho do Senhor", do bairro do Bosque da Saúde, na Capital.

15/09/1964 **Projeto de lei 1057/1864**

Retifica item de lei de auxílios. (Lei 8099)

15/09/1964 **Projeto de lei 1056/1964**

Retifica item de lei de auxílios. (Lei 8099) 02/06/1963

Projeto de lei 1453/1963

Dá nova redação ao nº 3, do § 1º, do artigo 9º da Lei nº 237, de 29/12/1948, que dispõe sobre renovação dos Quadros da Força Pública do Estado.

3.1.3 – Secretário da Promoção Social

A história da antiga FEBEM, hoje Fundação CASA, se confunde com a história do atendimento aos adolescentes carentes e infratores do Estado de São Paulo e do País. É imperioso lembrar que o primeiro projeto de proteção à infância do qual se tem conhecimento foi enviado à Assembléia Constituinte por José Bonifácio de Carvalho, no período do Império, e passou a ser representado pelo Artigo 18 da Constituição da época, na qual se estabelecia que: “A escrava, durante a prenhez e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa, depois do parto terá um mês de convalescença e, passado este, durante um ano, não trabalhará longe da cria.”

Em 1871, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, começou a se evidenciar o problema do jovem abandonado. O Governo, então, cria o primeiro sistema de atendimento à criança e ao adolescente. A abolição da escravatura, em 1888, causou um grande crescimento do número de abandonados e infratores. Em 1894, o jurista Dr. Candido Mota propôs a criação de uma instituição específica para crianças e adolescentes que, até então, ficavam em prisões comuns.

No ano de 1896, a Roda, sistema usado pelos conventos da época para o recolhimento de donativos, foi transformada na Casa dos Expostos em decorrência do aumento do número de crianças atendidas pela mesma e também pela deficiência da proteção dada pelas amas pagas para alimentar as crianças no período de adaptação. Com a necessidade de um programa contínuo de Assistência Educacional, a Casa dos Expostos passou a funcionar na Chácara Wanderley, no bairro do Pacaembu, em São Paulo, em um

prédio construído em 1897 e teve como primeiro administrador o Major Domingos Sertório. O edifício foi ampliado na gestão do Dr. Sampaio Viana, que ficou no cargo de 1902 até 1935, quando faleceu.

A partir de então, a instituição passou a ser conhecida como Asilo Sampaio Viana e, após algum tempo, com a ampliação de seu programa assistencial, a criação do berçário e do lactário foi denominada Educandário Sampaio Viana. Posteriormente, recebeu o nome de Casa da Criança do Serviço Social de Menores, que foi novamente alterado para Unidade de Triagem Sampaio Viana, que atendia crianças do sexo masculino e feminino com idade de 0 a 6 anos e 11 meses.

Com a República, o Estado de São Paulo intensificou a atenção para o problema do jovem abandonado. Foi criado, então, o Fundo de Assistência ao Menor e seu Conselho Diretor foi instituído como órgão de Planejamento do Serviço Social ao jovem em todo o Estado. Em dezembro de 1964, foi instituída a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), à qual foi delegada pelo Governo Federal a implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, cujo objetivo era coordenar as entidades Estaduais de proteção às crianças e aos adolescentes. Nesta época, o Código de Menores era a legislação que regulava o atendimento.

Com o decreto de 29 de dezembro de 1967, que criou a Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, o Serviço Social de Menores foi totalmente transferido para essa Secretaria. Pouco mais de um ano depois, outro decreto fixou a estrutura da Secretaria da Promoção Social e criou a Coordenadoria dos Estabelecimentos Sociais do Estado (CESE), à qual ficou subordinado o atendimento ao jovem. Além de administrar unidades destinadas a crianças e adolescentes, a CESE também atendia famílias carentes, mendigos, migrantes e alcoólatras, entre outros, o que acarretou sobrecarga na Coordenadoria e levou à criação da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró-Menor), em 1974. A ela foram agrupadas todas as unidades de atendimento aos jovens e crianças. Entre essas unidades estava a Chácara Morgado Mateus, que desde 1910 atendia crianças carentes no mesmo endereço posteriormente foi construído o Complexo do Tatuapé - desativado em 16 de outubro de 2007 pelo governador José Serra (PSDB).

Em 1976, a Secretaria de Promoção Social mudou o nome da Fundação Pró-Menor para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/SP), para se adaptar à

política federal para a área do menor (chamada de FUNABEM). A Febem, à época, atendia carentes e infratores. A partir do advento do ECA, passou a trabalhar apenas com os adolescentes em conflito com a lei. Desde então, a instituição viveu diversas crises, como a do Complexo Imigrantes, extinto pelo então governador Mário Covas. Em 1998, Covas havia iniciado o processo de descentralização da instituição, que resultou na desativação do Complexo Imigrantes, em 1999.

Na ocasião, Covas, ao final da rebelião que destruiu o Complexo Imigrantes, tomou para si o desafio político de tornar a FEBEM um órgão público eficiente e eficaz. Para isto determinou a técnicos que fossem elaboradas as diretrizes adequadas para esta missão, surgindo o documento intitulado "Diretrizes para uma política de atendimento sócio-educativo a adolescentes infratores" e a partir dele foi implantado na fundação o "Programa Novo Olhar" que descentralizou, interiorizou e regionalizou as ações da Fundação, desativou os complexos Imigrantes, Parelheiros, reorganizou o Complexo Braz e estava em andamento para a desativação do Complexo Franco da Rocha e Tatuapé. A retomada da desativação do Tatuapé e do esvaziamento dos demais complexos se deu em 2005. Além de desativar completamente o Tatuapé, a Fundação Casa esvaziou os demais complexos e acabou com a superlotação das unidades.

A descentralização da Fundação Casa foi viabilizada pela construção, de 2006 para cá, de 42 pequenas unidades de internação em todas as regiões do Estado. Destas unidades, 39 seguem novo modelo arquitetônico com capacidade para até 56 adolescentes, sendo 40 na internação e 16 na internação provisória. As novas casas permitiram o esvaziamento dos grandes complexos e a desativação do Complexo do Tatuapé, em 2007. Antes de 2006, praticamente todo o atendimento a adolescentes era concentrado nos grandes complexos da Capital, que reuniam muitos jovens (o Tatuapé, só a título de exemplo, chegou a abrigar 1.800 adolescentes em 18 unidades). Em 2005, 81,2% dos internos do Estado estavam na Capital, contra 18,8% no Interior. Com tanta gente junta, não era possível fazer um bom trabalho.

Em termos estatísticos a Fundação CASA inverteu o quadro. Hoje, 50,7% dos jovens estão na Capital e 49,3%, no Interior, segundo dados de dezembro de 2008. Com as novas unidades, a Fundação CASA implantou um atendimento mais individualizado, com a seguinte vantagem, segundo a instituição: hoje, à diferença do passado, o adolescente é atendido próximo de sua família, o que facilita sua recuperação.

Como secretário da promoção social, Carlos Renê Egg desenvolveu promoções, realizações e solenidades efetuadas durante a sua gestão, cobrindo o período de 14 de julho de 1970 a 15 de março de 1971.

1) Assume hoje o novo titular da Secretaria da Promoção Social (D.O.E. de 14 de julho de 1970, p.2)

A síntese do referido diário oficial é a posse dos novos secretários no que assumem as secretarias no lugar daqueles secretários que saem para se candidatar à cargos eletivos.

2) Despedem-se do Governador os Secretários que saem (D.O.E. de 16 de julho de 1970, p. 1-2)

Os secretários apresentam a carta de demissão ao governador alegando como motivo a candidatura ao Congresso Nacional.

3) Problema da mendicância vai ser examinado hoje (D.O.E. de 17 de julho de 1970, p. 1)

Reunião no gabinete da primeira dama com o secretário da Promoção Social e o delegado do DEGRAN, o coordenador dos Estabelecimentos Sociais do Estado, o coordenador do Desenvolvimento Social do Estado e do Diretor do Departamento de Migrantes

4) Novos administradores na Promoção Social (D.O.E. de 17 de julho de 1970, p. 2)

Solenidade de transmissão e posse dos cargos de Coordenador do Desenvolvimento Social, do diretor Serviço Social de Menores, diretor geral do Departamento de Administração da Secretaria da Promoção Social.

5) Estado e Prefeitura unem-se para o amparo ao indigente (D.O.E. de 23 de julho de 1970, p.1)

Ficou acertado que a prefeitura e o estado terão um maior entrosamento para a reintrodução de indigentes à sociedade através da criação de um Hospital que prestará atendimento e serviços necessários ao bem estar de 30% de indigentes que precisam de tratamento medico, além de abrigo.

6) Novo Diretor do S.S. de Menores e Promoção Social atende a apelo de Asilo de Velhos (D.O.E. de 25 de julho de 1970, p. 1)

Assume o novo diretor do Serviço Social de Menores. Além disso, o secretário Renê Egg atende as solicitações do Asilo que enfrenta diversas dificuldades.

7) Titular da Promoção Social inspeciona obras no Interior (D.O.E. de 7 de agosto de 1970, p. 2)

O secretário da Promoção Social viaja para o interior para fiscalizar diversas obras do Governo do Estado e verificar obras sociais mantidas por entidades particulares com convenio com a Secretaria da Promoção Social.

8) Obra de assistência visitada por equipe da Promoção Social (D.O.E. de 11 de agosto de 1970)

Uma equipe de técnicos liderados pelo secretário da Promoção Social Renê Egg visitou Centro particular de Promoção Social às 112 crianças e reafirmou que o Estado continuará contribuindo financeiramente com entidades particulares que mantêm convênio com o Governo do Estado.

9) Secretário verá obras sociais em Guarulhos D.O.E. de 12 de agosto de 1970, p. 1)

Secretário visita obras assistenciais particulares em Guarulhos que mantêm convênio com o Governo do Estado.

10) GT da Promoção Social reuniu-se ontem (cópia do original) (D.O.E. de 13 de agosto de 1970, p. 2)

Reunião do grupo de trabalho da Secretária da Promoção Social reúnem-se para melhorar o entrosamento entre as diversas pastas que compõem a secretária.

11) Integração Escola-Comunidade: Secretários ampliarão trabalho (D.O.E. de 15 de agosto de 1970, p. 2)

Secretários da Promoção Social e da Educação se reúnem pra estabelecer trabalho conjunto que visa à integração das escolas estaduais com a comunidade local.

12) Novas obras da Promoção Social no Interior (D.O.E. de 20 de agosto de 1970, p. 2)

Secretário da Promoção Social viajará ao interior para vistoriar obras sociais que mantêm convênio com o Governo do estado.

13) GT estuda solução para problema de Mauá (cópia do original) D.O.E. de 25 de agosto de 1970, p. 2)

O grupo de trabalho intersecretarial se reúne com o secretário da Promoção Social para encaminhar solução aos diversos problemas sociais em Mauá e adjacências.

14) Promoção Social e Poder Judiciário buscam entrosamento Promoção Social e o Projeto Rondon (D.O.E. de 12 de setembro de 1970, p. 2)

Encontro de cortesia entre a Promoção Social e o Judiciário buscam melhor entrosamento. Representante do projeto Rondon em São Paulo pede cooperação com a secretária da Promoção Social.

15) Garota-símbolo da AACD visitou Promoção Social (D.O.E. de 5 de setembro de 1970, p. 2)

Encontro entre a garota propaganda da AACD e o secretário Estadual da Promoção Social onde foi comunicado o lançamento de nova campanha da AACD e a solicitação de uma visita do secretário à AACD.

16) Diário da Assembléia: Ref. Instituto Agrícola de Menores de Itapetininga. (D.O.E. de 9 de setembro de 1970, p. 6)

17) Escola passará a ser utilizada também pela família dos alunos (D.O.E. de 11 de setembro de 1970, p. 2)

Escola será usada pela comunidade local como área educativa, recreativa e cultural.

18) SPS pune funcionários que espancavam menores (D.O.E. de 12 de setembro de 1970, p. 2)

19) Lideranças femininas vão equacionar o problema da marginalização social (D.O.E. de 15 de setembro de 1970, p. 1)

20) Instala-se amanhã a Convenção de Promoção Social (D.O.E. de 17 de setembro de 1970, p. 2)

Refere-se a um painel de palestras de assistentes sociais e sociólogos sobre a problemática social.

21) São Paulo presente nos debates sobre migração (D.O.E. de 18 de setembro de 1970, p. 1)

22) Membros do Exército da Salvação na Promoção Social (cópia) (D.O.E. de 19 de setembro de 1970, p. 2)

23) Primeira Dama abre certame de Promoção Social com apelo à mobilização de todos (D.O.E. de 19 de setembro de 1970, p. 1)

24) Estado vai dar 120 mil para a campanha da ACM (D.O.E. de 2 de setembro de 1970, p. 1)

25) Consórcios de Promoção Social já estão beneficiando 370 municípios (D.O.E. de 26 de setembro de 1970, p. 1)

- 26) Secretário visitou o Lar-Escola São Francisco N (D.O.E. de 12 de outubro de 1970, p. 2)
- 27) Operação Rondon terá campos avançados em seis zonas do Estado (D.O.E. de 2 de outubro de 1970, p. 2)
- 28) Ampliada a ajuda ao Lar-Escola S. Francisco Promoção Social instala Regional em Presidente Prudente (D.O.E. de 7 de outubro de 1970, p. 2)
- 29) Presidente Prudente instala Divisão de Promoção Social (D.O.E. de 10 de outubro de 1970, p. 2)
- 30) Exposição-Feira começa sábado na Água Branca (D.O.E. de 14 de outubro de 1970, p. 1)
- 31) Estado amplia ajuda para assistir meninas surdas (D.O.E. de 23 de outubro de 1970, p. 1)
- 32) Governador vai segunda-feira a Cândido Mota (D.O.E. de 24 de outubro de 1970, p. 1) (cópia do original)
- 33) Promoção Social já tem regional no Grande SP (D.O.E. de 27 de outubro de 1970, p. 2)
- 34) Ribeirão Preto realizou sua I Jornada de Promoção Social (D.O.E. de 28 de outubro de 1970, p. 2)
- 35) Líderes da Grande São Paulo discutiram Promoção Social (D.O.E. de 30 de outubro de 1970, p. 1)
- 36) Menor infrator também é problema sério em Minas (D.O.E. de 31 de outubro de 1970, p. 2)
- 37) Regional da Promoção Social em Araçatuba (D.O.E. de 18 de novembro de 1970, p. 2)

- 38) Estado continua ajudando entidades sociais (D.O.E. de 25 de novembro de 1970, p. 1)
- 39) Mais verbas para entidades sociais (D.O.E. de 27 de novembro de 1970, p. 2)
- 40) Promoção Social inaugura Regional Hoje em Araçatuba (D.O.E. de 28 de novembro de 1970, p. 1)
- 41) Promoção Social encaminha jovens à Marinha de Guerra (D.O.E. de 12 de dezembro de 1970, p. 2)
- 42) Promoção Social em Batatais e Nuporanga (D.O.E. de 4 de dezembro de 1970, p. 1)
- 43) Casa da Criança em novas instalações (D.O.E. de 9 de dezembro de 1970, p. 2)
- 44) Problemas dos migrantes na Região de Assis Casa da Criança "Nair Aguiar" vai inaugurar novas instalações (D.O.E. de 12 de dezembro de 1970, p. 2)
- 45) Instituto Modelo de Menores encerra ano letivo (D.O.E. de 17 de dezembro de 1970, p. 2)
- 46) Migrantes receberão hoje certificados de cursos profissionais (D.O.E. de 18 de dezembro de 1970, p. 1)
- 47) Governador visitou o secretário da Promoção Social (D.O.E. de 6 de janeiro de 1971, p. 1)
- 48) Reassumiu o titular da Promoção Social (D.O.E. de 12 de janeiro de 1971, p. 1)
- 49) Cem monitores de menores num curso de atualização (D.O.E. de 9 de fevereiro de 1971, p. 2)

50) Relatório sobre o que foi feito aos flagelados D.O.E. de 10 de fevereiro de 1971, p. 2)

51) Ampliação da Colônia de Férias de Paranapuã (D.O. E, de 6 de março de 1971, p. 2)

52) Novo Pavilhão na Colônia de Férias para Menores (D.O.E. de 11 de março de 1971, p. 2)

53) Posse coletiva do Secretariado (D.O.E. de 16 de março de 1971, p. 1)

54) Seis secretários assumem hoje os seus cargos (D.O.E. de 17 de março de 1971, p.2)

55) Anunciada nova política para a família e o menor (D.O.E. de 18 de março de 1971, p. 1)

3.2 TRAJETÓRIA DE FARIA Jr.

3.2.1 Campanha

A campanha eleitoral do deputado Faria Jr. será analisada a partir de uma fita cassete distribuída entre os seus fiéis e que contém muitas informações para entendermos o cerne da propaganda eleitoral de um político de Cristo.

A fita começa com um apelo:

“É totalmente permitido a exibição desta fita entre seus amigos, parentes e vizinhos. Você pode fazer uma cópia desta fita e passar para as pessoas, que como você , também querem ver São Paulo melhor para todos. Passe quantas vezes quiser. Junte os seus amigos , vizinhos, enfim, todos que têm fé em um futuro melhor, fé em que juntos podemos melhorar nossa vida”.

Fé para mudar.

Em seguida, a fita discorre sobre o que é a ALESP e enfatiza que Faria Jr. é o legítimo representante evangélico, está em defesa da família, do povo de Deus. Portanto, fazendo a sua biografia, que segue:

“Na juventude teve problemas e passou fome. Correu o risco de ficar viciado e se envolveu com a prostituição. Finalmente se envolveu com bebida alcoólica através propriedade de uma casa noturna famosa em São Paulo que foi a falência em dois anos”.

“Com a influência da sogra Sueli Brandão, deixou de beber, pagou as dívidas e limpou o se nome e o levou à IURD”.

“O irmão estudou química e pediu ajuda à Faria Jr. Este concordou desde que o irmão fosse à IURD, prontamente atendido. Montaram uma empresa de perfume que tornou-se próspera e passou a doar parte do lucro à igreja”.

Em seguida, a fita mostra diversas cenas de Faria Jr. envolvido com o trabalho social e assistencialista da igreja. No desenrolar, a fita procura demonstrar que o candidato é determinado, tem fé inquebrantável, vontade de ajudar as pessoas e introduz cenas do SOS nordeste por meio do combate a seca.

Chega a parte dos depoimentos de pessoas que apóiam a candidatura de Faria Jr. Gilberto Barros, apresentador famoso à época na TV Record, declara total apoio ao candidato, afirmando que Faria Jr. ajuda o próximo, tem disposição e “o anjo que caiu do céu”. Em seguida aparece o “ratinho”, famoso apresentador da emissora Record, que o leva ao seu programa e afirma: “ele é empresário, ajuda o outro, você vai colocá-lo na ALESP para defender o povo de Deus”. A fita segue com diversos depoimentos de pessoas influentes, tais como: Nei Gonçalves Dias, apresentador de TV; Bispo Edir Macedo; Bispo da igreja Batista, Enéas Tognini; Ana Maria Braga e a sogra Sueli Brandão.

A fita discorre sobre a presença divina durante o sorteio do número do candidato. O próprio Faria Jr. conta que antes do sorteio orou a Deus pedindo que o número 15.123 ficasse com ele. O que de fato aconteceu, deixando no ar que sua candidatura é obra de Deus, ele foi escolhido de Deus.

A fita segue com a apresentação das prioridades, sempre reafirmando que o candidato é gente simples e rica. Aparece novos depoimentos de pessoas famosas e influentes junto a massa de telecomunicadores, o número 15.123 reaparece com o destaque de que o 1 é o “Pai”, o 2 é o “Filho” e o 3 é “o Espírito Santo”.

O vídeo finaliza com os dizeres:

“Este vídeo foi realizado com dedicação, amor cristão e muito sacrifício. Não deixe essa fita parada na sua estante. Tire cópias, envie para seus amigos, convide as pessoas para assisti-la. Você pode passar esta fita para outra pessoa, que, depois, passará para outra e assim por diante. Desta forma você estará unida nessa grande corrente de fé para mudar o Estado de São Paulo. Sua participação é fundamental. Muito obrigado. Deus te abençoe e te guarde, e faça resplandecer o Seu rosto sobre ti e te dê paz”.

3.2.2 Atuação na ALESP

Faria Jr. Foi o candidato estadual à ALESP mais votado nas eleições de 1998, recebeu 170.325 votos pelos PMDB. O sucesso eleitoral de Faria Jr. é explicado em razão do apoio da IURD. O sucesso eleitoral da IURD decorre de um modo próprio de fazer política que ela adotou a partir de 1997 em âmbito nacional. Trata-se do modelo da “candidatura oficial”, cujo número de pleiteantes a cargos eletivos depende do chamado potencial eleitoral que a igreja dispõe.

Antes das eleições, a IURD faz um levantamento regionalizado de seus adeptos que são eleitores. De posse desses dados, os bispos decidem quantos

candidatos devem ser lançados em cada município ou estado, dependendo do tipo de eleição e do quociente eleitoral dos partidos. Depois de escolher os candidatos representantes da igreja, são usados cultos, concentrações massivas e a mídia própria iurdiana para fazer propaganda.

Segundo Oro (2003 pp. 98-102), há na IURD um “carisma institucional” que legitima as determinações políticas da cúpula dirigente, sobretudo a escolha dos candidatos a cargos eletivos com o apoio da igreja. Ou seja, de modo centralizado, essa denominação define as pessoas que irão concorrer nas eleições, o modo como suas campanhas deverá ocorrer e os compromissos que elas deverão cumprir, caso sejam eleitas.

Foram analisados 152 projetos de lei do deputado Faria Jr. e, destes, 74 se referiam a proposições de emenda que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício anual. Desse modo, quase 50% das proposições giraram em torno de emendas para dispor o orçamento anual conforme a concepção do parlamentar,

3.2.3 Conflitos com a IURD

O auto proclamado bispo Edir Macedo Bezerra, que controla mais de mil templos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e é proprietário da Rede Record de Televisão, cujo patrimônio é avaliado hoje em cerca de US\$ 2 bilhões, segundo seu diretor-superintendente, Demerval Gonçalves, está sendo intimado a devolver algo em torno de US\$ 3,2 milhões ao empresário paulista Waldemar Alves Faria Júnior.

Para recuperar o dinheiro, que entregou a Edir Macedo em 1997, para ajudá-lo a acertar suas contas com a Receita Federal, o empresário já encaminhou notificação extrajudicial ao líder da Igreja Universal, por meio do 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo.

De acordo com a notificação, na década de 90, o empresário Waldemar Faria Júnior começou a freqüentar a Igreja Universal, uma seita evangélica criada no Rio de Janeiro por Edir Macedo, que se auto proclamou bispo e espalhou templos por todo o Brasil e por diversos países do exterior, incluindo Estados Unidos e Rússia.

Faria Jr., que então era dono de uma grande empresa de marketing, com cerca de 400 empregados, conta que acabou conhecendo o próprio Edir Macedo e o proprietário da Rede Record, então, o convidou a colaborar no trabalho de captação de recursos para a Rede Record. Nesse sentido, a empresa de Faria Júnior (Abba Produções e Participações Ltda.) e a Rede Record de Televisão chegaram a firmar contrato, mediante o qual o profissional de marketing passaria a se responsabilizar pela implantação dos sorteios 0900, para que a emissora do bispo, como as outras TVs, também pudesse realizar concursos interativos, via telefonia.

À época, Macedo lhe disse que a renda seria integralmente destinada a entidades filantrópicas, mas, depois, o empresário viria a descobrir que, em verdade, o faturamento do 0900 era quase inteiramente carreado para a Rede Record e para os provedores interativos, sem repasse para entidades beneficentes.

Em valores atualizados, só com a operacionalização dos sorteios 0900, entre 1997 e 1998 a Rede Record recebeu cerca de R\$ 120 milhões, faturamento que serviu para sedimentar o conceito e prestígio de Faria Júnior junto ao bispo Macedo e a seus outros bispos-auxiliares. Assim, as portas de suas casas, dos templos e da Record então se abriram para o fácil acesso do empresário e de seus familiares.

Por conta do sucesso dessa parceria religioso-empresarial e da intimidade que passou a ter com o diretor da Abba, em novembro de 1997, o bispo Edir Macedo procurou o empresário, para fazer-lhe um surpreendente pedido pessoal.

Alegando necessidade urgente de fechar suas contas com a Receita Federal e para não sofrer retaliações de qualquer sorte no ano que se findava, o bispo solicitou, em nome do Senhor Jesus, que o empresário Waldemar Faria Júnior (que à época tinha apenas 29 anos) lhe emprestasse R\$3,6 milhões - ou seja, o equivalente a US\$ 3,2 milhões, sob a promessa de que tal quantia seria oportunamente devolvida.

A essa altura, Faria Jr. e seu irmão, de quem era sócio na Abba Produções e que também passara a freqüentar a Igreja Universal, já estavam inteiramente subjugados aos convincentes bispos pregadores da seita e não tiveram a menor condição de dizer não àquele que lhe prometia a felicidade imediata aqui na Terra.

Foi assim que, em dezembro de 1997, o empresário não só emprestou R\$ 1,8 milhão ao carismático líder da Igreja Universal do Reino de Deus, como conseguiu os restantes R\$ 1,8 milhão com seu irmão e também sócio na sua empresa de telemarketing. Tudo, é claro, em nome do Senhor.

Além de não assinar nenhuma promissória ou documento que comprovasse o empréstimo, 15 dias depois, o empresário foi novamente procurado por Edir Macedo, que o convenceu a firmar um Instrumento Particular de Contrato de Doação do valor disponibilizado, em que Waldemar Faria Júnior aparece como "doador" e o próprio Edir Macedo surge como "donatário-beneficiário". Sem condições de dizer não ao líder religioso que seguia e tanto venerava, Faria Júnior não teve alternativa e assinou o documento. E, assim, o empréstimo ao proprietário da Rede Record acabou se transformando numa milionária doação particular, uma espécie de super dízimo destinado ao desfrute particular de Edir Macedo e não para as obras religioso-assistenciais da Igreja Universal.

Como logo depois houve uma decisão judicial que proibiu a veiculação dos concursos interativos 0900, o empresário Waldemar Faria Júnior passou a não mais ter serventia para a Rede Record. Ao mesmo tempo, começou a

ser discriminado também na Igreja Universal, onde o líder Edir Macedo e os bispos-auxiliares passaram a evitar seu convívio, por causa do vultoso empréstimo.

Quando precisou de recursos para reativar sua empresa de marketing, que entrara em decadência, Faria procurou Macedo, mas o dono da Rede Record recusou-se a atendê-lo. Sem alternativa, o empresário procurou a via judicial para recuperar o dinheiro emprestado a Edir Macedo.

Revoltado e disposto a recuperar tudo o que deu e transferiu ao bispo Edir Macedo e à Igreja Universal, o empresário Waldemar Faria Júnior faz um alerta a todos os que estão sendo convidados a doar seus bens a essa seita evangélica, que faz questão de proclamar não ter fins lucrativos e somente remunerar seus pastores com o mínimo necessário a que suas famílias sobrevivam com dignidade.

"Se o trabalho de pregação do Evangelho é vocacionado na Igreja Universal, sem vantagem ou compensação financeira alguma para os pastores, de que forma miraculosa pôde o bispo Edir Macedo adquirir o controle absoluto da terceira maior rede de TV do País e ser detentor do controle do maior número de rádios, por meio de outros bispos e pastores, já que, sabidamente, seu ofício religioso não é e nunca foi remunerado?", indaga o empresário.

Faria lembra também que, se Edir Macedo não dispunha de US\$ 3,2 milhões em dezembro de 1997 e precisou pedir essa quantia para se regularizar perante a Receita Federal, de onde tirou os US\$500 milhões investidos na Rede Record e na compra de outras emissoras de rádio e de televisão, nos últimos anos, consoante palavras de seu próprio diretor-superintendente, Demerval Gonçalves, publicadas na "Folha de S. Paulo", de 20 de julho de 1999 e nunca desmentidas?

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prestou um grande serviço ao País, durante a gestão de Miro Teixeira no Ministério das Comunicações, ao tornar pública a relação dos proprietários de todas as emissoras

de rádio e televisão. A lista, que sempre foi envolvida em sigilo total, agora pode ser acessada pela internet no site do Ministério das Comunicações, www.mc.gov.br.

Cruzando as mais de 500 páginas de documentos disponibilizados na internet, a reportagem da TRIBUNA DA IMPRENSA ficou sabendo, por exemplo, que a Igreja Universal do Reino de Deus, por meio de seus bispos e pastores, é uma das campeãs do controle do maior número de emissoras de rádio e de TV, muito embora se saiba que eles não têm renda mensal, pois trabalham por amor à causa evangélica, não podem ter patrimônio suficiente para justificar a posse dessas caríssimas estações, evidenciando que são apenas "laranjas" de Edir Macedo.

Conclusão

A análise do processo eleitoral de Renê Egg permite afirmar que ele trilha um caminho totalmente diferente do caminho eleitoral de Faria Jr. O primeiro se candidata a partir de sua decisão pessoal e o processo eleitoral é realizado pela comissão de amigos. A cúpula da Igreja Presbiteriana não interfere nas decisões e encaminhamentos do processo eleitoral, tais como: estratégia de campanha e elaboração da plataforma de propostas. Como também, a instituição religiosa do candidato não determina o caráter das proposituras a ser apresentado no parlamento paulista, portanto, há independência política em relação a denominação religiosa a qual o deputado pertence. O mandato pertence ao deputado e não a igreja. Apesar disso, concluímos que os projetos de lei apresentados à ALESP atende as preocupações assistencialistas de deputado Egg, visto que a preocupação é conseguir verbas estatais para as instituições sociais ligadas as denominações religiosas que votaram no parlamentar.

O processo eleitoral e ações enquanto parlamentar evangélico de Faria Jr. Acontece em contexto de total monopólio da cúpula IURD em relação às estratégias eleitorais e o conteúdo dos projetos de Lei. O mandato não pertence ao parlamentar, mas sim, à instituição que o elegeu. Desse modo, as proposituras

atendem aos interesses institucionais da denominação que realizou a vitoriosa eleição. Fica, assim, explícito o fundamento clientelista e assistencialista das intenções da IURD em relação às ações do deputado Faria Jr.

CAPÍTULO 4

DEPUTADOS ESTADUAIS EVANGÉLICOS DE SP de 1945 a 2010

Introdução

Descrever e analisar os projetos de lei dos deputados evangélicos paulistas no período de 1945 a 2010 com o escopo de verificar a pertinência ou alcance social das proposições em relação ao contexto socioeconômico e cultural da população carente do estado de São Paulo é a nossa intenção. Desse modo, a partir de um contexto de industrialização, urbanização e graves desigualdades sociais da grande São Paulo, pretendemos verificar se tais proposições se alinham ao caráter assistencialista e clientelista de se fazer política.

4.1 Projetos de lei apresentados de 1945 a 1995

Deputado	Legislatura	Votos	P. Político	Proposituras	Nome de escola/Afins	Utilidade Pública	Auxílio	Outros
Osny Silveira	1947 a 1951	4.826	UDN	5	1	1	3	
	1951 a 1955	8.473	UDN					
	1955 a 1959	9.758	PSD					

Camilo Ashcar	1951 a 1955	7.442	UDN	26		12	4	10
	1955 a 1959	13.463	UDN					
	1959 a 1963	13.829	UDN					
	1963 a 1967	17.283	UDN					
	1967 a 1971	21.534	ARENA					
Geraldino Santos	1967 a 1971	18.875	MDB	6	2			4
	1971 a 1975	21.129	MDB					
Gióia Junior	1967 a 1971	29.709	MDB	12	5	3		4
	1971 a 1975	44.237	ARENA					
Fausto Rocha	1979 a 1983	61.691	ARENA/PDS	24	4	13		7
	1983 a 1987	71.721	PDS					
Ivan Espíndola	1975 a 1979	27.811	MDB	155	111	29		15
	1979 a 1983	33.000	MDB/PDS					
	1987 a 1991	21.830	PFL					
Carlos Apolinário	1983 a 1987	57.695	PMDB	78	20	19		29
	1987 a 1991	66.334	PMDB					
	1991 a 1995	43.925	PMDB					

4.2 Análise das proposituras dos deputados evangélicos paulistas de 1945 a 1995

Foram coletados as proposituras dos deputados evangélicos Osny Silveira, Camilo Ashcar, Geraldino dos Santos, Gióia Júnior, Fausto Rocha, Ivam Espíndola, Carlos Apolinário que legislaram durante o período de 1945 a 1990.

As proposituras foram classificadas em três grupos, a saber: denominação de escolas e afins; transformação de instituições em utilidade pública; outros. O quadro, acima citado, permite identificar o total de proposituras e a quantidade de propostas de projetos de lei para cada classificatório.

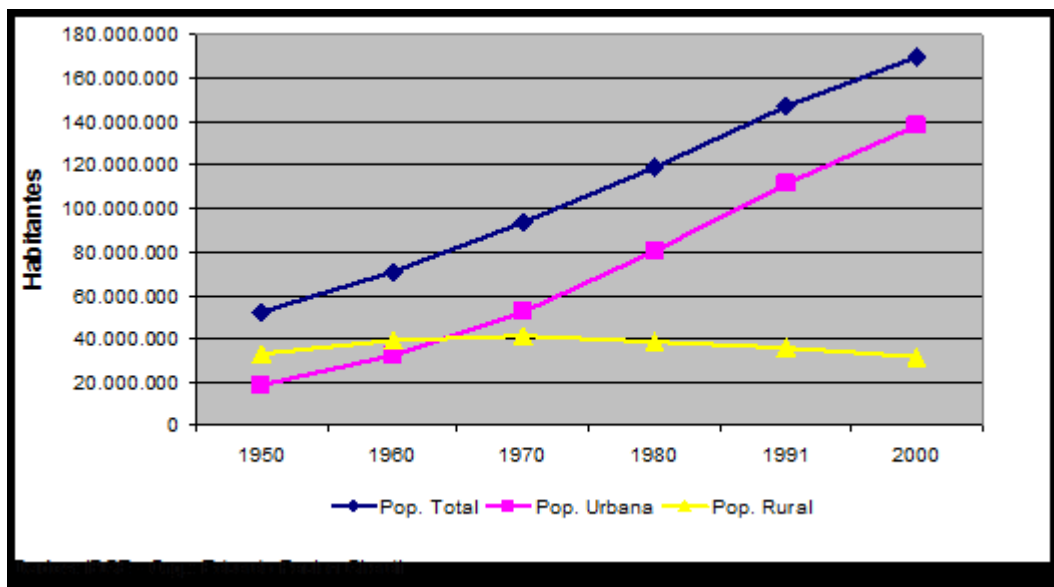
Podemos concluir da observação dos dados do quadro, supra citado, que os deputados elencados objetivaram em encaminhar majoritariamente proposituras dos dois primeiros grupos, ou seja, nomeação de escolas/afins e utilidade pública. A análise a ser feita dessa conclusão consiste em verificar a pertinência social dessas proposituras, procurando contextualizá-las e relacioná-las com a situação socioeconômica do estado de São Paulo. Para tanto, faremos a exposição de uma síntese da situação social da população paulista, como também, um diagnóstico da situação econômica do nosso estado no período de 1945 a 1990.

O estado de São Paulo e, particularmente, a região metropolitana da capital paulista, no período de 1945 a 1990, presenciou os efeitos da grande industrialização e urbanização do nosso país. Tal situação começou com industrialização por substituição iniciada do governo de Getúlio Vargas, após a revolução de 1930, e a internacionalização da economia nacional pelos governos de Juscelino Kubitschek e dos militares à época da ditadura militar.

O processo de industrialização concentrado inicialmente do sudeste brasileiro, especialmente, na cidade de São Paulo e municípios vizinhos, determinou grande êxodo rural, conforme dados do IBGE expressos no gráfico abaixo. Milhares de pessoas abandonaram o meio rural de diversos estados do Brasil, sobretudo de Nordeste brasileiro e o interior do estado de São Paulo, para morar e trabalhar na região metropolitana de São Paulo.⁵⁴ A grande multidão de

⁵⁴ Erika Vanessa Moreira, Paulo Cesar de Souza. A migração intra-regional e rural-urbano no estado de São Paulo. In: Geografia em Atos, n.8, v.2. UNESP, 2008.

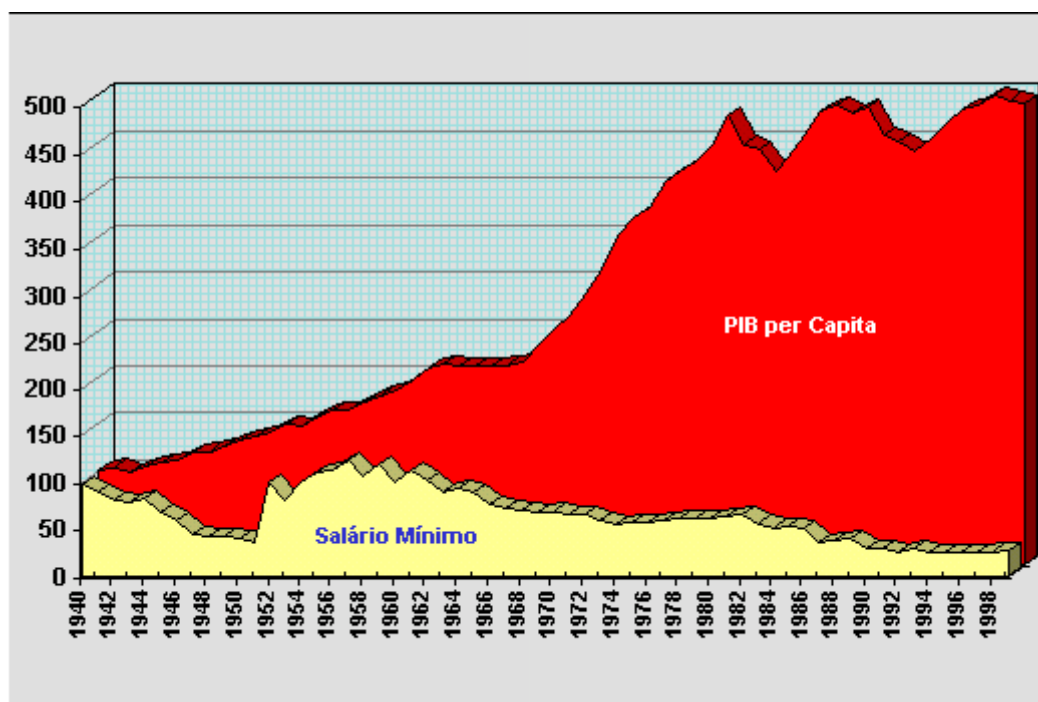
migrantes foi parcialmente absorvida pelos setores econômicos secundário e terciário da economia e uma outra parcela foi acrescida à massa de desempregados.



A migração rural contribuiu para a incrementação e implementação dos bairros operários e a necessidade do estado de oferecer serviços públicos de toda ordem, tais como, escolas, iluminação doméstica e pública, saneamento básico, áreas de lazer, projetos populares de moradia, segurança, etc. No entanto, a geografia dos bairros da grande São Paulo registra que o estado não cumpriu de maneira eficiente, com qualidade e quantidade, a oferta dos serviços sociais públicos necessários a reprodução da vida. Favelamentos, cortiços, falta de saneamento básico, ausência de áreas de lazer, insegurança, escolas em quantidade e qualidade insuficientes, são a tônica dos bairros periféricos da capital e do interior de estado de São Paulo⁵⁵.

⁵⁵ Maura Pardini Bicudo Vêras . In: *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial.

Simultaneamente ao processo de industrialização, urbanização e configuração dos bairros da grande São Paulo, o poder aquisitivo do salário mínimo não acompanhou o crescimento industrial paulistana, conforme quadro abaixo. As inflações galopantes dos diversos períodos econômicos, a mais-valia aplicada pela burguesia industrial e comercial de São Paulo e a ausência do Estado de bem estar social acirrou e minguou a qualidade de vida de grande parte da população paulista e paulistana.



Nesse contexto de industrialização, urbanização e configuração geográfica dos bairros da grande São Paulo, o poder legislativo aparece como instituição estratégica para propor e ou exigir do poder executivo a criação de infraestrutura material aos bairros de trabalhadores. Portanto, é nesse quadro de desenvolvimento econômico e pouco desenvolvimento social do estado de São Paulo que as proposituras dos deputados evangélicos devem e serão avaliadas a seguir.

É conclusivo e notório a falta de pertinência social das propostas de projetos de lei dos deputados evangélicos elencados no período de 1945 a 1990, caracterizadas como assistencialistas, que serão estudadas no capítulo 3 dessa

dissertação. Não bastava nomear as escolas públicas, mas também, transformá-las em centro de excelência. Não bastava transformar instituições sociais assistencialistas em instituições de utilidade pública para colher verba governamental. O contexto socioeconômico do Estado de São Paulo exigia do poder legislativo, a melhoria da qualidade de vida da população paulista, por meio de projetos de lei para propor um salário mínimo substantivo; propor projetos para a melhoria da quantidade e qualidade de ensino; projetos para a melhoria e barateamento do transporte coletivo; projetos para a melhoria dos serviços de atendimento médico-hospitalar, dentre outros correlativos.

4.3 Análise das proposições dos deputados evangélicos paulistas de 1995 a 2010

O crescimento numérico das religiões evangélicas é um fenômeno social cuja visibilidade pública é inquestionável e inegável. Do mesmo modo, a participação política institucional, a partir da Constituinte de 1987, nas esferas municipais, estaduais e, sobretudo, no âmbito federal deixou de ser um fato local e inexpressivo para se tornar um marco com diversos efeitos ao campo político brasileiro.

Adotamos nessa dissertação o conceito de campo político de Pierre Bourdieu em que o social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p.50). Enfim, no entendimento de Bourdieu, o campo político é local por excelência das lutas simbólicas pelo poder simbólico. A seu ver, o campo político “é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc.” (BOURDIEU, 1989, p.164); é, enfim, o lugar onde se

produzem discursos políticos. No processo de produção de discursos políticos, os diversos agentes do campo - partidos, facções e os próprios militantes – procuram produzir os seus sistemas simbólicos com vistas a obterem o poder simbólico, o poder de fazer ver e de fazer crer, de transformar ou de conservar o habitus dos indivíduos e com esta transformação ou conservação, a transformação ou a conservação do mundo social.

A Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP) e os agentes que a compõem são representantes de diversos segmentos sociais do estado. Os parlamentares paulistas são representantes políticos de diversos setores econômicos, tais como indústrias, comércio, agricultores; são representantes de segmentos dos trabalhadores através de diversos sindicatos; de segmentos religiosos cristãos. Os distintos agentes da Alesp disputam entre o poder de conservação ou transformação do poder político, portanto, a conservação ou transformação do mundo social. É no interior de cada um destes campos que se travam, entre agentes sociais específicos, as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, pelo poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. (BOURDIEU, 1989, p.14).

No estado de São Paulo, os deputados paulistas de origem evangélica na legislatura de 2003 a 2007 foram: Adilson Barroso (AD), Adilson Rossi (AD), Roberto Alves (IURD), José Bitencourt, Souza Santos (IURD), Marcelo Bueno (AD), Milton Vieira (URD), Wagner Salustiano (IURD), Analice Fernandes (Batista), Roberto Alves (IURD), Bispo Gê (Renascer), Jonas Donizete (Cristo Nazareno), Vaz de Lima (IPI), Celino Cardoso, Waldir Agnello. Os deputados paulistas na legislatura 2007 a 2011 foram: Analice Fernandes, André Soares, Celino Cardoso, Gilmaci Santos, João Barbosa (IURD), Jonas Donizete, José Bitencourt, Lelis Trajano (Comunhão Plena), Marco Porta (IURD), José Bruno (Renascer), Otoniel Lima, Waldir Agnello, Edson Giriboni, Fernando Capez (Bola de Neve).

O objeto de estudo desse capítulo será as proposituras de Projeto de Lei de alguns parlamentares evangélicos, tais como, de André Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus; de Analice Fernandes, da Igreja Batista; de Celino Cardoso, de Edson Giriboni, Gilmaci Santos; Faria Júnior; João Barbosa, da Igreja Universal do Reino de Deus; de José Bruno, da Igreja Renascer; Waldir Agnello, Igreja do Evangelho Quadrangular.

4.3.1 Apresentação dos Projetos de Lei

Nomes	Partido Político	Total de Votos	Mandatos	Projetos Analisados	Projeto: Utilidade Pública	Projeto: Nomeação de escola/afins	Poupatempo, Acesso SP, Vila Dignidade	Data Comemorativa
Jose Bitencourt	PDT	35.573	2002-2006	57	20	6	13	18
	PDT	41.519	2007-2010					
Otoniel Lima	PRB	60.358	2007-2010	82	0	1	80	1
Celino Cardoso	PSDB	36.130	1994-1998	40	13	27	0	0
		77.058	1999-2002					
		108.274	2002-2006					
Edson Giriboni	PV	47.968	2007-2010	110	0	45	55	10
Gilma ci Santos	PRB	65.188		22	2	0	20	0
Faria Júnior								
João Barbosa	DEM	77.650	2007-2010	19	0	0	19	0
Marco Porta	PSB	58.429	2007-2010	13	0	0	13	0
Waldir Agnelo	PTB	130.000	2007-2010	26	15	7	0	4

José Bittencourt - 2003 a 2006



Partido:	PDT
Área de atuação:	Defesa dos Direitos do Consumidor, Justiça, Meio-Ambiente
Base Eleitoral:	ABCDMRR, Grande São Paulo, Santo André
Telefone:	3886-6676/6677
Fax:	3884-3849
Sala:	T08/T09/Térreo andar
Aniversário:	18/08

José Domingos Bittencourt nasceu em Tobias Barreto, Sergipe. É casado há 28 anos e tem dois filhos. É advogado pós-graduado em Direito Constitucional. Preside o Instituto Teológico Betel do ABCD e exerce o magistério nas áreas de Teologia e de Direito Constitucional, além de ser consultor bíblico e jurídico do CNPB (Conselho Nacional de Pastores do Brasil). Participou pela primeira vez de uma eleição em 2002, ao cargo de Deputado Estadual em São Paulo, e foi eleito com 35.573 votos pelo extinto PGT. Reelegeu-se em 2006 com 41.510 votos, pelo PDT, exercendo atualmente seu segundo mandato. Defende os direitos do consumidor, os interesses dos servidores da Justiça e as prerrogativas constitucionais dos ministros de qualquer credo. Na ALESP, é membro efetivo da Comissão do Meio Ambiente. Foi relator da CPI das Áreas Contaminadas e presidiu a CPI das Santas Casas. Preside a CPI do Erro Médico. É autor das seguintes leis: Lei 11.853, que obriga a divulgação do número do Disque Denúncia em escolas e hospitais públicos; Lei 12.226, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo; Lei 12.301, que proíbe o uso de bebidas alcoólicas como premiação a menores de idade em eventos em geral; Lei 12.902, que visa conscientizar crianças e adolescentes no combate às drogas nas escolas; Lei 13.486, que institui o "Dia de Combate à Discriminação de Qualquer Natureza"; Lei 13.450, que inclui no Calendário Oficial do Estado a "ExpoCristã", na Capital; e Lei 12.802, que institui o "Dia do Agente do Meio Ambiente".

Otoniel Lima - 2007 a 2010



Partido:	PRB
Área de atuação:	Saúde, Segurança Pública
Base Eleitoral:	Limeira
Telefone:	3886-6864/6867
Fax:	3887-7496
Sala:	117 / Térreo andar
Aniversário:	19/06

Vereador por dois mandatos consecutivos em Limeira, assumiu com 60.358 votos o mandato de Deputado Estadual. Sua trajetória engloba mais de uma década de atuação na vida pública. Ocupou a Mesa Diretora da Câmara Municipal como 2º secretário, no biênio 2003-2004, assumindo posteriormente a Corregedoria do Legislativo. É vice-presidente da Comissão de Economia e Planejamento e membro efetivo das Comissões de Segurança Pública e Assuntos Internacionais. É autor de mais de 20 projetos de lei priorizando as áreas da segurança pública e saúde.

Celino Cardoso - 2007 a 2010



Partido:	PSDB
Área de atuação:	Educação, Saúde, Esportes, Saneamento Básico
Base Eleitoral:	Freguesia do Ó, São Pedro e região, Vila Brasilândia
Telefone:	3886-6772/6773
Fax:	3052-2992
Sala:	3110 / 3º andar
Aniversário:	02/12

Eleito deputado estadual pela primeira vez em 1994, Celino Cardoso, aos 48 anos, cumpre seu terceiro mandato. Em 2002, obteve 108.274 votos. Nascido no Paraná, empresário do ramo hoteleiro e da construção civil, desenvolve atuação em busca da solução de problemas das comunidades, sobretudo com crianças carentes e pessoas da terceira idade. Suas atividades políticas concentram-se na zona

noroeste da capital e no interior, na sub-região de São Pedro. Foi secretário-chefe da Casa Civil do governo Mário Covas e 1º vice-presidente da ALESP. Ocupou a Presidência da Casa de janeiro a março de 2003. Foi reeleito para a 16ª legislatura, com início em 15 de março de 2007.

Edson Giriboni - 2007 a 2010



Partido:	PV
Área de atuação:	Administração de empresas, Engenharia
Base Eleitoral:	Bacia Hidrográfica do Alto do Paranapanema, Itapetininga, Região Sudeste do Estado
Telefone:	3886-6451/6452
Fax:	3884-2506
Sala:	3019/3020 / 3º andar
Aniversário:	06/04

Eleito com 47.968 votos, Edson de Oliveira Giriboni nasceu em Itapetininga. Cursou a Faculdade de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e administração de empresas na Associação de Ensino de Itapetininga. Trabalhou como engenheiro ferroviário na Ferrovia Paulista S/A (Fepasa) entre 1977 e 1999. Presidiu a Associação dos Engenheiros da Região de Itapetininga e foi vice-prefeito desse município em dois mandatos (1988-92 e 2000-2004), além de primeiro suplente de deputado estadual na legislatura passada. É o atual líder da Bancada do PV (Partido Verde) nesta Casa Legislativa.

Gilmaci Santos - 2007 a 2010

Partido:	PRB
Área de atuação:	Assistência Social, Juventude
Base Eleitoral:	São Paulo e região
Telefone:	3886-6560/6561
Fax:	3884-3405
Sala:	T105 / Térreo andar
Aniversário:	16/03

Eleito deputado estadual para seu primeiro mandato com 65.188 votos, Gilmaci dos Santos Barbosa nasceu em Dourados, MS, e mudou-se para São Paulo aos 11 anos. No campo profissional, especializou-se no comércio varejista. Sua trajetória pública teve início em 1987, com trabalhos de apoio às comunidades carentes, sobretudo no eixo oeste da região metropolitana paulista, em ações focadas na valorização da juventude, recuperação de viciados e orientação a famílias socialmente desestabilizadas. Participou ainda de experiências em comunidade do interior paulista e de fora do Estado. É o líder do Partido Republicano Brasileiro na Assembléia Legislativa.

João Barbosa - 2007 a 2010

Partido:	DEM
Área de atuação:	Social
Base Eleitoral:	Bauru, Capital - Zona Leste, Franca, Ribeirão Preto
Telefone:	3886-6844 / 3886-6851
Fax:	3884-3251
Sala:	3009/3010 / 3º andar
Aniversário:	24/06

João Barbosa de Carvalho nasceu em Flórida Paulista, interior de São Paulo. Metalúrgico, trabalhou como profissional técnico em empresas do setor durante 15 anos. Como pastor evangélico, trabalha com instituições ligadas à ação social de regaste à cidadania em comunidades carentes, como a Associação Beneficente

Cristã; no trabalho de evangelização e ressocialização da Igreja Universal do Reino de Deus, junto a internos das penitenciárias e presídios do Estado de São Paulo; e no Projeto Ler e Escrever de alfabetização. Atua nas regiões de Votuporanga, Araçatuba, Barretos, Franca, Ribeirão Preto, Bauru, Araraquara e na zona leste da Capital. Foi eleito deputado estadual para a atual legislatura, que se iniciou em 2007, com 77.650 votos.

Marco Porta - 2007 a 2010



Partido:	PSB
Área de atuação:	Não Específica
Base Eleitoral:	Taboão da Serra
Telefone:	3886-6587/6596
Fax:	3886-6587
Sala:	4010/4012 / 4º andar
Aniversário:	16/03

Marco Antonio Porta, nascido na capital paulista, é casado e pai de 3 filhas. Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus há 25 anos, fez carreira política atuando na Região Metropolitana de São Paulo. Eleito por três vezes consecutivas vereador em Taboão da Serra, apresentou e aprovou projetos de lei de grande importância para a população. Foi líder de governo na Câmara Municipal, durante seu primeiro mandato. Candidato a Deputado Estadual em 2006, alcançou a expressiva marca de 58.429 votos, tornando-se 1º suplente do partido. No dia 5 de janeiro de 2009, assumiu a cadeira de representante da região na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Waldir Agnello - 2007 a 2010



Partido:	PTB
Área de atuação:	Educação, Promoção Social, Saúde
Base Eleitoral:	Não específica
Telefone:	3886-6597/6599
Fax:	3884-2912
Sala:	T107 / Térreo andar
Aniversário:	19/12

Waldir Agnello tem 48 anos, é economista, administrador de empresas, especialista em logística empresarial e professor universitário. Nasceu em berço humilde, na cidade de Santos, e veio para a capital ainda criança. Desde os oito anos trabalhava para complementar a renda doméstica, e aos dezessete ingressou numa multinacional do ramo automotivo, vindo a ocupar cargos executivos. Nesse ínterim cursou teologia e tornou-se pastor na Igreja do Evangelho Quadrangular, dedicando-se especialmente ao ensino bíblico e à produção cultural. Em 1992 coordenou a implantação da Editora Quadrangular. Escolhido pela Convenção da Igreja para pleitear o cargo de deputado estadual, foi eleito em 2002 com 130 mil votos. Participou ativamente das Comissões Permanentes, presidiu a Comissão de Economia e Planejamento, e destacou-se no trabalho como presidente da Comissão de Saúde e Higiene por dois biênios consecutivos. Foi reeleito em 2006. Foi 1º vice-presidente da Assembléia.

O total de proposições analisadas por meio de Projetos de Lei foram de 369 e o agrupamento ou classificação dos mesmos resultou em 4 grupos de proposições. As proposições apresentadas em quadro, supracitado, representam a predominância, a tônica de cada deputado estadual e que são:

- transformação de entidades filantrópicas locais em entidades de utilidade pública;
- nomeação de escolas, ruas, avenidas, trechos, de rodovias, viadutos, instituições públicas;

- indicação ao poder executivo de implementação de programas políticos, tais como poupatempo, acesso São Paulo, Vila Dignidade;
- nomeação de datas comemorativas.

4.3.2 Análise dos Projetos de Lei

O questionamento central dessa dissertação é a verificação da pertinência ou a qualidade dos projetos de lei dos deputados estaduais de São Paulo com relação ao contexto socioeconômico e cultural da população carente do estado.

Desse modo, foi apresentado no capítulo 2 dessa dissertação o processo de industrialização e urbanização da região metropolitana de São Paulo (RMSP) e os efeitos sociais desse processo econômico às décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010. Em suma podemos afirmar que o desenvolvimento econômico da RMSP resultou dialeticamente na concentração de renda e, conseqüentemente, na pauperização de grande parte da população trabalhadora evidenciado pelos censos do IBGE.

Os deputados estaduais evangélicos se incluem no campo político institucional paulista por meio da participação nas correlações de forças com os diversos agentes que compõem o jogo político e ocupando uma posição determinada conforme o seu habitus e o tipo de capital apropriado pelas denominações religiosas. Bourdieu define o campo político como sendo ao mesmo tempo “[...] campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em um dado momento” (BOURDIEU, 2002b, p.163/164).

A participação política evangélica através da inserção na Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP) se faz para saciar determinados interesses de cada denominação religiosa. No capítulo 1 ficaram explicitadas as razões da participação desse segmento religioso na política tais como, a necessidade de se apropriar de recursos públicos para financiar a concorrência no mercado religioso,

a necessidade de interferir nos debates sobre questões morais, interferir na religião civil e outros. Desse modo, a participação política evangélica no campo político parlamentar paulista é feita com o objetivo de, segundo Bourdieu, de transformar ou conservar as regras do jogo político conforme as representações sociais (percepção e concepção) de cada denominação religiosa.

A representação ou delegação política para a eleição de políticos evangélicos é efetivada porque os candidatos das denominações religiosas evangélicas se inserem naquilo que Bourdieu chamou de profissionalização, ou seja, para ele, a vida política pode ser descrita, portanto, pela lógica da oferta de procura. Ele faz, a partir disso, uma separação entre produtores e consumidores de produtos políticos, entre “profissionais” e “profanos”. No entanto, apesar de reconhecer essa separação, ele faz muitas críticas à teoria clássica das elites, que postula essa separação enquanto uma lei eterna; para Bourdieu é preciso ter como fundamento, em toda a análise de luta política, os determinantes sociais e econômicos da “divisão do trabalho político”.

Nesse contexto, Bourdieu mostra a necessidade de não naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre “agentes politicamente ativos” e “agentes politicamente passivos”. Existiriam para ele, assim como para os elitistas, obstáculos “objetivos” para o governo direto como, por exemplo, o número de cidadãos. Mas Bourdieu aponta que esses obstáculos são agravados com o desapossamento cultural e econômico, pois a concentração de capital político na mão de alguns seria tanto menos contestada quanto menos instrumentos culturais e materiais para a participação ativa na política tem a maioria de governados. “[...] à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos: o mercado da política é sem dúvida o menos livre que existe” (BOURDIEU, 2002b, p.166). Os constrangimentos pesariam em primeiro lugar sobre os membros das classes dominadas que não têm outra escolha a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido.

A partir de tudo isso fica claro que a sociedade compreendida por Bourdieu é dividida entre grupos dominantes e grupos dominados. O autor diz então que nos grupos dominados, o ato de delegar poder consistiria na personificação do grupo como tal, pois, através da pessoa do líder o conjunto de indivíduos antes disperso passa a configurar um corpo social. Essa delegação traria em potencial um processo de usurpação por parte do chefe político. Usurpação esta aparentemente modesta no que traz em sua fala a idéia de que o líder não é nada que não o grupo. Sua vontade é simplesmente a vontade coletiva. Nessa usurpação dissimulada estaria justamente outra noção cara a este autor, a de “poder simbólico”. Afinal “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1998, p.7 e 8). Através desse poder o líder obtém a capacidade de exercer sobre todos os demais membros do grupo uma violência simbólica (na medida em que também é dissimulada) pois não se apresentaria aos indivíduos não estarem sujeitos a própria expressão máxima da coletividade e sua identidade. Bourdieu fala de efeito de oráculo, que seria justamente a possibilidade de falar em nome do grupo e envolveria essa aparente abnegação em prol da função desempenhada, ele diz que: “ É se anulando completamente em benefício de Deus e do povo é que o sacerdote se faz Deus ou o povo1” (BOURDIEU, 1983, p. 52). Dessa maneira o líder deve generalizar seu interesse próprio a fim de fazê-lo passar como interesse coletivo, e para isso um conjunto de técnicas de oratória, de construção textual e de aparência são empregadas. Vale ressaltar que o sucesso do líder está associado ao seu conhecimento das condições do jogo, ele precisa saber como dirigir as assembleias e como evitar o confronto com seus liderados ao demonstrar devoção e sacrifício em nome da causa. Previsões e idéias em geral ganham força quando proferidas por alguém que possui reconhecimento, poder simbólico, suas palavras são capazes de mobilizar ou desanimar o grupo.

Conclusão

Percebemos que o conteúdo das proposituras dos deputados evangélicos elencados de 1995 a 2010 é de caráter assistencialista e clientelista. Assistencialista porque distribui bens materiais e simbólicos a uma população carente de recursos próprios para consegui-los, não se preocupando em conscientizar esses beneficiários dos direitos de podê-los comprar com os seus próprios recursos. Clientelista porque os deputados procuram repassar dinheiro público às instituições sociais a partir da transformação dessas em instituições em utilidade pública.

As afirmativas acima são confirmadas mediante ao número considerável de projetos de lei que estão classificados nas categorias de utilidade pública; nomeação de escola/afins; poupa tempo e acessa São Paulo; datas comemorativas.

CONCLUSÃO

No momento que estávamos redigindo a última parte deste trabalho, completasse 30 dias de mandato a primeira presidente eleita do Brasil Dilma Roussef. Resultado de uma disputa eleitoral com José Serra, graças ao legado popular do presidente Lula e a transferência dos votos do seu eleitorado, a então ministra se sai vitoriosa. Mais uma vez o eleitorado evangélico se dividiu entre as duas candidaturas e com apoio da IURD do vice-presidente José de Alencar os situacionistas conseguiram a vitória no segundo turno.

Nesta dissertação, tentou-se fazer uma análise da pertinência ou alcance social das proposituras dos parlamentares evangélicos paulistas em relação ao contexto socioeconômico e cultural da população carente do estado de São Paulo durante o período de 1945 a 2010. Desse modo, concentraram-se esforços para relacionar o conteúdo dos projetos de lei ao caráter assistencialista e clientelista das políticas públicas da tradicional cultura política paulista, a qual afiliaram grande parte do segmento político evangélico.

Para a concretização do intento acima proposto buscou-se em um primeiro momento as raízes e elementos históricos da origem e inserção religiosa e política do protestantismo no estado de São Paulo durante os períodos monárquico e republicano. Constatou-se que o período monárquico, mais precisamente, desde o século XVIII, começaram a se tornar influentes novos conceitos e movimentos surgidos na Europa, tais como o iluminismo, a maçonaria, o liberalismo político, o regalismo, o jansenismo e os ideais democráticos americanos e franceses.

Desse modo, tais idéias tornaram-se especialmente influentes entre os intelectuais, políticos e sacerdotes paulistas, e tiveram dois efeitos importantes na área religiosa de São Paulo: o enfraquecimento da Igreja Católica e uma crescente abertura ao protestantismo da província São Paulo e do Brasil. A Constituição

Imperial, promulgada em 1824, refletiu essa mentalidade liberal, concedendo ao protestantismo, predominantemente de imigração, posteriormente ao de missão, certa liberdade de culto, ao mesmo tempo em que confirmou o catolicismo como religião oficial.

O resultado da importação das idéias, conceitos e movimentos europeus influenciou a Igreja Católica Romana da Província de São Paulo, sobretudo, no Primeiro Reinado, onde encontramos as diferenciações entre o catolicismo segundo o modelo tridentino e o catolicismo regalista e popular. A competição entre os dirigentes do sistema de produção econômico-político e os padres jesuítas se transformou em conflito aberto e criou espaços aos pregadores e distribuidores de bíblias presbiterianos, Ashbel Green Simonton, F. J. C. Schneider, Daniel P. Kidder, J. E. Newnian, A. L. Blackford e outros. A peregrinação pelo interior da Província de São Paulo (Campinas, Itu, Rio Claro, Sorocaba, Santos, Brotas, Santa Bárbara), resultou em pregações, fundação de igrejas, conversões, como o ex-padre, depois ministro protestante, José Manoel da Conceição.

As diferenças culturais e religiosas entre os naturais e pregadores estrangeiros (Boanerges RIBEIRO, p. 125) foi resultado das ações que confirmavam os propósitos e intenções do protestantismo norte-americano em relação ao Brasil. Tais ações surgiram a partir da Proposta de Missão, documento que é resultado da reunião de maio de 1859 da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América, aprovado como parte do Relatório da Junta de Missões Estrangeiras.

A participação política no período monárquico é bastante pequena porque era necessário se fixar enquanto religião para depois tentar vôos no campo político. Para tanto, era imprescindível ao evangélico torna-se cidadão letrado e com posses para participar como eleitor, candidato e enfrentar o contexto de hegemonia do catolicismo romano.

No período da República Velha (1889 a 1930) o contexto político é de hegemonia da política do café com leite, portanto, de imposição política de São Paulo e Minas Gerais. No plano econômico há o predomínio do latifúndio monocultor voltado à exportação de café para a Europa e Estados Unidos da América em detrimento da expansão do mercado interno. Simultaneamente há a paulatina exclusão da mão-de-obra dos negros africanos em benefício dos trabalhadores imigrantes o que resultou em uma estratificação social marcada pela presença no topo da pirâmide da aristocracia rural e mercantil, a base composta pelos trabalhadores rurais e urbanos mal assalariados e a classe média composta basicamente pelos profissionais liberais.

Sendo assim, é nesse contexto socioeconômico e político que a pregação protestante em São Paulo se depara. Nesse sentido, é fácil de concluir que a pregação protestante, principalmente presbiteriana, portadora de uma ideologia formalmente democrática e republicana, dificilmente conseguiria atingir, de modo a alterar o comportamento da classe dominante brasileira (MENDONÇA, 1995 p. 122). O confronto de teodicéias protestante e católica ocorreu na camada de homens livres e pobres da população rural. A pregação protestante encontrou ali, não somente um espaço social aberto, mas interstícios através dos quais pôde penetrar e ocupar pequenos espaços deixados pela religiosidade dominante (MENDONÇA, p. 136).

A Constituição de 1891 separa Igreja e Estado o que implica no princípio do processo de secularização do Estado brasileiro e que resultou na liberdade religiosa, no pluralismo religioso, na privatização da religião e, conseqüentemente, na formação de vasto mercado religioso. Não há mais restrição legal para a participação política resultante da condição de protestante, porém outros fatores mantêm quase nula a presença protestante na política da República Velha. O sufrágio ainda é muito restrito, as oligarquias estaduais controlam as eleições e as abstenções são colossais. Há também o fator estrutural: o peso da economia agrária e a concentração da terra impossibilitam uma disputa política mais ideológica (FREESTON, 1994, p.19).

A revolução de 1930 que levou ao poder Getúlio Vargas marca um maior desenvolvimento da industrialização e urbanização do Brasil concentrada na região sudeste do país e, particularmente, na grande região metropolitana de São Paulo. Esse processo teve conseqüências no deslocamento da população dos demais estados brasileiros e do interior de São Paulo para a capital e adjacências, caracterizando um grande êxodo rural e a necessidade de adaptação da população migrante à uma nova cultura urbana que de certa forma foi um espaço para a propagação do protestantismo, em especial do pentecostalismo.

Se a presença protestante na política nacional é, portanto, quase nula na República Velha, o governo Vargas abre novas possibilidades e estreita relações com a Igreja Católica, a qual pretende instituir a neo-cristandade. Por isso, ocorre uma mobilização política evangélica sem precedentes. O Código Eleitoral de 1932 facilita a participação, criando a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino. Mas ainda havia mecanismos que tolhiam o livre exercício do voto. Diante das ambições católicas e das novas possibilidades eleitorais, líderes evangélicos (principalmente presbiterianos) que estão articulando uma Confederação Evangélica lançam um Memorial, em maio de 1932.

O período militar (1964 a 1985) foi caracterizado pelo desenvolvimento econômico resultado do “milagre econômico” que impeliu à internacionalização da economia brasileira. No plano social acirram-se as desigualdades sociais em função da concentração de renda o que provocou o enriquecimento das elites nacionais e da classe média. Na arena política há o regime de ditadura com efeitos nocivos à consolidação da democracia em razão das perseguições políticas, dos exílios, das mortes de combatentes guerrilheiros.

No campo religioso, Freston afirma que, em geral, a relação dos protestantes com o regime militar é vista como muito próxima e cita o cientista político evangélico, Robinson Cavalcanti, que retratou em linguagem viva o que teria acontecido. Se o [regime militar] pudesse ser comparado a uma composição ferroviária que é forçada a seguir por um desvio (em 1968), poderíamos dizer que a Igreja Romana, na maioria de sua liderança, resolve descer na primeira estação

após a entrada no desvio. Eles vinham ocupando os vagões da primeira classe... Quando eles descem, o chefe do trem convida os evangélicos a se mudarem para os vagões da primeira classe... Estes o fazem..., agradecidos pela deferência... Os evangélicos vão se tornando, a partir da década dos 70 (juntamente com os maçons e os kardecistas), em sustentáculos civis do regime... O regime procura investir ao máximo nos protestantes: visitas de cortesia, empregos, convênios, nomeações para cargos importantes, convites para pastores cursar a ESG conforme Freston (1994, p. 25).

A redemocratização do Brasil a partir de meados da década de 1980 foi a conjugação de fatos como a Constituinte de 1986, o movimento das Diretas Já e o pluripartidarismo. A Constituinte foi o marco histórico de divisor de águas da participação evangélica na política institucional de São Paulo e do Brasil. A velha escatologia do não envolvimento político enquanto eixo do mal cede lugar para a nacionalização de muitas igrejas, o envolvimento com as questões materiais e a conseqüente participação política.

Dentro do capítulo 1, ainda, no primeiro momento, procurou-se entender a construção da cultura política de São Paulo e como foi à inserção política dos evangélicos nessa cultura, ou seja, entende-se a necessidade de analisar se essa práxis política trouxe novos aportes na maneira de se fazer política ou se tal prática se aliou ao padrão tradicional de realizar o bem comum. Nesse sentido, o resultado da análise é verificar se a cultura política evangélica contribuiu para a consolidação da cidadania paulista ou se a participação política contribuiu para a formação da cidadania incompleta.

O estado de São Paulo de 1889 a 1930 esteve submetido a uma política oligárquica que representava os interesses da burguesia rural compreendidos pelos fazendeiros de café e os comerciantes que exportavam a principal riqueza do Estado e do Brasil. A força econômica paulista refletia o poder político, já que vários presidentes do Brasil período saíram do apoio do estado ou eram paulistas. A política local era determinada pela vontade do coronel através do voto de cabresto e os cargos públicos importantes eram

escolhidos pela vontade do coronel. Desse modo, os chefes políticos locais garantiam os votos necessários à eleição dos candidatos ao governo estadual e federal.

Nesse contexto, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento patrimonialista entre os fazendeiros e o governo.

O Estado Novo conjugou autoritarismo político e modernização econômica, sob um pano de fundo nacionalista e fascista. A relação que a ditadura varguista estabelecia com a sociedade era de controle e vigilância. Foi instituído o sindicato oficial, filiado ao Ministério do Trabalho, e abolida a liberdade de organização sindical. As relações entre trabalhadores e patrões ficavam assim sob controle do Estado, em que prevalecia a lógica conciliatória e o esvaziamento dos conflitos. A visão por trás disso era de que o Estado devia organizar a sociedade, e não o contrário.

Francisco Weffort, no terceiro capítulo de seu livro “O Populismo na Política Brasileira”, uma adaptação de artigo homônimo publicado em 1967 na revista *Temps Modernes*, número organizado por Celso Furtado, tenta explicar o que é o Populismo e como surgiu. Classifica populismo como fenômeno político, movimento político, etapa política, estilo de liderança política, ou mesmo, em certo sentido, como regime político; não especifica em que sentido. Obviamente, Weffort considera as peculiaridades e as diferenças existentes entre cada líder político tido como populista: cada um tinha seu estilo e sua política pessoal e em decorrência disso o autor afirma que é difícil encontrar neles alguma significação fundamental que os insira num conjunto único mais amplo, a não ser a

preocupação com a conquista dos votos populares, ou o apelo popular em si: uma constante nos seus planos enquanto representantes do Estado.

É importante destacar alguns aspectos relevantes do modo populista de governar: esse Estado era personalizado por uma liderança carismática que conquistava as massas ao garantir, como no caso de Vargas, o que significou para elas sua primeira forma de cidadania: a Legislação Trabalhista. Weffort ressalta: “líder será sempre alguém que já se encontra no controle de alguma função pública [...] isto é, alguém que [...] tem a possibilidade de ‘doar’, seja uma lei favorável às massas, seja um aumento de salário ou, mesmo, uma esperança de dias melhores” (WEFFORT, 1980, p. 73). Com a inclusão das massas no processo político, o líder-estado, segundo Weffort, consegue influência suficiente para manipulá-las. Mas seu poder de manipulação acabava no ponto em que as pressões dessas exigem concessões a sua qualidade de vida. No caso supracitado, se por um lado foi considerada uma doação a garantia de direitos trabalhistas, por outro, a força de reivindicação pelo cumprimento das leis anula o caráter de doação na relação entre líder e massas e instaura o conceito do cidadão que reivindica os “seus direitos”. Mais: o autor lembra que foram concedidos os direitos trabalhistas, neste caso, aos setores urbanos pela sua maior capacidade de pressão sobre o Estado, decorrente, por sua vez, de sua tradição de luta.

Em relação às proposituras dos deputados evangélicos é conclusivo e notório a falta de pertinência social das propostas de projetos de lei dos deputados evangélicos elencados no período de 1945 a 1995, caracterizadas como assistencialistas. Não bastava nomear as escolas públicas, mas também, transformá-las em centro de excelência. Não bastava transformar instituições sociais assistencialistas em instituições de utilidade pública para colher verba governamental. O contexto socioeconômico do Estado de São Paulo exigia do poder legislativo, a melhoria da qualidade de vida da população paulista, por meio de projetos de lei para propor um salário mínimo substantivo; propor projetos para a melhoria da quantidade e qualidade de ensino; projetos para a melhoria e barateamento do transporte coletivo; projetos para a melhoria dos serviços de atendimento médico-hospitalar, dentre outros correlativos.

Procurou-se no capítulo 2, portanto, em um segundo momento, introduzir um debate sobre a construção da cidadania na sociedade brasileira vislumbrando a constatação de que prevalece no espaço paulista a cidadania consentida e incompleta. Nesse sentido, apontamos as raízes dessa constatação por meio de uma análise histórica do período colonial como fundamento da gênese de fatores que explicam as razões da limitada participação política do povo brasileiro.

Uma das razões fundamentais das dificuldades da construção da cidadania está ligada, como nos diz Carvalho, ao "peso do passado", mais especificamente ao período colonial (1500-1822), quando "os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado Absolutista". Em suma, foram 322 anos sem poder público, sem Estado, sem nação e cidadania.

O resultado dessa formação socioeconômica inicial foi o individualismo e o insolidarismo. O brasileiro é fundamentalmente individualista, mais mesmo, muito mais do que os outros povos latino-americanos. . O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente do grupo ou colaborando com o grupo não teve aqui clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se. É claro que de tudo isto outra coisa não se poderia esperar senão este traço cultural nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do "lugar", da "vila", da "cidade".

Desse modo, ficou evidente a carência de motivações coletivas e de espírito público no Brasil. E a razão disto está em que não havia – quando instituímos o regime democrático no nosso país – nada que se houvesse constituído em tradição de interesse coletivo do município, da província ou da nação. O processo de imitação fora uma constante, sempre imitando os modelos

em voga, ou do outro lado do Atlântico, ou do outro lado do continente. Existia, então, solidariedade? Não!

Outro aspecto da vida política brasileira que marcou não apenas o período colonial e republicano, mas, de certa forma, nossa história política atual, está ligado aos "males" ou "vícios", como o patrimonialismo, o coronelismo, o clientelismo, o populismo e o personalismo das nossas instituições e lideranças políticas. Por exemplo, o populismo está vivo, não apenas no Brasil, assim como em toda a América Latina. As lideranças políticas carregam consigo, além do personalismo, uma boa dose do elemento messiânico, que tem suas longínquas raízes históricas no sebastianismo português. Vive-se ainda esperando que algum "herói sagrado", ou um "salvador da pátria" desça do Olímpio e resolva os problemas da população. As pessoas carregam a expectativa messiânica no surgimento de algum pai da pátria que as livrará do desamparo. É preciso parar de esperar por um milagre sobrenatural: a questão brasileira é a necessidade da laicização.

A partir dos anos 20 iniciou, paulatinamente, uma nova era na história política do Brasil. Os tempos agora são outros, influências internas, como o processo crescente de urbanização, industrialização, aumento do operariado, criação do Partido Comunista e a Semana de Arte Moderna, bem como influências externas, a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, acabam modificando as relações econômicas e políticas no Brasil. Assim, na década de 1930 o Brasil vê emergir gradativamente os direitos sociais: A partir desta data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido, principalmente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Fica evidente que, no Brasil, os direitos sociais não foram conquistados, mas, sim, consequência de concessões de governos centralizadores e autoritários. Os sindicatos foram atrelados ao Estado de aspiração fascista. Em termos políticos tivemos retrocesso, pois em 1937 Vargas instaura uma ditadura apoiado pelo aval dos militares instituindo o Estado Novo. O período do Estado Novo termina em 1945. Logo

após esse período, o país passou pela primeira experiência democrática (1945 até 1964), tendo como principal característica política o populismo e o nacionalismo.

Depois da breve experiência democrática dos anos anteriores, o Brasil entrou, do ponto de vista dos direitos civis e políticos, nos anos mais sombrios da sua história. Houve perseguição, cassação dos direitos políticos, tortura e assassinatos das principais lideranças políticas, sociais e religiosas. O Congresso foi fechado, passando o presidente, general Costa e Silva, a governar ditatorialmente. Foi suspenso o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, houve cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos de deputados e vereadores, além da demissão sumária de funcionários públicos, censura à imprensa e a instituição da pena de morte por fuzilamento.

No que se refere aos direitos sociais, percebe-se que houve uma sensível melhora na época dos militares. Foram criados o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Banco Nacional de Habitação (BNH), e em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social (p.172).

Aos poucos o período da ditadura militar deu sinais de esgotamento e os ares de novos tempos começaram a soprar no cenário político do Brasil. Depois da pressão política da oposição, da opinião pública, de intelectuais, artistas e da população em geral, os militares deixam o poder, de forma negociada, no ano de 1985. Novos partidos foram criados e a nova Constituição Nacional foi promulgada em 1988. Essa Constituição, apesar das defesas de alguns setores conservadores da sociedade (como o "Centrão" – deputados que defendiam as grandes propriedades rurais), foi considerada a Constituição mais liberal de todas. Ulisses Guimarães, na época a designou como a "Constituição Cidadã".

È nesse contexto histórico de industrialização e urbanização, de coronelismo, patrimonialismo, de populismo, de autoritarismo, de direitos sociais que se apresentou um novo segmento social para se fazer política, os evangélicos. A partir da Constituinte, a participação política evangélica não retrocede em

níveis quantitativos e qualitativos. Porém, a práxis política dos evangélicos tornou-se ambígua porque de um lado presenciamos um grupo de linha progressista, socialista e de outro um grupo político conservador que se envolveu em diversos escândalos de corrupção.

Ainda no capítulo 2, foi traçado uma análise do assistencialismo e das ações assistenciais do pentecostalismo. O assistencialismo é toda política desenvolvida por uma organização política, que vise oferecer alguns tipos de bens escassos aos seus associados, individualizando a distribuição, que tanto podem ser materiais quanto simbólicos, incluindo serviços, mas não mantenham ou estimulem uma luta coletiva e organizada no sentido de tornar a participação ativa e direta dos associados com o objetivo de ampliar a oferta e a conquista destes mesmos bens.

Com a industrialização e urbanização do Brasil, a partir do começo da segunda década do século XX e mais intensamente após a revolução de 30, surge na cidade a questão social expressando as contradições entre capital e trabalho no modo de produção capitalista. As condições de trabalho eram precárias marcadas por longas jornadas de trabalho, além dos baixos salários. Diante dessa situação, os trabalhadores começaram a se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho e melhores salários. A grande mobilização foi marcada por uma greve que ocorreu em 1917 e o governo e os patrões passaram a tratar, pelo menos até 1930, as questões trabalhistas e sociais como caso de polícia.

A revolução de 30 determinou a adoção de uma política de industrialização e as questões sociais e trabalhistas passaram a ser tratadas oficialmente não como caso de polícia, mas sim, como caso político. Diante da organização e da pressão dos trabalhadores rurais e, sobretudo, urbanos o governo Vargas concedeu a C.L.T.; a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPAS) em 1932; a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938 que possibilitou a subvenção de recursos para instituições de caridade; o surgimento da LBA em 1942; o nascimento do SENAI. Outro fato importante, ocorrido em 1947, no governo Dutra, foi a criação da Fundação Leão XIII pela

Arquidiocese e Prefeitura do Rio de Janeiro, para dar assistência à população dos morros do Rio de Janeiro. Seguindo esta lógica, em 1946, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

O governo Juscelino Kubitschek, caracterizado pelo desenvolvimentismo através dos planos de Metas e do começo da inserção do Brasil à economia mundial graças a entrada no país das multinacionais, incentiva a filantropia através de um conjunto de leis.

O golpe militar que ocorreu em março de 1964 constituiu um Estado autoritário, repressor e centralizado, o Legislativo e o Judiciário. Os militares governavam por meio de atos institucionais, decretos e Lei de Segurança Nacional, priorizando o desenvolvimento capitalista e o controle repressivo daqueles que se opunham à ditadura, como movimento operário, sindicatos e partidos políticos. Como consequência as massas trabalhadoras perdem todo espaço de expressão, sendo completamente tolhidas nas suas reivindicações. Portanto, a política econômica dos governos militares foi excludente e concentradora de renda, estruturada no achatamento salarial para a diminuição dos custos na produção. Em consequência, houve o aprofundamento da desigualdade social, intensificando a questão social.

“As ações assistenciais serão mais uma vez utilizadas para amenizar o estado de empobrecimento da população, inclusive dos trabalhadores”.⁵⁶

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Cria-se também em 1970 o Programa de Integração Social (PIS). Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que ficou responsável pela previdência social e incorporou a LBA. Em 1977 foi desenvolvido o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) que foi constituído pelo INPS e pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da

⁵⁶ Mestriner, 2001; pg. 155

Previdência Social (INAMPS). No que diz respeito a LBA, até 1966 foi financiada pelos IAPs e por doações do governo e do setor privado. Após 1966, devido a unificação de todos os institutos no INPS, a instituição foi financiada com recursos advindos da União. Somente em 1974, por conta da incorporação da LBA ao MPAS, passou a ser financiada com verba do FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social) (FLEURY, 1989).

O governo Sarney pautou seu governo no “desenvolvimento mais fundamentado no setor privado, deixando ao Estado suas funções tradicionais de prestação de serviços públicos essenciais”.⁵⁷ Diante disto, o assistencialismo terá um papel essencial para encarar os problemas sociais objetivando a diminuição das desigualdades. Sarney criou o Ministério de Ação Social e a LBA por ter sido o principal órgão viabilizador de ações no campo assistencial do governo foi incorporada ao recém-criado Ministério. Os parlamentares que eram responsáveis pela administração das subvenções utilizaram o CNSS como um espaço de viabilização de práticas clientelista e não como um órgão regulador da filantropia o que conduzirá sua extinção anos mais tarde

A redemocratização desembocou em uma nova Constituição, promulgada em 1988, trazendo significativos avanços no campo da difusão dos direitos sociais e uma nova concepção de cidadão. Nela concebe-se o tripé da Seguridade Social composta pela saúde, previdência social e assistência social e o começo de um Estado de bem estar social. Pela primeira vez na história brasileira, a assistência adquire caráter de política pública, sendo reconhecida como tal da Constituição Federal. A idéia de Seguridade Social, tomada da experiência européia, busca superar as experiências do Seguro Social (proteção social garantida mediante contrato de trabalho). Já a Seguridade Social por sua vez garante acesso a todos os cidadãos, independente de contrato prévio ou contribuição.

⁵⁷ Mestriner, 2001; p. 186.

Porém, todo esse avanço é interrompido com o processo de implementação do ideário neoliberal no Brasil iniciado por Fernando Collor de Melo, eleito diretamente em 1989 e continuado por Fernando Henrique Cardoso. A idéia do Estado mínimo neoliberal, desses dois presidentes, é acompanhada da proposta de aumentar a responsabilidade da sociedade civil com a viabilização dos serviços sociais que passam a ser implementados por entidades e organizações assistenciais ou mesmo por vias tradicionais como a família e/ou instituições privadas filantrópicas. Assim, as organizações da sociedade assumem cada vez mais as funções assistenciais, competência até então assumida pelo Estado.

Após intensos debates e projetos de lei que foram vetados por Collor desde 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (nº. 8.742) foi aprovada por Itamar Franco, em dezembro de 1993. Regulamentou o que foi definido na Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204, ou seja, a assistência social como uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado que visa garantir o atendimento das necessidades sociais dos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através do atendimento universal e do estabelecimento de benefícios, serviços, programas e projetos. Também ficam definidas as instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, que são o CNAS, Conselhos Estaduais de Assistência Social, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os Conselhos Municipais de Assistência Social, garantindo o sistema descentralizado previsto na LOAS

Em 1995, dois anos após a promulgação da LOAS, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência do Brasil com uma clara tendência neoliberal continuando as reformas iniciadas por Collor. FHC adotou a defesa dos preceitos neoliberais para conduzir o país, priorizou a construção de um Estado mínimo que não regulasse a economia, privatizou empresas estatais e reduziu os recursos destinados às políticas sociais básicas. Assim, no governo de FHC as políticas sociais se tornaram cada vez mais precárias e compensatórias, são vistas

como responsáveis pelo déficit governamental, por isso são desmanteladas para garantir o superávit.

As organizações de confissão evangélica, vinculadas ou não a denominações religiosas, atuam no campo da ação social e buscam realizar serviços, projetos e programas de atendimento sócio assistencial a diferentes segmentos, e a sua inserção tem sido crescente no decorrer dos últimos anos. Prevalcem organizações voltadas para atendimentos nas áreas de assistência social, saúde e educação, priorizando crianças de 0 a 6 anos, drogadição, idosos e famílias em situação de pobreza. (SILVA e COSTA, 2007).

Em pesquisa realizada no decorrer de 2002 pelo Serviço de Evangelização para a América Latina (SEPAL), ficou evidenciado que, de 152 igrejas cujos líderes foram entrevistadas na cidade de Londrina, 83% afirmaram que desenvolviam ou estavam envolvidas em algum projeto social. Predominavam atividades assistenciais de distribuição de cestas básicas a famílias carentes e atendimento na área da educação infantil (SILVA e COSTA, 2007).

No capítulo 3, portanto, em um terceiro momento foi tratado inicialmente da trajetória política de dois candidatos evangélicos: Carlos René Egg e Faria Jr. O primeiro é considerado um político tradicional, que não colhia votos somente de uma denominação religiosa. Foram analisadas as suas estratégias de campanha eleitoral e as proposituras como deputado suplente ao assumir alguma cadeira parlamentar. Por fim, estudamos a atuação de René Egg como secretário estadual a frente da secretaria da promoção social. O segundo evangélico, Faria Jr., foi candidato eleito ao parlamento paulista e é considerado como um político de cristo em razão do vínculo eleitoral com apenas uma facção religiosa, no caso a IURD, ou seja, colhendo votos de fiéis de apenas uma igreja evangélica. Analisamos a campanha eleitoral e as proposituras de Faria Jr., como também, seu conflito com a IURD e a conseqüente desvinculação política e religiosa desta denominação.

É conclusivo e notório a falta de pertinência social das propostas de projetos de lei dos deputados evangélicos elencados no período de 1945 a 1990, caracterizadas como assistencialistas, que serão estudadas no capítulo 3 dessa dissertação. Não bastava nomear as escolas públicas, mas também, transformá-las em centro de excelência. Não bastava transformar instituições sociais assistencialistas em instituições de utilidade pública para colher verba governamental. O contexto socioeconômico do Estado de São Paulo exigia do poder legislativo, a melhoria da qualidade de vida da população paulista, por meio de projetos de lei para propor um salário mínimo substantivo; propor projetos para a melhoria da quantidade e qualidade de ensino; projetos para a melhoria e barateamento do transporte coletivo; projetos para a melhoria dos serviços de atendimento médico-hospitalar, dentre outros correlativos.

Percebemos que o conteúdo das proposições dos deputados evangélicos elencados de 1995 a 2010 é de caráter assistencialista e clientelista. Assistencialista porque distribui bens materiais e simbólicos a uma população carente de recursos próprios para consegui-los, não se preocupando em conscientizar esses beneficiários dos direitos de podê-los comprar com os seus próprios recursos. Clientelista porque os deputados procuram repassar dinheiro público às instituições sociais a partir da transformação dessas em instituições em utilidade pública. As afirmativas acima são confirmadas mediante ao número considerável de projetos de lei que estão classificados nas categorias de utilidade pública; nomeação de escola/afins; poupa tempo e acessa São Paulo; datas comemorativas.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE DIAS, A. & RIBEIRO, Márcia.** *Propaganda Política e a Construção da Imagem Partidária no Brasil: Considerações Preliminares.* Mídia e Política. Anpocs. Caxambu. 2002.
- ALDÉ, Alessandra.** *A construção da política.* Rio de Janeiro. FGV. 2004.
- ALMEIDA, Jorge.** *Como vota o brasileiro.* São Paulo. Xamã. 1998.
- ALTHUSSER, L.** *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado.* Martins Fontes. 1974.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga.** (1999) *Repensando a Nova Direita: subsídios para compreensão do apoio a candidatos de direita no município de São Paulo de 1988 a 1996.* São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 178 pp.
- ALVES, Rubens.** *Protestantismo e Repressão.* São Paulo. Ática.
- _____. *Dogmatismo e Tolerancia.* São Paulo. Martins Fontes.
- AMARAL, Roberto.** A construção conservadora. In: AMARAL, Roberto (org.). FHC: Os paulistas no poder. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.
- ANDERSON, Perry.** Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. Um mapa da esquerda na Europa ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Passagens da antiguidade ao feudalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ANDRADE, Edinara Terezinha de.** *Democracia, orçamento participativo e clientelismo: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre/RS e de Blumenau/SC.* Porto Alegre: (tese de doutorado em Ciência Política da UFRG), 2005.
- AQUINO, Rubin Santos Leão et alii.** *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires.** *Filosofando: Introdução à filosofia.* São Paulo: Moderna, 1993.

- ARAÚJO**, Caetano Ernesto Pereira. (Orgs.) *Política e valores*. Brasília. UNB. 2000.
- ARENDT**, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Compreensão e política*. In: A dignidade da política. Org. Antonio Abranges. Rio de Janeiro. Rilume Dumará. 1993
- _____. *O que é política*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1998.
- ARISTÓTELES**. *A política*. Brasília, Edunb, 1988.
- AZEVEDO**, Thales. *A religião Civil Brasileira: um instrumento político*. São Paulo. Vozes. 1981;
- BANDINI**, Claudirene. *Religião e Política: Candidatos Evangélicos nas Eleições de 2000 no Município de São Carlos*. Universidade Federal de São Carlos. Monografia. 2001.
- BAPTISTA**, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: A presença da Assembléia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. Tese de doutorado em Ciências da Religião. Faculdade de Filosofia e Ciência da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- BAQUERO**, Marcello. "Credibilidad política e ilusiones democráticas: cultura política y capital social em América Latina". In: *Revista Equador Debate* . Quito: Equador, Caap, agosto de 2004. n.62.
- _____. *Obstáculos formais à democracia social: poliarquia, cultura política e capital social no Brasil*. 2006 (artigo não publicado).
- BARBOSA**, Maria Lucia Victor. *O voto da pobreza e a pobreza do voto: A etica da malandragem*. Petropolis. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.
- BARKER**, Ernest. *Teoria política grega: Platão e seus predecessores*. Brasília: UnB, 1978.
- BATISTA**, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Caderno Dívida Externa, nº 6, novembro, São Paulo, 1994.
- BECKER**, Renato. *Do púlpito ao Palanque*. São Leopoldo, Sinodal.

- BENEVIDES**, Maria Victória de Mesquita. *Cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- _____. *Cidadania e democracia*. In: *Lua Nova*, Revista CEDEC, nº33, São Paulo, 1994.
- BERGER**, Peter. *O Dossel Sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo. Paulinas. 1985.
- _____. *A construção social da realidade*. Petropolis. Vozes.
- _____. *Os deuses do povo*. São Paulo. Brasiliense.
- BOBBIO**, Norberto. *Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- _____. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____. *O significado da politica*. 2ª edição. Brasília. UNB. 1984.
- BONFATTI**, Paulo. *Sobre As Categorias Universais - Relevantes aspectos observados na Igreja Universal do Reino de Deus*. In *Xô satanás! Uma análise psico-antropológica da Igreja Universal do Reino de Deus*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Tese de mestrado. 2000.
- BOSCHETTI**, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. ed. Brasília, 2003.
- BOTTOMORE**, Tom. *Nova esquerda*. In: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BOURDIEU**, Pierre. *A representação política: elementos para uma teoria do campo político*. In: *O poder simbólico*. Difel. 1989.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 2ª ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 1987.
- BRANDÃO**, Carlos Rodrigues. *Religião e Identidade Nacional - Ser católico: dimensões brasileiras um estudo sobre a atribuição através da religião*. Rio de Janeiro. 1988.
- BRANDÃO**, Helena H. N. *Introdução à análise de discurso*. Campinas. Unicamp. 2006.

- BRENER**, Jaime. *Jornal do século XX*. São Paulo: Moderna, 1998.
- BURDICK**, J. *Tortura e redenção*. Religião e Sociedade. ISER. Vol. 20. Nº 1. Rio de Janeiro. 1991.
- BURITY**, Joanildo. (orgs.) *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro. DP & A . 2002.
- _____. *Evangelicos, politica e eleição*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 2005.
- CALLAGE NETO**, Roque. *A cidadania sempre adiada: da crise de Vargas em 1954 à era Fernando Henrique*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.
- CAMPOS**, Leonildo Silveira. *Os políticos de Cristo - Uma análise do comportamento político dos protestantes históricos e pentecostais no Brasil*. In: Burity, Joanildo A.; Machado, Maria das Dores C. (org.) *Os Votos de Deus : evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 29-89.
- _____. *As Origens Norte-americanas do Pentecostalismo Brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada*. Revista da USP, São Paulo, n. 67, p. 100-115, setembro/novembro 2005.
- _____. *Evangélicos e Mídia no Brasil – Uma História de Acertos e Desacertos*. Revista REVER da PUC, São Paulo, setembro de 2008.
- _____. *Teatro, Templo e Mercado: A Igreja Universal do Reino de Deus e as Mutações no Campo Religioso Protestante*. Universidade Metodista de São Paulo. 1998.
- _____. *Mapas, atores e numeros da diversidade religiosa cristã brasileira: catolicos e evangelicos entre 1940 e 2007*, Revista REVER da PUC, São Paulo, dezembro de 2008
- CARDOSO**, Ruth et alii (orgs). *Comunidade Solidária: fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002
- _____. *Fortalecimento da Sociedade Civil*. In: Ioschpe, Evelyn B. 3º setor. Desenvolvimento Social Sustentável. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- CARONE**, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): texto contexto*. São Paulo: Difel, 1969.

- CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania na encruzilhada". In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. "Entrevista". In: CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000A.
- _____. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". In: *Dados*, vol. 40, 2, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras : a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTAÑEDA**, Jorge G. *Utopia desarmada: Intrigas dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTEL**, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS**, Manuel. *Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede e Os Lamas do Apocalipse: a Verdade Suprema do Japão in Sociedade em Rede (vol.2)*. Ed. Paz e Terra. 1999.
- CASTILHO**, Carlos Ruiz de. *Neoliberalismo*. In: SILVA, B. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- CAVALCANTI**, H. B. Marx, *Religião e Política: O Protestantismo Conservador Norte Americano como ópio do Povo*. *Dados*. [online].Vol.41, nº1. 1998.
- CAVALCANTI**. Robson. *Cristianismo e política*. São Paulo. Nascente
- CERTEAU**, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petropolis. Vozes.1994.
- CHAGAS**, Helena. *Relações executivo-legislativo*. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO JÚNIOR (org.). *A era FHC*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- CHATELET**, F. *Histórias das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CHAUÍ**, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a*

Aristóteles. São Paulo : Brasiliense, 1994.

_____. *O que é ideologia*. São Paulo. Brasiliense.

COBRA, Hilton. *Jornal Folha de São Paulo*, Cotidiano, 8 de abril de 1995.

COMPARATO, Fábio Konder. *A nova cidadania*, In. *Lua Nova*, Revista CEDEC, nº28/29, São Paulo, 1993.

CONCONE, M.H.V. *Pesquisa Qualitativa nos Estudos de Religião no Brasil*. in Sociologia da Religião no Brasil revisitando metodologias e classificações. Ed. PUC-SP. São Paulo. 1998.

CONRADO, César Flavio. "*Política e Mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas Eleições*". Revista "Religião e Sociedade". Vol.2I. Nº2. Rio de Janeiro.2001.

CORCUFF, Philippe. "*As Novas Sociologias. Construção da Realidade Social*". Trad. Viviane Ribeiro.Ed. EDUSC. Bauru. São Paulo. 2001

_____. *Pentecostalismo e a Luta Contra a Pobreza no Brasil* in Na Força do Espírito: pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas. Gutierrez, B.F. & Campos.L. - Associação Literária Pendão Real. 1996.cap.VIII.

_____. Lideranças Evangélicas na Mídia: Trajetórias na política e na sociedade civil. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro.v.19.1998.

CORDEIRO, Leny; **COUTO**, José Geraldo (Orgs.). *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

CORULLÓN, Mônica Beatriz Galeano. *Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

COSTA, Emília Viotti. *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*. In: **MOTTA**, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Ediouro, s/d.

CUEVA, Agustín. (1989) *A guinada conservadora*. In **CUEVA**, Agustín (org.) *Tempos conservadores*, São Paulo: Hucitec: 19-38. [[Links](#)]

- D'PINAY**, Cristian Laleve. *O refugio das massas*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- DA MATTA**, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Ed. Zahar. 1979.
- DAHL**, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- DAMATTA**, Roberto. "Entrevista". In CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DIAS**, Marcia R. & **Albuquerque**, Afonso. *Propaganda Política e a Construção da Imagem Partidária no Brasil: Considerações Preliminares*. Anpocs. Caxambu. 2002.
- DINIZ**, Eli. *Voto e maquina politica*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- _____. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- DOWNS**, A. *Uma Teoria Econômica da Democracia* ". São Paulo. Ed. Edusp. 1999. (Partes I e III).
- DREHER**, Martin. *A Igreja Latino Americana no Contexto Mundial*. Coleção História da Igreja: Vol.3 São Leopoldo. Ed. Sinodal. 1999
- _____. *A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*. São Leopoldo. Coleção História da Igreja: Vol.4 Ed. Sinodal. 2002.
- DREIFUSS**, René. (1989) *O jogo da direita*, Petrópolis: Vozes. [[Links](#)]
- DURKHEIM**, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. Coleção "Os Pensadores". Cap.2 a 5. São Paulo. 1971
- _____. *As Formas elementares da Vida Religiosa*". São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- _____. *A Divisão do Trabalho Social*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.
- DUSSEL**, Enrique. *O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELIAS**, Norbert & **SCOTSON**, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar. 1994.
- FAORO**, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FAUSTO**, Boris. *O mundo movente das ideologias*. Folha de S. Paulo,

15/02/2004, Opinião: 3.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Luis Manuel. *Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994*. Dados, 38(1), Rio de Janeiro: Iuperj, 1995: 107-143.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Globalização, neoliberalismo e a estratégia do poder: Os jogos não estão feitos*. In: SANTOS, Theotônio (org.). *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC/RJ/Loyola, 2004: 243-261.

FILHO, Daniel Aarão Reis. *O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita* In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Em busca do dissenso perdido: Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Religião e Democracia no Brasil (1998-2001)*. Tese de Doutorado. USP. 2002

_____. *Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil: um estudo sobre os evangélicos na política dos anos 90*. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

FRASER, Nancy. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista". In. SOUZA, Jessé (Org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*. Caxias do Sul: Editora da Escola

Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FRESTON, Paul Charles. *Protestante e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Unicamp.1993.

_____. *Nem Anjosnem Demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Ed.Vozes. 1994.

_____. *A Igreja Universal do Reino de Deus na Europa*. Pesquisa de campo realizada em Portugal, Inglaterra e Brasil.1997.

FRIEDRICH, Karl *Uma introdução à teoria política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GIDDENS, Antony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.

GIUMBELLI, Emerson. *Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo*. IN: LANDIM, Leilah (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

GRAY, John. *Falso amanhecer: Os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HABERMAS, J. *Mudança, Estrutura de Esfera Pública*.Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1982.

HALLIDAY, Tereza Lucia. Orgs. *Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticas e igrejas*. São Paulo. Summus Editorial. 1988.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

HAYKE, Friedrich von. *O caminho da servidão*. S/ ref.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal* . (Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte). Trad. José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1975.

HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses*. Argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HIRST, P & THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São

- Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Lisboa: Gradiva, 2000.
- HOUTART**, François. *Sociologia da religião*. São Paulo: Ática, 1994.
- HUBERMAN**, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.
- HUDSON**, Mike. *Administrando Organizações do Terceiro Setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA** – Disponível em www.ibge.gov.br . Acesso em junho de 2010.
- IKEDA**, Daisaku e **WILSON**, Bryan. *Valores humanos num mundo em mutação*. Um diálogo sobre o papel social da religião. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1984.
- ISER**. O Novo Nascimento - *Os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro. 1998.
- KAMEYAMA**, Nobuco. *As novas tendências das políticas sociais*. Boletim Electrónico Sura, Costa Rica, 2002.
- KITTO**, H. D.F. *Os gregos*. Coimbra: Arménio Amado, 1970.
- LAMOUNIER**, Bolívar (org.), 1985: *o Voto em São Paulo*, coleção História Eleitoral. vol. 1, São Paulo, IDESP.
- LAMOUNIER**, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação". In: **FAUSTO**, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. V. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- LEAL**, Vitor Nunes. *O coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LIMA JR.**, *O Mercado Político e o Sistema Partidário no Brasil:1945 a 1990*. in *O Brasil no Rastro da Crise*. Hucitec. São Paulo. 1994.
- _____. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. Loyola. São Paulo. 1993.
- LIMA**, Marcelo Oliveira Coutinho de. (1995) *Volatilidade eleitoral em São Paulo (1985-1992)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP: 148 pp.
- MACHADO**, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas. Autores Associados. Anpocs.1991.

- _____. *Política e religião: A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006
- MADURO**, Otto. *Religião e Luta de Classes*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARENCO DOS SANTOS**, André. Seminário de Porto Alegre sobre reforma política. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- MARIANO**, Ricardo. *Neopentecostalismo: Os Pentecostais estão mudando*. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo. 1995.
- MARIZ**, Cecilia Loreto. *Religião e pobreza: uma comparação entre CEBs e Igrejas Pentecostais*. Comunicações do ISER, n° 30.198
- MARSHALL**. T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX**, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Coleção "Os Pensadores", vol.XXXV.1974.
- _____. *Contribución a la crítica de la filosofía del derecho de Hegel*.in Sobre la religión. Ed. Salamanca. 1979.
- _____ & Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Coleção "A Obra-Prima de Cada Autor". Texto Integral. Trad.Pietro Nasseti.Ed.Martin Claret.São Paulo.2003.
- MATOS**, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. In. *Lua Nova*, São Paulo, n. 63, 2004.
- MENEGUELLO**, Rachel & **MARTINS ALVES**, Ricardo M. (1986) *Tendências Eleitorais em São Paulo (1974-1985)*. In
- Mestriner**, ML. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2001 - Cortez Editora, São Paulo, SP
- MINOGUE**, Kenneth. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- MIRANDA**, Júlia. *O Jeito Cristão de Fazer Política, Representações, rituais e discursos nas candidaturas pentecostais e carismáticas*. Universidade Federal do Ceará. XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 1998.
- MOISÉS**, José Álvaro. *Cidadania, Confiança e Instituições Democráticas*. *Lua*

Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 65, p. 71-94, 2005.

NEIBUHR, Richard H. *As origens sociais das denominações cristãs*. São Paulo. Aste. 1992.

NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945 – 1964)* In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 2001.

NOVAES, Fernando. *História da Vida Privada-Brasil*. Ed.Companhia das Letras.São Paulo. 1999.

NOVAES, Regina R. *Pentecostalismo à Brasileira: um debate sobre técnicas de pesquisa* in Sociologia da Religião no Brasil revisitando metodologias e classificações. Ed. PUC-SP.São Paulo. 1998.

_____. *Pobreza e trabalho voluntário: estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1995.

_____. *Os Escolhidos de Deus: Pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Caderno ISER N' 19. Rio de Janeiro 1982.

_____. *Os pentecostais e Organização dos trabalhadores*. In: Religião e Sociedade. 5 de Junho, p: 65-93.

_____. *Os crentes e as eleições: Uma experiência no campo*. Comunicações do ISER. Agosto. p: 3-10.1982.

_____. *Os crentes e as eleições II*. Comunicações do ISER. Dezembro. p: 18-21.1982.

O'DONNELL, Guillermo "Accountability horizontal e novas poliarquias". *Lua Nova*, 44: 27-52. 1998.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Globalização e Cidadania: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília: FUNAG, 1999.

ORO, Ari Pedro. *A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campo religioso e político brasileiro*. ANPOCS,2002. GT: RELIGIÃO E SOCIEDADE. 2002.

PACE, Enzo, *Religião e Globalização*. Conferências sobre Religião e Globalização realizada no congresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1996. p.25/42.

PALMEIRA, Moacir & **GOLDMAM**, Marcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro. Contra Capa. 1996.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros e **BEGHIN**, Nathalie. *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2003.

_____. *Filantropia e equidade: o caso brasileiro*. Mimeo. Brasília: IPEA, 2002.

PIERUCCI, A.F. *Em defesa do consumidor religioso*. In Liberdade de Cultos na Sociedade de Serviços. Cebrap. 1996

_____.& Mariano R.O *Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor*. 1995.

_____. *Reencantamento e Dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião*. Novos Estudos Cebrap. N.49. São Paulo. 1997

_____. *Interesses religiosos dos sociólogos da religião*, in Globalização e _____ *Religião*, ORO, A . P. e STEIL, C. A . (org), Petrópolis, Vozes, 1997

_____. (1987) *As bases da nova direita*. *Novos Estudos Cebrap* n.º 19: 26-45.

_____. (1989) *A Direita mora do outro lado da cidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4(10): 44-65.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol 15. n.10, 1992. p.200-212.

_____. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. vol 2. n.3, 1989. p.3-15.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942, reed. 1994.

PRANDI, Reginaldo. *A Religião do Planeta Global*. Conferências sobre Religião e Globalização realizada no congresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1996. p.63/70.

_____. *Um Sopro do Espírito*. São Paulo. Hucitec. 1997.

RAMOS, Carlos Augusto. *A individualidade política - o zoon politikon - e o*

processo de individualização nos Grundrisse de Marx. 2001. (Resumo). Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/cesar.htm>.

READ, Willian. *Fermento religioso nas massas do Brasil*. Campinas. Livraria Cristã Unida. 1967.

RIBEIRO, Renato Janine. "Entrevista". In CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RIFIKIN, Jeremy. *Identidade e natureza do terceiro setor*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org) 3º Setor. Desenvolvimento Social Sustentável. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil-Uma Interpretação Sócio-Religiosa*. Petrópolis, Vozes. 1985.

RUBIM, Cristina de Rezende. "*A teologia da opressão*". Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas. 1991.

SAES, Décio Azevedo Marques de. *Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania*. In. Instituto de Estudos Avançados. USP, Caderno n. 8, 2000. Série especial da coleção Documentos.

SALAMON, L. *A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global*. Revista de Administração, São Paulo: USP, v. 33, n.1, p.5-11, jan.-mar. 1997.

SANCHIS, Pierre. *O campo religioso contemporâneo no Brasil*, in Globalização e Religião, ORO, A. P. e STEIL, C. A. (org), Petrópolis, Vozes, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Ed. Record. 2000.

SEGATO, Rita. *Formações de diversidade: nação e opções religiosas no contexto da globalização*. Conferências sobre Religião e Globalização: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1996. p.219/248.

SILVA, Claudia Neves da; Costa, Selma Frossard *As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais e suas expressões na política de assistência social do município de Londrina* Semina: Ciências Sociais e

Humanas, Londrina, v. 28, n.1, p. 45-58, jan./jun. 2007.

SILVESTRE, Josué. *Os evangelicos, a Constituinte e as eleições municipais*. Brasília. Papiro. 1988.

SOARES, José Arlindo. *Mudanças e impasses na gestão das grandes cidades no Brasil (1986-1996)*. (Tese de Doutorado). UNB. Pós-Graduação em Sociologia. Brasília. 1996.

SOUTO JR., José Fernando. *Práticas Assistenciais em sindicatos do novo sindicalismo: uma interpretação da literatura acadêmica sobre o assunto*. Lugar Primeiro, n.7, publicação do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia IFCS/UFRJ, (2000).

SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da salvação: Pentecostais em São Paulo*. São Paulo. Duas cidades.

SPOSATTI, Aldaíza. *O papel do voluntariado nas transformações sociais*. IN: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

STOLL, Sandra. *Púlpito e Palanque: Religião e política nas eleições de 1982 num município da grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas. 1986

SUNG, Mo Jung; *Se Deus existe, por que há pobreza? - A fé cristã e os excluídos*. Ed.Paulinas. São Paulo. 1995.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1994.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. 2. ed. Belo Horizonte: José Olympio, 1955.

WACH, Joachim. *Sociologia das religiões*. São Paulo. Paulinas. 1990.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Elementos da Sociologia Compreensiva*. Brasília.Ed. UNB.1991.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo. 1983.

_____. *A psicologia Social das Religiões Mundiais*. Ensaio de

Sociologia. Rio de Janeiro. 1982.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra S/A. 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Terceiro setor e a despolitização da questão social brasileira*. IN: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002

_____. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

ZOPPI-FONTANA, Monica., *Cidadãos Modernos - Discursos e Representação Política*. E.Unicamp.1997